

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

NÁGELA APARECIDA BRANDÃO

**CRISE E REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA: MANUTENÇÃO OU
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDEOLOGIA?**
Uma análise da Central Única dos Trabalhadores.

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias

CAMPINAS
2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRA
SEÇÃO CIRCULANTI

20037032

NÁGELA APARECIDA BRANDÃO

**CRISE E REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA: MANUTENÇÃO OU CONSTRUÇÃO DE UMA
NOVA IDEOLOGIA?**

Uma análise da Central Única dos Trabalhadores.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento
de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias

Este exemplar corresponde à redação da
Dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 07/02/2003

BANCA

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias (Orientador)



Profa. Dra. Ângela Tude de Souza



Prof. Dr. José Roberto Zan



2003

UNIDADE Bc
Nº CHAMADA T/UNICAMP
B733c
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 52558
PROC. 16-124/03
C _____ D X
PREÇO R\$ 11,00
DATA 13/03/03
Nº CPD _____

iv

CM001B0711-9

F13 D 284885

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Brandão, Nágela Aparecida

B 733 c Crise e reestruturação capitalista: manutenção ou construção de uma nova ideologia? uma análise da Central Única dos Trabalhadores / Nágela Aparecida Brandão. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Edmundo Fernandes Dias.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Central Única dos Trabalhadores (Brasil). 2. Capitalismo. 3. Ideologia. 4. Neoliberalismo. 5. Sindicalismo. I. Dias, Edmundo Fernandes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Resumo

Este estudo busca compreender as complexas mudanças no mundo do capital desencadeadas pela crise contemporânea, e como as classes se inserem no campo de disputa, tomam consciência dos seus projetos e lutam. Este trabalho foi dividido em duas partes: a primeira trata da crise e reestruturação permanente do capital tendo como referência sua história e os conceitos de ideologia e hegemonia elaborados por Antonio Gramsci; a segunda procura analisar o sentido da fala do capital e da fala do trabalho, o conjunto de práticas que cada uma destas falas pretende viabilizar, em que medida estes dois discursos são compatíveis ou até que ponto a fala do trabalho revela a perspectiva de conformação de uma nova ideologia. Tomando por base a experiência de uma das principais centrais sindicais brasileiras, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), nota-se que o discurso da direção da CUT, embora apresente algumas divergências, pode ser compatível com o do capital em vários aspectos.

Abstract

This study seek understand the complex changes of capital's world unchained by the contemporary crises and how the classes insert themselves in the battlefield, take conscience of their projects and fight. This work has two parts: The first treats about the crises and permanent restructuring of the capital taking as guidelines its history and the concepts of ideology and hegemony developed by Antonio Gramsci. The second part seeks to analyse the sense of the capital's speech and the sense of the work's speech, the set of practices that any of these speeches intend to turn viable, and in what way these two speeches are compatible or until the proportion the work's speech reveals the perspective of creation a new ideology. Based in the experience of one of the main brazilians sindical centrals, the "Central Única dos Trabalhadores" (CUT), it remarks CUT's managing directors speech, in spite of some divergences, can be compatible with the capital's speech in several aspects.

Agradecimentos

*“... Será que é tempo que lhe falta pra perceber?
Será que temos esse tempo pra perder?
E quem quer saber
A vida é tão rara, tão rara
Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma
Mesmo quando o corpo pede um pouco mais de alma
Eu sei,
A vida não pára”.*

“Paciência”, de Lenine/Dudu Falcão.

Após o longo, árduo e lento processo de realização deste trabalho, eu não podia deixar de agradecer a todos aqueles que souberam, pacientemente, esperar. Mesmo sabendo que a vida não pára, que é preciso lutar, tomar partido sempre, muitas vezes o corpo pedia um pouco mais de alma, tudo pedia um pouco mais de calma. Foi a confiança e compreensão destes amigos queridos que me ajudaram a perseverar e chegar ao fim (que na verdade é um começo). É longa a lista.

Ao meu querido e fiel companheiro Dri que foi leitor, revisor, interlocutor e durante todo este tempo esteve ao meu lado, suportando os altos e baixos, auxiliando sempre com o carinho e a paciência indispensáveis para a realização deste trabalho.

Ao meu também querido orientador Edmundo pelo empenho e enorme paciência, pelo exemplo de dignidade pessoal e intelectual. Foi a um só tempo mestre e amigo. Certamente este trabalho não seria possível sem seus comentários e sugestões.

A Agnaldo e Ariane, meus pais, devo o incentivo, o carinho, o respeito. Sempre foram para mim exemplo de perseverança, honestidade e integridade pessoal.

A Naldinho e Dudu, irmãos queridos, pela confiança, alegria e carinho. Aos irmãos de coração, Luciane e Roberto, que com respeito e ternura partilharam das dores e alegrias deste processo.

A Juliana, irmã e amiga querida, que esteve sempre ao meu lado incentivando com seu bom humor, energia e vitalidade.

À médica, amiga e conselheira, Ângela, presença indispensável para a conclusão deste processo de aprendizagem. Foi quem me ensinou (dentre muitas outras coisas) a transmutar o medo em coragem e descobrir a alegria de viver e ser humana.

Aos amigos da FACE/UFMG, especialmente ao André, pela confiança, estímulo e exemplo de serenidade e força; a Helena, pela ternura, afeto, amizade e incentivo para seguir em frente; ao Carlão, pelo carinho, apoio e tempo que tomei para resolver problemas burocráticos; ao Cândido Guerra e Concessa pelo estímulo intelectual; e a Dirlene pelo companheirismo e solidariedade.

Aos colegas do mestrado, em especial àqueles que compartilharam das dores e alegrias de uma convivência fraterna, Mônica, Ney, Bia, Eurenice, Soares, Chiquinha, Manoel e Luzia.

Aos professores e funcionários do mestrado agradeço o ambiente e condições necessárias para realização do curso. Ao CNPQ pela bolsa de estudos.

A Ângela Tude e Zan que participaram do exame de qualificação com sugestões e comentários decisivos para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos companheiros do PT, particularmente ao Sávio agradeço o empenho em conseguir os documentos e textos da CUT sem os quais não poderia realizar este estudo.

Ao Carlos Campos por abrir as portas da CUT-MG a esta pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PARTE I:.....	15
CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-HISTÓRICAS SOBRE A CRISE CONTEMPORÂNEA.	15
1 - A QUESTÃO DA IDEOLOGIA EM ANTONIO GRAMSCI.....	17
1.1 - Apresentação.....	17
1.2 - O que é ideologia?	18
1.3 - Hegemonia e Ideologia	22
1.4 - Estado e Ideologia.....	30
1.5 - Sobre o economicismo.....	35
1.6 - Considerações Finais.....	38
2 - DA CRISE À REESTRUTURAÇÃO PERMANENTE DO CAPITAL	41
2.1 – APRESENTAÇÃO	41
2.2- A necessidade da reestruturação permanente do capital.....	42
2.3- A RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL NO SÉCULO XX.....	49
2.3.1 – Taylorismo, Fordismo e Americanismo: a constituição de um novo padrão de relações industriais.....	50
2.3.2 – Uma nova concepção do Estado: Socialismo, Nazi-facismo, “New Deal” e Estado do Bem-Estar Social	56
2.3.3 – A Crise Contemporânea.....	65
2.4 - Considerações Finais	78
PARTE II:	81
DA REPRESENTAÇÃO E DAS PRÁTICAS.....	81
3 - A FALA DO CAPITAL.....	83
3.1 – As Reformas Neoliberais.....	85
3.2 - A Gestão Participativa.....	95
3.3 - A Ideologia da Qualidade Total.....	99
3.4 – Novo método de gestão do fluxo produtivo: o sistema “just-in-time / kanban”.....	101
3.5 - As novas formas de organização do trabalho: em busca da flexibilidade.....	103
3.5.1 - A flexibilidade funcional: o trabalhador polivalente.....	103
3.5.2 - A Flexibilidade numérica: a precarização do trabalho.....	105
3.6 - As novas tecnologias.....	110
3.7 – Impactos das estratégias capitalistas sobre o sindicalismo.....	120
4 – A FALA DO TRABALHO.....	129
4.1 – Apresentação.....	129
4.1.1. - Renascimento e expansão do movimento sindical no Brasil: surgimento e consolidação da CUT (1983-1988).....	131
4.2 – A fala dos dirigentes.....	134
4.2.1. – Caráter e papel estratégico do sindicalismo cutista: do congresso de fundação (1983) ao terceiro Concut (1988).....	134
4.2.2 – Estratégias da CUT frente à crise e à reestruturação capitalista nos anos oitenta.....	139
4.2.3 – O quarto Concut: uma nova fase.....	143
4.2.4 – Anos noventa: rumo ao sindicalismo propositivo?.....	151
4.3 – Um quase silêncio: a fala das oposições.....	172
4.3.1 – O sindicalismo cutista.....	173
4.3.2 – A paralisia frente ao projeto neoliberal.....	180
4.3.3 – Por uma outra estratégia sindical.....	181
4.3.4 – A estrutura sindical da CUT: críticas ao sindicato orgânico.....	185
4.4 - Considerações Finais	187
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	199

INTRODUÇÃO

Fala-se muito das mudanças no mundo do trabalho. Para gerentes de indústrias/empresas, este é um processo inexorável, imposto pela globalização da economia. Não mudar técnicas, instrumentos, modos de uso do trabalho e legislação trabalhista significa morrer. Como o príncipe de Lampedusa, os gerentes percebem que é preciso mudar para que as coisas continuem as mesmas.

Se esta ideologia tomou ares de verdade, ou seja, se mais que um “discurso” ela vem se tornando uma prática, perguntar sobre as razões pelas quais isso acontece é desafio instigante. É neste quadro que se inscreve esta dissertação: entender como e porque essas transformações vêm se processando e como as classes sociais se articulam em torno delas. Claro que esta não é uma tarefa fácil e muito menos tem a pretensão de ser completa, acabada. Trata-se apenas de um arranjo, uma sinfonia possível.

Partimos do pressuposto que não basta analisar a organização dos arranjos produtivos e as formas de racionalização do trabalho, mas também pensar as modificações nas formas de organização política do estado, em todo aparato institucional que cria as condições para que o rearranjo dos esquemas produtivos se processe. O capitalismo não se reduz àquilo que se convencionou chamar de infraestrutura. Ele é um conjunto articulado de formas de atuar política e ideologicamente. Mais do que vê-lo como um modo de produção no sentido restrito (o “econômico”), é preciso vê-lo como um modo de vida, como totalidade complexa das relações sociais que cria e que o transformam. Só assim ele deixa de ser uma abstração empirista para ser a rica unidade na diversidade a ser compreendido e transformado. Totalidade que teve um começo e poderá ter um fim e não uma naturalidade positivista.

Tendo em vista a possibilidade de manutenção ou superação da ordem capitalista, pretendemos focar as mudanças atuais à partir de dois discursos distintos: a fala do capital e a fala do trabalho.

Este estudo foi dividido em duas partes: na primeira, procuramos introduzir ao “tema”, buscando apreender o sentido das atuais transformações do ponto de vista histórico (capítulo II) e apresentar alguns conceitos que auxiliem a análise (capítulo I). A segunda parte busca compreender como as classes se inscrevem neste processo de mudança, quais as visões de mundo e projetos políticos esboçados do ponto de vista do capital (capítulo III) e do ponto de vista do trabalho (capítulo IV).

O capítulo I é uma tentativa de construir um quadro teórico-analítico que nos auxilie no entendimento das referidas transformações, bem como destacar as perspectivas das classes no que se refere ao projeto que querem implementar. O campo de disputas criado pelos distintos projetos, por sua vez, conformam as trajetórias das transformações, seu vir à ser. Partimos dos escritos do marxista italiano Antonio Gramsci, em especial dos conceitos de ideologia, hegemonia e o problema do economicismo. Ao tratar da ideologia como visão de mundo, como racionalidade de classe, Gramsci nos ajuda a compreender como as classes se articulam em torno dos seus projetos e lutam, seja para manter sua posição hegemônica na sociedade, seja para construir um outro tipo de racionalidade. Dessa forma, pode-se melhor entender os caminhos escolhidos pelas classes sociais e suas organizações e o nível de crítica ou integração que determinada classe tem em relação às outras racionalidades. A questão do economicismo nos ajuda a perceber se os parâmetros e a postura assumidos pela classe trabalhadora levam a sua emancipação política ou à manutenção da sua posição subalterna.

O capítulo II busca esboçar a processualidade histórica que impulsionou as atuais modificações no mundo do capital, tendo sempre como referência os embates entre duas visões de mundo, a capitalista e a socialista, que marcaram o século XX. Falamos em mundo do capital em oposição à consagrada expressão “mundo do trabalho”. Esta expressão, ao identificar capital e trabalho, ajuda a naturalizar a relação capital - trabalho. Ou seja, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho não podem ser tomadas em si, mas sempre tendo como referência o capital enquanto relação

social, pois é este quem dirige e dá sentido a tais transformações¹. Analisar o conjunto de contradições que tiveram lugar no processo de expansão e disputa do capital no pós-guerra é fundamental para entender as raízes da crise contemporânea e o renovado período de disputas ideológicas por ela inaugurado. Entender a história como espaço de disputa entre visões de mundo classistas e projetos históricos dos quais são, a um só tempo, criaturas e criadores, nos permite sair das amarras criadas pelos que afirmam serem estas transformações inexoráveis ou resultado “natural” do progresso da ciência e desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo.

O capítulo III apresenta a fala do capital. Ela se expressa nas mais variadas dimensões, envolvendo tanto a esfera da produção (reestruturação produtiva) quanto a do Estado (reformas neoliberais). Essas têm sido apresentadas pelas empresas, burocratas, organismos internacionais como a única saída possível para a crise contemporânea. Neste capítulo pretendemos destacar os principais aspectos deste discurso, sempre procurando apreender seu sentido e o papel por ele desempenhado na construção e difusão da racionalidade capitalista renovada.

Por fim, o capítulo IV procura delinear a fala do trabalho, tomando por base a experiência vivenciada por uma das centrais sindicais brasileiras – a CUT (Central Única dos Trabalhadores) – desde a sua fundação até o momento atual. Sabemos estar longe de mostrar a riqueza e complexidade presentes nas construções das classes trabalhadoras, porém estudar a experiência de uma central sindical pode permitir a elucidação de questões que um trabalho de maior amplitude não alcançaria.

Esperamos que estas indagações e busca de entendimento possam contribuir na elucidação do sentido e consistência interna dos vários projetos políticos. É claro que não pretende dar uma resposta pronta e acabada aos problemas provocados pela crise, a solução possível, o plano exeqüível, como o fazem os diversos relatórios apresentados aos “agentes sociais” pelos “técnicos e especialistas” dos escritórios e

¹ As modificações ocorridas atuam no sentido da subsunção combinada (real e formal) do trabalho vivo ao trabalho morto.

gabinetes. Apenas apontar algumas reflexões teórico-práticas sobre as escolhas políticas das classes sociais. Reflexões que possam ajudar a construir pontes para passar de uma margem a outra, da subalternidade à independência, da contingência à liberdade, da barbárie à civilização.

PARTE I:
CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-HISTÓRICAS SOBRE A CRISE
CONTEMPORÂNEA.

“O capital, em si mesmo, é indiferente em relação a particularidade de cada esfera da produção, e só a maior ou menor dificuldade na venda das mercadorias (...) determinará onde aquele será investido (...). Essa fluidez do capital sofre fricções e (...) o capital supera todos os impedimentos legais e extra-econômicos que lhe dificultam a liberdade de movimentos entre as diversas esferas da produção. Antes de tudo, derruba todas as barreiras legais ou tradicionais que o impedem de adquirir, a seu arbítrio, tal ou qual tipo de capacidade de trabalho, ou de apropriar-se, à vontade, deste ou daquele gênero de trabalho”.

Marx, Capítulo VI Inédito, p. 44.

“Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: Elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.”

Gramsci, Concepção Dialética da História, p. 62-3.

1 - A QUESTÃO DA IDEOLOGIA EM ANTONIO GRAMSCI.

1.1 - APRESENTAÇÃO.

Este capítulo tem o propósito de trabalhar a questão da ideologia a partir da obra de Antonio Gramsci. O que nos chamou a atenção em sua análise foi o caráter “positivo” que ele deu ao conceito de ideologia. Ao contrário de enfatizar-lhe o lado “negativo” ou defini-la como falsa consciência, “mascaradora” da realidade social, Gramsci afirma ser a ideologia uma concepção de mundo definidora e constituidora do real.

Partindo desta idéia, consideramos uma série de indagações sobre qual seria, então, o papel da ideologia na definição dos processos históricos e nas escolhas políticas dos sujeitos sociais (já que ela está indiscutivelmente ligada a realidade); em que medida permite revelar o caráter dos caminhos seguidos pelas classes, suas contradições e até que ponto a intervenção nos elementos ideológicos é imprescindível para as modificações na realidade social empreendidas pelas classes.

A busca da resposta a estas questões somente tornou-se possível quando pensamos a ideologia articulada a outras categorias de importância central no pensamento do autor italiano, a saber, as categorias de hegemonia e Estado, e, além disso, o problema teórico e prático do economicismo (com o qual Gramsci se defrontou quando pensava na construção da hegemonia das classes subalternas).

Desta forma, esperamos que esta reflexão nos auxilie na difícil tarefa de interpretação das atuais modificações processadas no capitalismo e os desafios colocados para o projeto de emancipação dos trabalhadores.

1.2 - O QUE É IDEOLOGIA?

Para entender o que é ideologia em Gramsci é preciso, em primeiro lugar, afirmar a história. Pensar a questão da ideologia como ligada a sua época, relacionada aos movimentos das forças sociais (cujos interesses sustenta, organiza e confere materialidade), e não como um mero conjunto de idéias abstratas ou normas lógicas. Ou seja, como permite, a partir dessas forças, a construção das formas de sua intervenção na realidade. Em segundo lugar, é preciso partir da perspectiva de uma crítica radical ao economicismo². Estas foram, por certo, das suas principais contribuições para a teoria marxista.

Segundo Gramsci, a ideologia não é mero epifenômeno do econômico, nem falsa consciência, nem sistema de idéias. Ela é concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza, “*é unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção*”³. Não se trata, como vimos, de um conjunto de realidades espirituais, nem de simples aparência artificial, a ideologia tem uma existência material, encontra-se materializada nas práticas, é “constituidora do real”⁴. Ela é “*...uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas*” (Gramsci, 1978:16). Neste sentido, a ideologia se identifica com a filosofia, com as superestruturas, com a política.

Portanto, o que define a ideologia é sua situação real em determinado tipo de sociedade e o princípio que a norteia é o de “*que as idéias não nascem de outras idéias, que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real*” (Gramsci, 1978:22).

² O economicismo é ele próprio uma visão de mundo e de ciência. Sua forma mais brutal refere-se à visão reducionista do advento inexorável do socialismo pelo acirramento das contradições na economia capitalista. Este conceito será aprofundado no item 1.4 deste capítulo.

³ Gramsci, A. Quaderni del Carcere. Edição crítica de Valentino Gerratana, Turim, Einaudi, 1975, pp. 1378-1379.

⁴Ver, por exemplo, a análise gramsciana do Americanismo onde para ele, “os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, pensar e de sentir a vida...” (Gramsci, 1980:396).

Neste ponto, cabe salientar que estas visões de mundo nunca são apenas fatos individuais, mas sim expressão da vida comunitária de um bloco social, de um sujeito coletivo real, razão pela qual Gramsci as chama de “ideologias orgânicas”. São elas que, através de um discurso apropriado, mobilizam, articulam e direcionam as ações das classes.

“É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc. (Gramsci, 1978, p.62-3).

As ideologias se exprimem de modos variados, seja através da chamada filosofia espontânea, *“peculiar a todo mundo”*, contida na linguagem, no senso comum e no bom senso, na religião popular e no sistema de crenças e superstições (folclore)⁵, seja por um meio mais elevado de abstração e melhor elaborado, a *“filosofia”*, que é crítica e superação das demais (Gramsci, 1978:11). Interessante ressaltar que, para Gramsci, a *“filosofia”* é uma forma superior de ideologia por permitir sua universalização, isto é, a passagem *“catártica” “do momento puramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político...”* (Gramsci, 1978:53).

Além disso, o senso comum e a filosofia não são únicos:

“... não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devenir histórico”. Também “não existe uma filosofia geral, mas sim diversas filosofias ou concepções de mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas” (Gramsci, 1978:14).

As ideologias são múltiplas e contraditórias entre si porque, conforme ressaltam Dias (1995:27), são racionalidades de diversas classes, em diversos momentos e

⁵ Contudo, o senso comum para Gramsci não constitui um pensamento mais elaborado uma vez que prima pela ausência de coerência e unidade. O senso comum não passa de um grupo de idéias desarticuladas. Já a religião tem dois fatores que a limitam: primeiro, o fato de que a crença impõe limites à crítica e questionamento; segundo, na prática, a igreja sempre manteve um elo de separação entre dirigentes e fiéis, reprimindo seus intelectuais e impedindo a elevação cultural intelectual dos simples.

conjunturas. Ou seja, os interesses sociais, que se colocam historicamente e se articulam de modo conflitante, se manifestam nos diversos discursos ideológicos. Neste sentido, a ideologia tem papel decisivo, essencial na organização social, não só por ter força real, mas também porque qualquer modificação estrutural para a manutenção e/ou modificação das condições de dominação não pode acontecer sem a intervenção dos elementos ideológicos. As ideologias “*organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc* (Gramsci, 1978:62)⁶.

Esta construção já estava em Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, (1984:72) da seguinte maneira:

“As idéias (‘Gedanken’) da classe dominante são em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual”.

Mais a frente os autores também mostram a necessidade de intervenção nos elementos ideológicos para a classe que se quer dominante:

“Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar as suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas” (p.74).

Essa compreensão foi sufocada e passou a predominar nas obras dos marxistas uma concepção mais pobre: a da falsa consciência. Gramsci recupera a fecunda análise de *A Ideologia Alemã* e afirma que se a ideologia cria a unidade entre uma visão de mundo e a prática a ela correspondente, pode-se, no entanto, encontrar com

⁶ As várias ideologias, dos diversos períodos históricos representam a consciência, a organização através da qual as classes se relacionam e se confrontam. Trata-se de manter ou negar a forma dominante de organização da sociedade. Este conflito se manifesta nas diversas formas ideológicas.

freqüência contradições entre a teoria e a prática, isto é, um relativo desequilíbrio entre o fato intelectual e a norma prática de conduta, tanto a nível individual quanto coletivo. A partir daí coloca-se a questão:

“qual será então a real concepção de mundo: aquela logicamente afirmada como fato intelectual, ou aquela que resulta da atividade real de cada um, que está implícita no seu agir? E dado que o agir é sempre um agir político, não se pode dizer que a filosofia real de cada um está contida por inteiro na sua política?” (1978:15)

Nosso autor nos explica que esta oposição entre a intenção e o gesto só demonstra a existência de contradições nos variados momentos e conjunturas, que a incompatibilidade entre o pensar e o agir aparece em função da disputa, do conflito entre projetos das classes. Mostra ainda que determinados grupos podem ser induzidos a apoiar valores e procedimentos adversos aos seus interesses vitais, expressando

“... contrastes mais profundos de ordem histórico-social. (...) Significa que um grupo social, que tem uma concepção de mundo, sua, própria, ainda que embrionária, que se manifesta na ação, (...) ocasionalmente, (...) tomou, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção não sua, por empréstimo de outro grupo” (Gramsci, 1978:16).

Trata-se aqui de uma escolha política que acaba por demonstrar qual é o nível de crítica (ou submissão) que se tem em relação a outras visões de mundo e qual o nível de consciência prática e a coerência orgânica que determinado bloco social tem de si mesmo. O potencial de subordinação ou de resistência ao projeto dominante é resultante deste nível de consciência que se tem em relação a si mesmo e ao projeto que se quer implementar. Se partirmos da afirmação de que todo homem participa de algum modo de uma visão de mundo, que *“todos são filósofos, e que a atividade filosófica, cultural, intelectual”* é possível a todos, cabe a este homem, de acordo com seu nível de consciência, escolher participar de uma visão de mundo imposta, contrária aos seus interesses vitais, subordinada a um projeto que não é o seu ou elaborar sua própria forma de viver, de modo crítico e consciente.⁷

⁷ Nas palavras de Gramsci, *“... é preferível pensar sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, participar de uma concepção de mundo imposta mecanicamente pelo*

Este raciocínio nos conduz a uma outra pergunta: o que leva uma classe a construir sua visão de mundo de forma fragmentária, subordinada intelectualmente à outra e sem se conhecer/conceber como produto histórico, sendo seu pensar e agir incompatíveis? Uma pista para responder esta questão está na incapacidade desta mesma classe de elaborar uma concepção de mundo própria, autônoma e realizar sua hegemonia.

1.3 - HEGEMONIA E IDEOLOGIA

O conceito de hegemonia em Gramsci é de fundamental importância para compreender o que é ideologia, pois se esta última significa visão de mundo, a primeira trata da construção desta visão. Neste sentido, seguindo a leitura realizada por Dias em seu ensaio “Hegemonia: nova *civiltà* ou domínio ideológico” (1991), entendemos hegemonia como construção de uma concepção de mundo e a sua realização. Esta decorre de três condições básicas:

1. a capacidade de uma classe fundamental (subalterna ou dominante) de elaborar uma visão de mundo própria, autônoma;
2. a realização de uma reforma intelectual e moral que promova a “*elevação civil dos estratos deprimidos da sociedade*” e que nada mais é do que a criação “...*de um terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização*”, da qual o partido deve ser o porta-voz e o organizador (Gramsci, 1980:8-9); e

ambiente externo, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde a sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou província, pode se originar na paróquia e na atividade intelectual do vigário ou do velho patriarca, cuja sabedoria dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para ação) ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente a marca da própria personalidade?” (1966: 12).

3. a capacidade de esta mesma classe disputar politicamente esta visão, elaborar um campo de lutas a partir do qual ela possa mobilizar vontades em torno do seu projeto, definir políticas de intervenção no real e fazer alianças.

Portanto, ao contrário da interpretação de vários autores que vêem a hegemonia como simples obtenção de mera maioria política, para Dias, este conceito está ligado à construção de uma racionalidade nova, de uma *"nova civiltà"*. Trata-se de uma reforma intelectual e moral que é também uma reforma econômica, posto que esta última é a forma concreta desta reforma intelectual e moral se apresentar⁸.

Logo, a construção de uma nova hegemonia implica na necessidade de construir uma nova racionalidade não somente sua materialidade como também suas premissas ideológicas e políticas. Para tanto, é preciso desencadear um permanente processo de desconstrução - construção das relações sociais, das ideologias, e ele somente se realiza a partir de uma avaliação correta da correlação de forças na sociedade.

Dito de outro modo, para a realização da nova hegemonia o conhecimento das relações de forças na sociedade é essencial para a mobilização da vontade coletiva nacional em torno da nova racionalidade. Este conhecimento funciona como indicador de problemas e organizador das ações futuras.

A questão que se coloca para Gramsci aqui é a da necessidade de saber distinguir na estrutura da sociedade quais são os elementos orgânicos ("relativamente permanentes"), quais são os conjunturais (ocasionais), e como eles se combinam. Esta avaliação é imprescindível para o "partido" que toma para si a tarefa de organização da vontade coletiva, pois é a partir desta análise que a estratégia de intervenção política vai sendo definida⁹.

⁸ "... a hegemonia pressupõe (...) que se levem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativo, mas é também indubitável que tais compromissos e sacrifícios não podem referir-se ao essencial, dado que a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica" (Gramsci, 1980).

⁹ Segundo Gramsci, quando se analisa um período da história, é importante saber distinguir os fenômenos orgânicos dos conjunturais. Pois se a história é o "locus" tanto da afirmação quanto da crise da hegemonia, sabendo distingui-los é possível verificar o caráter das crises. E a duração destas pode mostrar "que se revelaram (amadureceram) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Estes esforços incessantes e perseverantes (...) formam o terreno "ocasional" sobre o qual se organizam as forças antagonistas, que tendem a demonstrar (...) que já

Na reflexão de Gramsci sobre a correlação de forças, ele distingue três momentos ou “graus”. Num primeiro instante, os agrupamentos, as classes existem objetivamente de acordo com o nível de desenvolvimento da economia no qual cada um ocupa uma função na produção. Aqui a classe ainda não se coloca politicamente. É a *“relação das forças sociais estreitamente ligadas à estrutura”* e que *“permite verificar se na sociedade existem as condições necessárias e suficientes para a sua transformação...”* (1980:49).

É num segundo momento que se pode avaliar o patamar de consciência e identidade alcançada pelos grupos sociais. Ele pode ser distinguido em três níveis: primeiro, no nível econômico-corporativo, em que o grupo profissional se identifica, mas ainda não se organiza enquanto classe. Segundo, no nível de consciência de classe em que existe solidariedade em torno dos interesses do grupo social mais amplo, porém, ainda na dimensão econômica. Na terceira fase, a classe ultrapassa o terreno corporativo e se constitui em Estado.

“... é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente transformam-se em “partido”, entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral” (Gramsci, 1980:50).

O terceiro e último momento é o da relação das forças militares, decisivas principalmente em duas situações: *“o da criação de um novo bloco histórico (revolução francesa, revolução russa) e a da libertação nacional”* (Dias, 1991:08).

Porém, para o autor italiano, a correta análise da relação de forças deve obedecer a dois princípios:

- “1) que nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução não existam já as condições necessárias e suficientes, ou elas não estejam em vias de aparição e de desenvolvimento;*
- 2) que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída, sem antes ter desenvolvido todas as formas de vida que estão implícitas nas suas relações”* (Gramsci, 1980:45).

Além da análise da relação de forças real na sociedade, todo movimento político que se pretenda hegemônico, todo processo de formação de uma consciência e identidade novas precisa criticar o conjunto das ideologias anteriores. Este processo de criação de um novo Estado implica na criação de uma nova ideologia, de uma nova filosofia e de uma reforma intelectual e moral. O que se coloca para Gramsci é a reforma que empreenda ao mesmo tempo a luta contra a ideologia burguesa e a crítica ao senso comum que compõe a consciência das classes subalternas e as mantém na condição de subordinadas à ideologia dominante¹⁰. E o processo desta crítica passa por um “conhece-te a ti mesmo”, pela consciência daquilo que realmente somos, por se ver como produto de um processo histórico.

Torna-se necessário, então, criar uma leitura própria da história, e, para tanto, criar uma linguagem nova, identificada com sua realidade. Isto significa até a introdução de novos termos e a reinterpretação de termos de uso corrente, de modo a facilitar o entendimento acerca das questões políticas.

“Na realidade, toda corrente cultural cria uma linguagem sua, isto é, participa no desenvolvimento geral de uma determinada língua, introduzindo termos novos, enriquecendo com conteúdo novo termos já em uso, criando metáforas, servindo de nomes históricos para facilitar a compreensão e o juízo sobre determinadas situações políticas” (Gramsci, 1980:170).

Ao criar esta leitura própria da história, a lógica do novo projeto poderá ser explicitada e, a partir daí, erodir o alicerce do projeto anterior. Cabe lembrar que não basta criticar o anterior, mas torna-se necessário destruir suas condições de existência (Dias, 1995).

Neste processo de crítica acontece uma reformulação no peso relativo dos variados componentes das ideologias anteriores. Aquilo que aparecia em segundo plano, ou como elemento ocasional, torna-se o centro, o enfoque principal a partir do

¹⁰ “A história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada. É indubitável que na atividade histórica destes grupos está presente a tendência à unificação mesmo no plano prático, mas esta tendência é continuamente interrompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, pode ser demonstrada apenas como um ciclo histórico completo, se esta se conclui com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem-

qual o conjunto constitutivo da nova ideologia se desenvolve. A velha concepção de mundo se esvai em suas contradições, uma vez que o que era subordinado se torna o referencial.

Mas não se trata da mera destruição do velho. É um movimento de crítica e superação, desconstrução do discurso antigo e construção do novo (discurso aqui entendido como *“conjunto de práticas que ele viabiliza ou impossibilita e não apenas a sua forma teórica”* - Dias, 1995). A arquitetura deste novo está alicerçada na construção das condições para que a nova racionalidade se instaure. O capitalismo, por exemplo, para se constituir enquanto modo de produção dominante na Europa, teve que destruir a forma de viver anterior, toda antiga institucionalidade para possibilitar a generalização da sua racionalidade. Pois, *“a hegemonia realizada significa a crítica real de uma filosofia, a sua dialética real”* (Gramsci, 1978:94). Isto se deu através da criação de um novo Estado que viabilizou a dominação capitalista.

Para Gramsci, Estado e Partido são elementos fundamentais para a construção da hegemonia socialista. Esta última, iniciativa de um sujeito coletivo organizado, tem no partido o recurso essencial para a realização da tarefa de organizar e expressar a vontade das massas, ser referência (horizonte) na qual a nova racionalidade possa se instalar. Ou seja, um partido *“que pretende (e está racional e historicamente destinado a este fim) fundar um novo tipo de Estado”* (1980:22)¹¹.

Portanto, ao **partido**, *“elemento complexo da sociedade no qual já tenha início o concretizar-se de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação”* (1980: 5), cabe o trabalho de desenvolver o sistema de relações intelectuais e morais e organizar as vontades para que a nova racionalidade possa se instalar. Gramsci está pensando aqui em um partido que viabilizasse a emancipação política dos trabalhadores e se constituísse em um novo tipo de Estado. Um partido que promovesse a elevação intelectual e moral das massas em relação a uma existência

se; só a vitória ‘permanente’ interrompe, e não imediatamente, a subordinação” (Cadernos do Cárcere:2283).

¹¹ Além disso, os partidos políticos na sociedade moderna significam a unidade entre a difusão de uma concepção de mundo e sua prática política e ética correspondente, são os “experimentadores” de tal modo de viver. Eles são *“a pedra-de-toque da unificação de teoria e prática, entendida como processo histórico real”* (Gramsci, 1978:22). Eles detêm o papel de ser o intelectual coletivo, síntese da intenção e do gesto das classes trabalhadoras nele organizadas.

fragmentária criando o campo privilegiado onde a vontade coletiva fosse mobilizada em torno do novo projeto.

Se o partido opera no campo da política, educando o proletariado e fazendo-o ultrapassar o egoísmo corporativista, **os sindicatos**, por sua vez, são instrumentos criados para a defesa dos trabalhadores frente à potência e arbítrio capitalistas. São importantes e eficazes na medida em que asseguram condições mais vantajosas na venda da força de trabalho e impõem o reconhecimento de direitos dos oprimidos. No entanto, o sindicato (a organização econômica) por si só não permite ultrapassar os limites impostos pela legalidade capitalista, ainda que possa melhorar as condições materiais da classe.

“A organização econômica tem essencialmente fins imediatos, principalmente econômicos, servem para constituir fileiras, mas estas devem ser mantidas sempre íntegras e compactas, por uma idéia geral, por um fim distante que imponha uma disciplina constante e metódica” (Gramsci, 1916¹², apud Dias, 2000:95).

Além disso, se não existe uma ativa participação do associado no cotidiano da organização, ou seja, se a ação econômica e política encontram-se dissociadas e desordenadas, os dirigentes acabam adquirindo *“... uma autoridade e uma importância que não deveriam ter, de acordo com o espírito igualitário e essencialmente democrático das organizações”* (Gramsci, 1918¹³ apud Dias, 2000:95-6). Criam-se funcionários especialistas em alcançar vantagens para o operário na venda da força de trabalho. Neste processo,

“o sindicato torna-se capaz de construir pactos, assumir obrigações, assim ele obriga o empresário a aceitar uma legalidade nas suas relações com o operário, legalidade que é condicionada pela confiança que o empresário tenha na solvibilidade dos sindicatos, na confiança que o empresário tenha na capacidade do sindicato de obter da parte das massas operárias o respeito pelas obrigações contraídas” (Gramsci, 1920¹⁴ apud Dias, 2000:167).

¹² “Labirinto”, *Avanti!*, 8/6/1916 in Cronache Torinesi 1913-1917, p.352-353.

¹³ “Il patto d'alleanza”, *Il Grido del popolo*, 12/10/1918, in *Il Nostro Marx*, p.318.

¹⁴ “Sindacati e consigli”, *L'Ordine Nuovo*, 12/6/1920, in *L'Ordine Nuovo*, p.547.

Para que se mantenham na direção, estes funcionários acabam por tornarem-se defensores da “legalidade industrial”, constituindo uma casta burocrática distante da massa operária¹⁵.

Este processo não é inevitável, mas para que não aconteça, faz-se necessário a articulação orgânica com a classe. Neste sentido, é fundamental criar organismos culturais que permitam integrar a prática política e a prática econômica frequentemente dissociadas, pensar as diversas formas de organização operária que, partindo da crítica ao capitalismo, possam construir a hegemonia socialista. As instituições/organismos da classe operária, dentro da perspectiva da construção da hegemonia socialista, são espaços educativos, de intensificação da cultura, de preparo para assumir a “gestão social”, pois, “...*apenas por um trabalho solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca nascerá a ação concreta de construção*” (Gramsci, 1919¹⁶ apud Dias, 2000:164). O desafio que se coloca é pensar as organizações operárias como classistas e revolucionárias, destinadas à destruição/construção do Estado.

Cabe, ainda, ressaltar o papel que os intelectuais têm nesta concepção de partido e sindicato. Existem dois tipos principais de intelectuais: os tradicionais e os orgânicos. Os primeiros são aqueles ligados a uma classe que foi dirigente no passado e não mais o é¹⁷. Já os intelectuais orgânicos são aqueles que se formam junto com determinada classe tendencialmente hegemônica. São os organizadores, construtores, aglutinadores da vontade coletiva para a realização da hegemonia desta classe. Uma massa não se distingue, não constrói sua identidade sem se organizar, e, a organização pressupõe a existência de intelectuais.

A formação dos intelectuais da burguesia dá-se de forma mais sistematizada, seja através da escola ou do mundo da produção, já que ela dita a racionalidade da sociedade. Para as classes subalternas, ao contrário, esta formação tende a ser de forma fragmentária e errática, pois elas são organizadas dentro da lógica dominante. Os partidos e os sindicatos constituem, então, espaços fundamentais de concretização da formação destas classes.

¹⁵ É neste quadro que se inscreve, para Gramsci, a crise das instituições do movimento operário após a Primeira Guerra. Para maiores detalhes, ver Dias (2000).

¹⁶ “Democrazia operária” L’Ordine Nuovo, 21/6/1919, in L’Ordine Nuovo, p.87.

¹⁷ Um exemplo deste tipo de intelectual pode ser encontrado nos estratos eclesiásticos no momento da transição do sistema feudal para o capitalista.

“O partido não é senão o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de se formar, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e já não mais no campo da técnica produtiva” (Gramsci:1980:14).

Porém, é importante lembrar que quando Gramsci pensa a questão dos intelectuais em relação às classes subalternas tendencialmente hegemônicas, este conceito está voltado para a afirmação da necessidade de superar a separação entre governados e governantes, entre o processo de elaboração e o de execução¹⁸. O partido, à medida que busca se constituir em uma vontade coletiva hegemônica, precisa elaborar sua identidade não só através da crítica ao projeto dominante, mas também buscando elevar seus integrantes, estimulando sua formação, criando o seu próprio projeto. Para Guimarães (1996:72), tal proposição tem tamanha importância, pois, significa afirmar o papel dirigente das classes subalternas, sua ativa participação na solução dos problemas a elas colocados, significa, enfim, a socialização do político.

Em outros termos, se para Gramsci todos os homens e mulheres são filósofos (ou seja, participantes de alguma forma de uma visão de mundo), e se a mobilização para a construção de uma nova ideologia parte da crítica ao senso comum e da elevação intelectual dos estratos mais baixos, reconhece-se que o espaço da política deve estar ao alcance das amplas massas e a função dirigente das classes subalternas deve ser construída. Ao mesmo tempo, faz a crítica ao personalismo e ao autoritarismo, e ainda, à elaboração da teoria pela teoria sem uma ligação com o real - pois o papel dirigente dos trabalhadores é construído historicamente e decorre da sua ação consciente e não da crítica “racional” elaborada por um conjunto de intelectuais.

Por fim, o conceito de hegemonia parece ter um papel central no pensamento “gramsciano”, não somente por problematizar a questão da emancipação dos trabalhadores, mas também como categoria de interpretação dos processos históricos. A noção de hegemonia só é possível a partir de uma unidade entre teoria e prática, uma

¹⁸ “Ao formar-se o dirigente, é fundamental a premissa: pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende-se criar as condições em que a necessidade desta divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?” (Gramsci, 1980:19)

vez que este conceito expressa a vontade coletiva organizada em torno de um projeto (visão de mundo), objetivada no econômico, no político, no campo das idéias e em qualquer manifestação da vida individual e coletiva. Neste sentido, ela procura resolver o problema de manutenção da unidade ideológica de todo um bloco social. Além disso, conforme indica Guimarães (1996:71), este conceito permite ainda compreender os processos históricos sem economicismo e mecanicismo. A história se apresenta como cenário tanto de construção, de conservação, quanto de superação da ordem hegemônica. Em outros termos, a história é um campo de possibilidades, “*locus*” onde as classes sociais elaboram suas vontades, se organizam em torno dos seus projetos e lutam. Para completar, o conceito de hegemonia, ainda segundo Guimarães (1996:71), é, na prática, o processo de emancipação dos trabalhadores, de construção como busca da identidade e da elevação intelectual e moral em relação a uma existência fragmentária e sem sentido através da desconstrução do Estado burguês e da construção de um novo tipo de Estado.

1.4 - ESTADO E IDEOLOGIA

O Estado para Antonio Gramsci está articulado “organicamente” à sociedade, isto é, faz parte dela. Aqui o autor, além de criticar algumas visões economicistas e reducionistas do marxismo que viam o Estado como aparelho coercitivo, polemiza, também, com a tradição liberal que, partindo da oposição entre sociedade civil e sociedade política, pensa o Estado como um “ente” superior e neutro em relação às classes, como expressão de todos os interesses da sociedade indistintamente. Esta rígida separação entre os reinos do privado (da sociedade civil) e do público (o Estado de caráter “universal”) defendida pelos liberais leva-os a propor o chamado “Estado

Mínimo” que restringe os poderes e o campo de intervenção do Estado para ampliar o espaço privado do capital¹⁹.

Para Gramsci, ao contrário, a distinção entre sociedade civil e Estado é de natureza metodológica e não orgânica, o que o faz pensar o estado como ligado à sociedade, vinculado ao conjunto das vontades coletivas que se articulam e organizam, expressando contraditoriamente as relações e as subjetividades nele presentes.

O conceito gramsciano de Estado incorpora a sociedade civil e a sociedade política. Coutinho (1989:76-77) define sociedade civil como sendo formada

“pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização materializada da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massas), etc”, e a sociedade política como “estado no sentido estrito (...) formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar”.

Cabe aqui, no entanto, destacar os limites do conceito que restringe a sociedade civil ao conjunto de instituições privadas, tomado como indiferenciado, homogêneo e, conseqüentemente, aprisiona a luta de classes ao plano da “institucionalidade”. Além disso, a pura referência aos aparelhos de hegemonia (identificados como privados e sociedade civil) e aos aparelhos repressivos (identificados como públicos e sociedade política) podem reduzir o rico debate gramsciano ao campo do institucional, abandonando as práticas e minimizando as relações classistas em benefício das formas de mediação. Corre-se, portanto, o risco de confundir a leitura gramsciana da sociedade civil com a leitura liberal (Bobbio, por exemplo, entre outros). Nessa leitura liberal não apenas as classes desaparecem mas, e isso é absolutamente relevante, perdem o sentido do antagonismo que é transformado em diferença no interior da ordem vigente.

Nas palavras de Dias (1997),

“Um dos erros vitais na análise da sociedade civil é pensá-la como uma articulação de instituições indiferenciadas, expressão de interesses universais,

¹⁹ Para os liberais, “a atividade econômica é própria da sociedade civil, de forma que o Estado não deve intervir na sua regulamentação” (Gramsci, 1980:149).

não contraditórios, sem caráter classista. Tem-se, assim, uma concepção homogeneizadora, subalternizante. (...) A articulação entre instituições se faz sempre no processo objetivo da luta. Pensar a questão da sociedade civil do ponto de vista dos trabalhadores requer sua articulação com os movimentos sociais organizados. Isto nos permitirá mudar o foco de análise, marcar diferenças e explicitar projetos. Isto não implica ignorar o plano das instituições, nem política nem analiticamente. Pelo contrário. Ao colocar o movimento social com toda a sua contraditoriedade, no centro da luta social, percebe-se o alcance real da sociedade civil como forma de articulação social” (pp. 67 - grifo nosso).

Desse modo, o Estado expressa a articulação do conjunto das relações sociais mediadas pelos modos de vida e pelas formas institucionais de uma dada formação histórico-social. Essa institucionalidade é concretizada por instituições, sejam educativas, sejam repressivas, sempre marcadas pelo horizonte do antagonismo classista. O Estado é sempre um Estado de classe. O Estado, ao constituir-se como forma de dominação e organização das classes, se equilibra entre a tarefa de “educar” as massas, adaptando-as a determinado tipo de comportamento (conformismo) e, ao mesmo tempo, busca reprimir todo aquele comportamento inadequado às formas de viver e produzir socialmente dominantes.

“A classe dominante organiza toda a vida nacional (social, cultural) construindo em torno do Estado um sistema de aparelhos (privados, semipúblicos e públicos) que constituem as diversas projeções da função de direção política na sociedade civil” (Gramsci, 1980:149).

Combinando atividades educativas com coercitivas, o Estado organiza a vida imprimindo a forma de conceber o mundo do grupo social fundamental (hegemônico ou dominante) sobre a totalidade dos grupos subordinados. É o organismo “*destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo*” (Gramsci, 1980:50). Por certo, como bem ressalta Dias (1991:17), cada novo modo de produção propõe uma maneira de resolver a questão da materialidade e cria as condições políticas, institucionais para tal resolução. Qualquer Estado, ao ser constituído, exige a elaboração de uma concepção de mundo que torne possível aquela forma de viver. O capitalismo, por exemplo, para se colocar como hegemônico, precisou criar um estado,

inaugurando uma nova ética, uma nova concepção de direito e disseminando sua forma de ver o mundo por toda sociedade. Elaborou leis, orientou hábitos e transformou seus interesses privados em ideais de toda sociedade, conseguindo, assim, o consentimento dos grupos subordinados para um “conformismo de novo tipo”²⁰. O capitalismo precisou criar um Estado que é “*ao mesmo tempo seu produto e sua condição de existência*” (Dias, 1996). Ele é o universo ideológico através do qual a burguesia conseguiu incorporar as diversas classes ao seu projeto.

Ao analisar o processo de expansão do capitalismo da sua época, Gramsci percebe que em sociedades, onde este ideário se tornou o senso comum dessas sociedades será menos necessário o uso da força²¹, ou seja quanto mais consolidado estiver o capitalismo, maior ênfase será dada às dimensões de direção do que ao uso da força (sem ignorá-lo, é claro) e maior será a supremacia burguesa. Assim,

“fordismo, regime parlamentar, e formação intensa de modos uniformes e estandardizados de valores (conformismo de massas) formavam, na hipótese gramsciana, os três tentáculos articulados de modernização do Estado burguês e de sua ‘trama privada’ ” (Guimarães:1996:61).

Já na análise do fascismo na Itália, a ênfase dada à função de domínio e à concentração do poder no aparelho de Estado, mostra uma classe burguesa incapaz de se unificar nacionalmente e de articular a sociedade em torno de um projeto nacional. Classe esta que diante do grau de radicalidade da tendência antagonista do movimento operário e socialista e também limitada ideologicamente, porque incapaz de propor uma visão ideológica capaz de assimilar as demais classes, precisou de um estado fascista

²⁰ Neste sentido, como nos diz Gramsci, “a revolução que a classe burguesa provocou na concepção do direito e, portanto, na função do Estado, consiste especialmente na vontade de conformismo (...) As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a elaborar uma passagem orgânica das outras classes às suas, a ampliar a sua esfera de classe “tecnicamente” e ideologicamente: a concepção de casta fechada. A classe burguesa situa-se como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado se transforma: o Estado torna-se educador, etc” (1980:147).

²¹ “O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações - os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados” (Gramsci, 1980:116).

que a substituísse e exercesse suas funções no processo de desenvolvimento capitalista: “o estado fabrica o fabricante”.

Além disso, o Estado é o espaço onde os interesses das classes dominantes se articulam e formam a unidade necessária para a reprodução do seu domínio. É, nas palavras de Dias (1991:17) “a política concentrada das classes dominantes”. Trata-se, a um só tempo, da universalização e da garantia de suas políticas de acumulação e reprodução. Além disso, ele é produto da articulação de diversas lutas entre dominantes e dominados dando-lhe um caráter plural, hierarquizado e contraditório (Guimarães, 1996:59-60). Plural, uma vez que no seio das classes dominantes não existe um único projeto, mas vários que lutam pela direção do Estado. Hierarquizado lembrando aqui que o processo hegemônico implica na necessidade de se fazer sacrifícios de ordem econômico corporativo, desde que não comprometa o essencial. Contraditório uma vez que é expressão também dos interesses das classes dominadas que se colocam através da pressão das mesmas.

Este Estado não pode ser simplesmente destruído, “*não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido metafísico, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido*” (Gramsci: 1980:6). Para as classes subalternas se coloca um desafio: a construção de uma nova ideologia, de uma nova concepção de mundo, enfim, de um novo Estado²².

²² Torna-se necessário para isto a ampliação da esfera da classe subalterna, onde alguns elementos corporativos da mesma são deixados de lado e o consentimento da sociedade para o seu projeto é buscado. Projeto este que permite expressar sua visão de mundo. Projeto que para se colocar como horizonte ideológico das outras classes deve dirigir as classes aliadas e dominar as que se opõem a sua visão de mundo. Ao mesmo tempo em que busca o desarranjo, a inviabilização dos projetos das outras classes, tenta inseri-las em sua racionalidade. Neste campo de ação das classes, da disputa ideológica e da constituição de seus Estados, a questão da hegemonia torna-se eminente.

1.5 - SOBRE O ECONOMICISMO.

O economicismo é um dos elementos mais importantes que auxiliam no entendimento dos motivos pelos quais uma classe se subordina intelectualmente a outra. Ele não pode, para Gramsci, ser considerado um problema abstrato, mas uma prática política e um dos principais responsáveis pelas derrotas sofridas pelos movimentos operários italiano e alemão após a Primeira Guerra Mundial. Aqui ele dialoga particularmente com a Segunda Internacional que dava a revolução proletária como conseqüência inevitável e necessária do desenvolvimento das contradições da economia capitalista. O marxismo, com todo seu potencial crítico, e após a sua primeira fase de divulgação massiva, se encontrava reduzido à mera descoberta das leis naturais e objetivas do desenvolvimento da economia capitalista²³.

Neste sentido, o economicismo *“não passa de um aspecto do liberalismo, justificado com algumas afirmações mutiladas, e por isso banalizadas da filosofia da práxis”* (Gramsci, 1980:33)²⁴. Ele representa a subordinação das classes subalternas ao projeto ideológico do grupo dominante, pois aprisiona a possibilidade destas empreenderem a tarefa da construção de uma racionalidade nova às determinações do econômico. Ou seja, estas classes se tornam impedidas de realizar sua visão de

²³ Isto se choca frontalmente com a análise desenvolvida por Marx em O Capital, e toda crítica à ciência econômica de sua época: ele demonstra a função neutralizante *“que a abstração da troca desempenha, mostrando o surgimento do ‘político’, das antíteses de classe, a partir daquilo que a Political Economy, verdadeira ciência do poder da época, apresentava como ‘não político’: a neutralidade da troca entre capital e força de trabalho”* (Giacomo Marramao, em O político e as transformações. Críticas do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta, Belo Horizonte, Oficina de Livros Ltda, 1990, citado por Guimarães, 1996).

²⁴ Para Gramsci, o liberalismo ou movimento da livre troca parte do erro teórico de distinguir sociedade política da sociedade civil para afirmar que a atividade econômica é própria da sociedade civil e não cabe ao Estado intervir ou regulamentar. Porém, na realidade, sociedade civil e política se entrelaçam, levando Gramsci então a considerar o liberalismo também como *“uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico”*. O liberalismo é portanto, um programa político com objetivos específicos de modificar o Estado segundo os interesses do grupo dominante (1980:32).

mundo, de desenvolver e alcançar a “fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e dominante no Estado” (Gramsci, 1980:79)²⁵.

Desse modo, a autonomia das classes subalternas é sacrificada e elas são mantidas na fase econômico-corporativa, nos limites do imediato, não conseguindo transitar da sua condição de subalternidade para uma condição independente e dominante. E isto acontece porque, como nos explica Gramsci, a supressão da sua condição de subalternidade nem ao menos é colocada (não se coloca uma alternativa), ou porque esta problemática é elaborada de maneira incoerente e ineficaz, ou porque se pretende que se salte da forma de viver dos grupos à forma de viver da plena igualdade e da economia sindical automaticamente.

O economicismo pode se apresentar sob as mais variadas formas e, de acordo com Gramsci, ele se caracteriza por:

- 1) entender o fato econômico como interesse pessoal ou de um pequeno grupo, num sentido imediato. Não se considera as relações que permeiam a formação de uma classe econômica, mas o interesse individual como dissociado do político.
- 2) por reduzir o desenvolvimento econômico a uma série de inovações técnicas nos instrumentos de trabalho, ou à descoberta de uma nova matéria-prima ou novo combustível, transformando tais elementos em determinantes do movimento histórico. Assim, não há lugar para as expressões da vontade e iniciativas políticas e intelectuais, pois a evolução social está dada pelo desenvolvimento econômico.

O economicismo expressa, portanto, uma atitude alheia das classes subalternas em relação à vontade e ação políticas. Ao negar a intervenção destas últimas, o economicismo afirma o automatismo das leis econômicas, das leis de um desenvolvimento histórico exterior ao homem, como uma segunda natureza, uma

²⁵ Fazendo a crítica à “contaminação” economicista do marxismo, Gramsci lembra que “a filosofia da práxis perde uma grande parte da sua expansividade cultural na esfera superior do grupo intelectual, tanto quanto adquire entre as massas populares e entre os intelectuais medianos, que não pretendem cansar o cérebro, mas pretendem parecer sabidíssimos, etc” (1980:37). A partir da análise de Nicola Badaloni, em *Liberdade Individual e Homem Coletivo em Antônio Gramsci*, Guimarães (1996) nos lembra que o cerne da ideologia burguesa é transformar as relações sociais em simples determinações da livre troca no mercado, reduzir a sociedade ao economicismo. Este último significaria então, “uma expressão da hegemonia burguesa sobre o pensamento marxista”.

realidade já definida da qual ele é subordinado²⁶. O desenvolvimento econômico é reduzido às leis das mudanças técnicas nos instrumentos de trabalho e subordinado à descoberta de novas matérias-primas e novas formas de produção²⁷. Toda a história humana fica reduzida ao dinamismo das forças produtivas, mas fundamentalmente ao seu elemento técnico²⁸.

Em suma, para a doutrina economicista a base econômica encontra-se dissociada da política, das leis. Ou seja, a superestrutura torna-se um mero reflexo mecânico da base econômica²⁹. A ideologia perde, então, seu papel no processo histórico e, sem nenhuma autonomia, torna-se um mero epifenômeno. Além disso, de acordo com esta concepção, é a posição de classe dos sujeitos que define sua ideologia. Desconhece, no entanto, que é a orientação prática destes sujeitos que vai

²⁶ "O economicismo procede por reduções. O conceito de formação social desaparece diante do conceito de modo de produção, que é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. O modo de produção é reduzido à esfera do 'econômico'. Logo se reduz o conjunto das forças produtivas às relações de produção, vistas como base e motor da história. Um outro erro dessa visão é a redução das forças produtivas à tecnologia. Concluído esse círculo vicioso o marxismo está devidamente reduzido a um conjunto de dogmas. De redução em redução cai-se na famosa contradição Trabalho-Capital, tomada universal e abstratamente. Trata-se não de uma racionalidade classista, mas de uma abstração vazia, com o que caímos na mais brutal metafísica: as forças produtivas são a expressão da liberdade dos homens em relação às forças da natureza. Todas as demais contradições parecem desaparecer em uma espécie de Triângulo das Bermudas. Este é um dos erros fundamentais do esquematismo economicista" (Dias, 1995:5-6).

²⁷ No economicismo, "o desenvolvimento econômico e histórico depende imediatamente das mudanças num determinado elemento importante da produção, da descoberta de uma nova matéria-prima, de um novo combustível, etc., que trazem consigo a aplicação de novos métodos na construção e no acionamento das máquinas (...) A descoberta de novos combustíveis e de novas matérias-primas, tem certamente grande importância porque pode modificar a posição dos Estados, mas não determina o movimento histórico, etc" (Gramsci, 1980:35-36).

²⁸ E de acordo com Gramsci, "que importância deve ser atribuída ao "economicismo" no desenvolvimento dos métodos de investigação historiográfica, admitindo-se que o economicismo não pode ser confundido com a filosofia da práxis? Que um grupo de financistas que tem interesse em um país determinado possa guiar a política desse país, atrair a guerra ou finalizá-la é indubitável: contudo, a aceitação desse fato não é 'filosofia da práxis', é economicismo histórico, ou seja, é a afirmação de que 'imediatamente', 'ocasionalmente' os fatos são influenciados por determinados interesses de grupos, etc... Que o 'aroma do petróleo' possa provocar graves acontecimentos em um país é também certo, etc, não são, todavia, filosofia da práxis, inclusive podem ser aceitas e feitas por que rechace in toto a filosofia da práxis. Pode-se dizer que o fator econômico (entendido no sentido imediato e judaico do economicismo histórico) não é mais do que um dos tantos modos com que se apresenta o mais profundo processo histórico (fator raça, religião, etc.), porém, é esse processo mais profundo o que a filosofia da práxis quer explicar e precisamente por isso é uma filosofia, uma 'antropologia', e não um simples dogma de investigação histórica" (1980:232-233).

²⁹ Para Gramsci, "a pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e de expor cada flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da estrutura, deve ser combatida teoricamente como um infantilismo primitivo, ou praticamente deve ser combatido com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obra política e histórica concreta" (Cadernos do Cárcere, 1975:871)

definir sua racionalidade e não a articulação de um conjunto de idéias abstratas. Desconhece que a racionalidade é articulada em torno de sujeitos coletivos reais (e não de tipos ideais), e que ela é quem dá direção as suas ações. Afinal, os homens se organizam, conhecem a si mesmos, tomam consciência das suas diferenças e conflitos no confronto entre as visões de mundo.

1.6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Vimos, então, que as vontades coletivas articuladas e organizadas nos vários momentos e conjunturas e em torno de interesses diversos se manifestam nos discursos ideológicos. Ou seja, a ideologia tem uma existência material (produção de mercadorias, em especial), expressa-se nos mais variados espaços da vida, representa as visões de mundo das classes, suas diversas racionalidades.

Sendo, pois, expressão destas várias classes, as ideologias são múltiplas, contraditórias e historicamente constituídas. Por terem força real e serem definidoras das escolhas políticas dos sujeitos sociais, qualquer modificação estrutural para a manutenção ou alteração das condições de dominação não pode acontecer sem a intervenção dos elementos ideológicos. Ainda mais que é no campo das ideologias que os homens adquirem consciência do que são, se organizam e procuram realizar seus projetos.

Isto nos remete à questão da hegemonia, isto é, à capacidade de uma classe fundamental criar uma concepção de mundo própria, autônoma e realizá-la, de constituir-se em Estado.

Neste sentido, os conceitos de ideologia e hegemonia não só têm papel central para pensar a questão da emancipação dos trabalhadores, mas também são categorias importantes de análise da realidade social. Elas permitem perceber como as classes se articulam em torno dos seus projetos e lutam (ou para manterem seus interesses econômicos-corporativos, ou manterem e/ou construírem sua posição hegemônica na sociedade). Revelam o nível de crítica ou submissão que determinada classe tem em

relação às outras racionalidades e, conseqüentemente, o nível de consciência desta classe em relação a si mesma e ao processo de construção da sua “*civiltà*”. Por fim, permitem entender os processos históricos sem economicismos e reducionismos, uma vez que a história é um campo de possibilidades, espaço onde a hegemonia de uma classe é mantida ou negada.

Uma vez trabalhados estes pontos, o desafio que se coloca no capítulo seguinte é entender a processualidade histórica que impulsionou as atuais modificações no mundo do capital, tendo sempre como referência os embates entre duas visões de mundo, a capitalista e a socialista, que marcaram o século XX. Entender a história como espaço de disputa entre ideologias nos permite sair das amarras criadas pelos que afirmam serem inexoráveis estas transformações ou resultado “natural” do progresso da ciência.

2 - DA CRISE À REESTRUTURAÇÃO PERMANENTE DO CAPITAL

2.1 – APRESENTAÇÃO

As recentes modificações tecnológicas e organizacionais no processo de trabalho e as mudanças nas formas de organização do Estado são colocadas pela visão de mundo dominante como inevitáveis (uma ingerência da nova fase globalizada da economia ou um desdobramento “natural” do progresso técnico da humanidade) e, desse modo, comandadas pelo imperativo “técnico” (não político). Nestes termos, aos grupos sociais não resta muita escolha a não ser adequarem-se a nova realidade ou, no máximo, a possibilidade de introduzirem algumas políticas que amenizem os efeitos negativos do sistema, a exemplo do combate a fome.

No entanto, torna-se imprescindível a questão sobre as origens e os desdobramentos dessas transformações. Seriam, pois, naturais as “leis” que regem o progresso tecnológico e operam as mudanças no processo de produção? Por que fala-se tanto que o novo patamar tecnológico alcançado exige a desregulamentação do mercado de trabalho e da economia como um todo? Várias análises vêm tentando formular esta resposta, desde as que procuram construir um arcabouço teórico que justifica a necessidade de adequação dos grupos e instituições às mudanças até as que procuram investigar as bases deste processo e mostram o caráter ideológico deste discurso, apontando para a necessidade de construção de outro tipo de sociabilidade. Desde já, é preciso afirmá-lo, colocamo-nos contra as análises que acreditam ser possível civilizar o capitalismo, apresentando algumas “soluções” que amenizam o caráter excludente e regressivo destas transformações. Para nós, ao contrário, é fundamental superar a resignação teórico-prática tão difundida nos tempos atuais, e mostrar o caráter histórico e classista embutidos nas escolhas e nos discursos políticos.

O propósito deste capítulo é investigar as origens do complexo quadro de transformações na produção e configuração do Estado. Partimos do pressuposto que para entender as atuais transformações em sua complexidade, é preciso compreender suas bases históricas e como as classes se articulam em torno delas. Não basta investigar os arranjos produtivos e as formas de racionalização capitalista do trabalho em si, mas é fundamental pensá-los junto às modificações nas formas de organização política do Estado, na institucionalidade que cria as condições para que a reestruturação da economia se processe. Isso passa pelo entendimento da ideologia capitalista e suas formas historicamente concretizadas.

2.2- A NECESSIDADE DA REESTRUTURAÇÃO PERMANENTE DO CAPITAL.

As transformações e inovações que o capitalismo desenvolveu nas formas produtivas ao longo de sua história, se inserem em sua constante necessidade de criar e recriar as bases de valorização e acumulação do capital, sempre impulsionadas pela luta de classes e pelo ardente desejo de subjugar não só a força de trabalho, mas toda a sociedade às exigências do movimento do capital.

Como diz Marx em “O Capital”, o dinheiro é o ponto de partida da formação do capital, mas para transformá-lo enquanto tal, ele deve valorizar-se. A produção propriamente dita (de mercadorias e coisas úteis) funciona apenas como mediação necessária para essa valorização. Neste caso, para que uma determinada quantidade de dinheiro (D) torne-se capital, essa é convertida em mercadorias (M) que, após vendidas, vão gerar uma soma maior de dinheiro (D'): $D - M - D'$, e assim sucessivamente. O resultado do processo de produção capitalista não é só produto (valor de uso) ou mercadoria (produto que tem valor de troca), mas mais-valia, ou seja, mercadorias que possuem mais valor de troca, que representam um valor superior ao adiantado para a sua produção sob a forma de dinheiro ou mercadorias (inclusive o

trabalho)³⁰. Sendo assim, o processo produtivo sob o capitalismo é processo de trabalho e processo de valorização, estando o primeiro subordinado ao segundo, ou seja, aos capitalistas só interessa a produção de coisas úteis enquanto meio de agregar valor e gerar lucro.

A transformação do dinheiro em capital bem como a gênese do próprio capital e da produção capitalista se funda em dois momentos: na esfera da circulação e no processo de produção. Primeiro, na esfera do mercado, da circulação da mercadoria, ocorre a compra e venda de uma mercadoria muito especial, a força de trabalho. Aqui, capitalista e trabalhador aparecem como compradores e vendedores de mercadorias intercambiáveis e a transação realizada entre eles tem a forma de uma troca de equivalentes. Neste âmbito, capitalista e trabalhador estabelecem contrato “livre” no mercado uma vez que ambos são considerados “livres”, “possuidores” de “mercadorias” e iguais perante a lei, podendo, pois, se beneficiarem mutuamente. Na obra citada anteriormente, Marx mostra como essa aparente relação entre mercadorias e iguais esconde a desigualdade estrutural entre as classes, a extração da mais-valia, a exploração da força de trabalho.

Esse primeiro momento, embora seja anterior e independente do processo imediato de produção, constitui o fundamento e o resultado do processo capitalista de produção como um todo. Ele

“implica a separação entre as condições objetivas de trabalho – ou seja, os meios de subsistência e de produção – e a própria capacidade viva de trabalho, de tal modo que esta última é a única propriedade à disposição do operário e a única mercadoria que possui para vender. A separação se aprofunda a tal ponto que essas condições de trabalho aparecem ao operário como pessoas autônomas, posto que o capitalista, como proprietário delas, é apenas sua personificação, contraposta ao operário como simples possuidor da força de trabalho. Essa separação e autonomia são pressupostas a fim de que se efetue a compra e venda da força de trabalho, ou seja, para que o trabalho vivo se incorpore ao trabalho inanimado como meio para a autoconservação e autocrescimento deste último, portanto, de sua autovalorização” (Marx, 1978:48).

³⁰ O processo produtivo permite ao capitalista pagar um salário aos seus trabalhadores e deles extrair um maior valor (mais trabalho) que o equivalente ao efetivamente pago.

A mercadoria possuída pelo trabalhador – sua capacidade de trabalho – é transformada em salário. Este último é a antecipação de capital (capital variável) com vistas a sua valorização, mas ele aparece como se fosse o “valor real” do trabalho ou o “pagamento” do trabalho realizado. A parte de trabalho que fica sem remuneração será ocultada no processo produtivo (realização concreta do trabalho) pela aparência de que todo trabalho a ser fornecido (efetivado) é trabalho pago e pelo disfarce do contrato entre vontades livres e iguais.

No segundo momento, a capacidade de trabalho adquirida (potencial maior que o pago) é, então, consumida (concretizada) no processo de produção. Aqui já não se realiza mais a troca uma vez que o capitalista se apropria de todos os fatores do processo produtivo (tanto materiais, objetivos quanto pessoais, subjetivos) antes do início do processo. O trabalhador torna-se componente vivo do próprio capital e é incorporado aos componentes objetivos do capital.

Nessa esfera, o processo de trabalho é necessariamente subsumido formal (direção e condução do processo de trabalho é dada pelo capitalista) e realmente (quando as forças produtivas sociais do trabalho se apresentam como força produtiva do capital, algo absolutamente autônomo, que existe separadamente ao operário e é organizado pelos capitalistas independente do operário).

No início, o processo de trabalho subordinado ao capital em nada modifica o modo real de produção. Apenas o trabalhador, separado de suas condições objetivas de sobrevivência, expulso do campo, liberado de suas obrigações tradicionais (feudais) está “livre como um pássaro” para vender sua força de trabalho e acaba, após esta transação, sob o mando, direção e supervisão capitalista. É o que Marx (1988) denomina cooperação simples, a reunião de um conjunto de trabalhadores no mesmo lugar, ao mesmo tempo, sob o comando de um mesmo capitalista. Este constitui o ponto de partida histórica e conceitualmente do processo de produção capitalista.

Na medida em que a forma cooperativa de produção apresenta limites à valorização do capital³¹, modificações na base material (objetivas e subjetivas) do processo de trabalho são implementadas. É introduzida a divisão manufatureira do trabalho em que esse é sistematicamente subdividido em várias especialidades

³¹ Como, por exemplo, um grande controle dos procedimentos técnicos pelo operário

produtivas atribuídas à diferentes trabalhadores. Se a cooperação simplesmente reúne vários trabalhadores independentes em que cada um desenvolve um conjunto de operações na produção de uma única mercadoria, o trabalhador da manufatura se especializa na execução de uma tarefa exclusiva e torna-se parte integrante do processo produtivo. Tal parcelamento do trabalho reforça ainda mais a concentração das funções intelectuais e de controle nas mãos do capitalista. Além disso, na manufatura tem lugar uma modificação nos instrumentos de produção, mais precisamente na ferramenta, sendo essas ajustadas ao uso de cada função do trabalhador no coletivo organicamente articulado.

Porém, o capital ainda encontrava entraves a sua valorização. Apesar da decomposição das tarefas, ainda era a habilidade artesanal a base da produção e a oficina não existia sem ela. A rapidez, a destreza manual, a precisão e o discernimento do trabalhador manufatureiro constituíam o saber-fazer que lhe era próprio, inteiramente sob seu controle e juízo³². A dependência desta habilidade e a crescente insubordinação dos trabalhadores representavam sérios problemas aos objetivos do capital. Era preciso abolir o papel do ofício artesanal e da capacidade individual como princípios reguladores da produção social. Além disso, a rígida estrutura ocupacional e a limitada extensão do mercado constituíam empecilhos à expansão e valorização do capital.

O capital procura, então, modificar a base material criada na manufatura de modo a liberar forças para a produção e reprodução do valor. Passa a fazer uso da maquinaria como meio de produção de mais-valia. O trabalho hábil artesanal é substituído pela capacidade em lidar com as máquinas ou sistema de máquinas, em realizar as tarefas por elas ditadas. Neste momento, acontece a separação definitiva do produtor do conjunto das condições materiais e intelectuais do processo de trabalho³³, possibilitando a utilização produtiva, sob o controle do capitalista e de seus agentes, dos resultados dos desenvolvimentos científicos. O aumento do uso do capital constante em relação ao variável permite ainda ao capitalista controlar salários, pois ele

³² Apesar da especialização, de não dominar completamente a produção da mercadoria, o ritmo da atividade ainda era consideravelmente dado pelo operário e sua habilidade individual.

³³ Subsunção real do trabalho ao capital.

pode substituir o trabalhador por meio da mecanização crescente do processo de trabalho através da introdução de máquinas e equipamentos.

Dessa maneira, o capital pôde se impor enquanto força autônoma em relação ao trabalho uma vez que são os meios de trabalho que empregam os operários e não o contrário, tal qual ocorria na cooperação e manufatura. A força produtiva desenvolvida pelo trabalho socialmente combinado “... *apresenta-se como algo absolutamente autônomo, existente separadamente do operário, como algo organizado pelos capitalistas independentemente dos operários*” (Marx, 1978:84). Não somente as coisas materiais (matérias-primas, instrumentos de trabalho), mas também as próprias formas de trabalho socialmente desenvolvidas (cooperação, manufatura, fábrica) e as forças produtivas por elas desenvolvidas também se opõem ao trabalhador enquanto capital. Além disso, como esta força produtiva social do trabalho só se desenvolveu quando a força de trabalho passou a “pertencer ao capitalista”, ela ganhou a aparência de ser uma força produtiva naturalmente inerente ao capital, como força produtiva desse. Tal aparência levou a sua derivação, a de que o capital é indispensável ao processo de trabalho humano em geral, é eterno, natural, imutável e portador do progresso. “*O capital é visto, desse modo, como coisa, que no processo de produção desempenha certo papel próprio de uma coisa, adequado a sua condição de coisa*” (Marx, 1978:13).

Sendo, pois, o capital visto como uma coisa, algo que modifica a si mesmo e que o operário já encontra pronta, a relação social entre capital - trabalho assalariado parece ser uma relação técnica, uma relação entre o produtor e a máquina. Se na cooperação e manufatura a imposição ao sobretrabalho se realizava através da vigilância da regularidade, da intensidade do trabalho, da forma de utilização das condições materiais de produção e da coerção ao trabalho (necessidade de sobrevivência, leis punitivas), no sistema de máquinas essa imposição ganha a aparência de ser técnica, racional, fruto da natureza e do ritmo de meio de trabalho.

Ao mesmo tempo, esse fetichismo tem um caráter real uma vez que a subordinação do trabalho ao capital se torna uma condição tecnológica do processo de produção à partir da maquinaria.

“A subsunção real do trabalho ao capital implica uma tal transformação da natureza da força do trabalho que esta se torna “tecnicamente” incapaz de

funcionar num processo de trabalho não dominado pelo capital; ao mesmo tempo, o operário tem a impressão que é a máquina e não o capitalista que o explora” (Magaline, 1977:59).

Assim, as formas sociais do trabalho operário se formaram independentemente dos operários individualmente considerados. Subsumidos ao capital, esses tornam-se elementos dessas formações sociais que se lhes opõem como “figuras do próprio capital”, pertencentes ao capital.

“Isso reveste formas tanto mais reais quanto, por um lado, sua própria força de trabalho é modificada de tal sorte por essas formas, que ela, em sua autonomia – isto é, à margem desse contexto capitalista – se torna impotente; sua capacidade produtiva se quebra; e por outro lado, com o desenvolvimento da maquinaria as condições de trabalho também surgem dominando o trabalho do ponto de vista tecnológico, e ao mesmo tempo o substituem, oprimem-no, tornam-no supérfluo em suas formas autônomas” (Marx, 1978:86).

Se, de um lado, o capital através destas diversas formas de organização do processo produtivo buscou sempre ampliar seu controle sobre o mesmo (no quadro das suas necessidades de valorização), transformando o trabalhador de ofício, conhecedor dos segredos e “saber-fazer” do seu ofício em operário, simples vigilante da máquina, suprimindo o princípio subjetivo e transformando o processo de trabalho em algo objetivo, “condição material” que o operário já encontra pronta, de outro lado, a classe operária também se organizou para resistir a este processo: realizou greves, barricadas, confrontou abertamente o patronato e a polícia, quebrou máquinas, criou seus sindicatos e partidos, impôs limites à exploração capitalista ao mesmo tempo em que mostrou ser possível organizar a coletividade de outra forma. Se, de um lado, o capital apresenta a capacidade de renovar-se e reestruturar-se permanentemente, de outro lado, manifestam-se as possibilidades de superação da ordem hegemônica e construção de um novo ordenamento (tal qual mostraram a experiência da Comuna de Paris, em 1871 e da Revolução Russa, em 1917).

No entanto, a resistência organizada pelas classes subalternas foi paulatinamente incorporada ao seio da institucionalidade burguesa³⁴. Mesmo porque o capital, visto em seu conjunto, não produz somente as condições materiais de produção, mas também as condições sociais e políticas para sua produção/reprodução. Ou seja, além da mercadoria e da produtividade, o capital produz/reproduz a relação capitalista - trabalho assalariado, mantém a divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção e entre trabalho intelectual e manual, recompõe as qualificações para o capital e potencializa o uso da ciência e da tecnologia. Neste sentido, o capital busca revolucionar continuamente a técnica e a organização social do trabalho, derrubar e criar leis, enfim, superar

“todos os impedimentos legais e extra-econômicos que lhe dificultam a liberdade de movimentos entre as diversas esferas da produção. Antes de tudo, derruba todas as barreiras legais ou tradicionais que o impedem de adquirir, a seu arbítrio, tal ou qual tipo de capacidade de trabalho, ou de apropriar-se, à vontade, deste ou daquele gênero de trabalho (Marx, 1978:44).

Conforme bem ressalta Dias (1997:13), *“todo bloco histórico se constitui necessariamente por rupturas com as formas anteriores e se atualiza permanentemente (cf. as lutas de classe)”*. O capitalismo para se tornar força dominante na sociedade teve que destruir a antiga racionalidade feudal. Ao mesmo tempo, seu desenvolvimento exige um processo permanente de atualização/ transformação das suas condições históricas de modo a impedir uma outra racionalidade. Isso quer dizer que o capitalismo para realizar-se, para liberar ao máximo sua capacidade produtiva precisa inviabilizar as ideologias antagônicas e colocar-se como único horizonte possível. Precisa subsumir o trabalho formal e realmente, criar as formas de produção que viabilizem o movimento do capital, sua valorização, criar seu Estado.

³⁴ Um exemplo disso foi a luta pela democracia, particularmente pelo direito ao voto, que acabou sendo assimilado pela ordem capitalista e tornando-se um mecanismo primordial no redirecionamento da rebeldia das classes subalternas. Todavia, a resistência não se extinguiu. A ação de sindicatos e partidos

2.3- A RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL NO SÉCULO XX.

Desde a segunda metade do século XIX (sobretudo a partir de 1860), o movimento de resistência das classes subalternas vinha crescendo significativamente e, o que é essencial, dentro de uma perspectiva de construção de uma ordem proletária. A revolução russa em 1917 foi o ponto culminante deste processo e marcou sobremaneira o processo de recomposição/atualização do bloco histórico capitalista ao longo do século XX.

Dentre as respostas empreendidas pela classe operária, a Revolução de Outubro foi a mais importante, pois tornou-se referência e inspirou movimentos sociais em todos os lugares do mundo, mostrou que o capitalismo não era uma fatalidade, sendo possível resistir ao seu domínio e, principalmente, construir uma nova racionalidade³⁵.

A presença da experiência russa trouxe pânico e terror para as burguesias e exigiu delas a implementação de mudanças que buscassem superar os antagonismos. Além disso, as crescentes contradições no interior das sociedades capitalistas, as crises, o acirramento da competição interestatal, a primeira grande guerra, a organização das classes operárias também exigiram do capital modificações. Assim, para garantir sua hegemonia, pelo menos em parte do planeta, o capital produziu o taylorismo, o fordismo, o nazi-facismo, o *new deal*, o estado do bem-estar social.

operários sempre buscaram impor limites à ação capitalista, mesmo que algumas demandas das classes subalternas tenham sido incorporadas e travestidas pela institucionalidade burguesa.

³⁵ Embora seja de grande importância a análise da experiência russa e seus desdobramentos, optamos, dentro dos limites deste trabalho, por apenas ressaltar seu caráter antagônico ao capitalismo e seu papel de referência no imaginário e práticas das classes trabalhadoras no século XX.

2.3.1 – Taylorismo, Fordismo e Americanismo: a constituição de um novo padrão de relações industriais.

Os EUA foram, conforme apontado por Dias (1995), o “laboratório” das novas experiências de subordinação do trabalho ao capital desde o início do século XX. O fenômeno americano veio como resposta à lei da queda tendencial da taxa de lucro³⁶ e a um movimento operário que ainda controlava relativamente o trabalho, através dos sindicatos de ofício. Rearranjar, portanto, as bases da acumulação de capital (ameaçadas pela queda da taxa de lucro) e seus aparelhos de hegemonia de forma a manter a subalternidade dos trabalhadores tornou-se condição primordial para sobrevivência capitalista.

Para tal, um “novo mecanismo de acumulação” foi introduzido, o que inaugurou a passagem do *“velho individualismo econômico para a economia programática”* (Gramsci, 1980:375). Ou seja, criou-se um novo mecanismo de acumulação baseado na “estrutura da produção em massa” que recompôs a unidade entre as necessidades de acumulação do capital e sua institucionalidade. O primeiro esforço nesta direção foi o de difundir um novo modelo de relações industriais. Juntando taylorismo e fordismo com o puritanismo protestante criou-se um novo tipo de trabalhador, um “novo tipo humano” para atender às novas exigências da racionalidade produtiva.

³⁶ Tal lei é uma tendência porque, primeiro, ela se verifica em situações históricas concretas em que podem se colocar tanto elementos que a acelerem quanto elementos que a atenuem; segundo, porque expressa a tendência do capitalismo para o seu próprio esgotamento (o que não significa daí derivar a noção de que o capital vai, necessariamente, em direção a sua auto dissolução). Resumidamente, esta lei consiste em: 1) Ao buscar extrair crescentes cotas de mais-valia, o capital investe em novas tecnologias, aumentando a composição orgânica do mesmo. Mas, ao fazê-lo, tende a diminuir a presença do trabalho vivo na produção, negando as bases de sua própria valorização (o trabalho vivo como criador de valor) e, conseqüentemente, levando à queda na taxa de lucro. Contrariamente, com o aumento da composição orgânica do capital, cresce a produtividade do trabalho e o potencial de extração de mais-valia e de criação de valor. 2) Ao diminuir as quantidades de trabalho vivo na produção, diminui a massa salarial e aumenta a renda dos capitalistas, gerando o problema da realização da produção ou subconsumo. Em contratendência, o aumento dos investimentos leva a um aumento pela demanda de bens de produção e, conseqüentemente, ao aumento da composição orgânica do capital e diminuição do trabalho vivo e da taxa de lucro. Por isso, o capitalismo é um sistema fadado à renovar permanentemente sua base técnica para lidar com a tendência à queda na taxa de lucro.

Para Gramsci, a introdução destas mudanças significava a expressão das modificações já encerradas no próprio desenvolvimento das forças produtivas na economia capitalista americana. Ou, como ele mesmo nos diz,

“... na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que é apenas mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada” (1980:397).

Já desde fins do século XIX o desenvolvimento de métodos de organização e controle do trabalho começava a ganhar força. O que se convencionou chamar de taylorismo nada mais foi do que a síntese deste processo. A organização científica do trabalho iniciada por Taylor inscreve-se na busca de respostas aos crescentes e complexos problemas de controle do trabalho, num contexto de rápida expansão das empresas e aplicação sistemática da ciência à produção.

O primeiro passo da racionalização da produção realizada pelo movimento taylorista passava pela luta contra os sindicatos que eram proprietários dos ofícios qualificados. A quebra destes sindicatos e da propriedade do ofício (via coerção e repressão policial) era fundamental para o capitalismo americano. Em seguida, ao subordinar os sindicatos à disciplina do capital, foi imposta uma nova subjetividade operária. Os trabalhadores deviam executar o trabalho de acordo com a objetividade definida pelo capital e não mais segundo critérios e controles próprios. Essa objetividade era dada pela decomposição das tarefas, organização, definição dos tempos e movimentos, normas, formas de controle e persuasão às normas, eliminação das porosidades do trabalho, etc..

Desse modo, eliminar a capacidade de resistência e autonomia dos trabalhadores adaptando-os às necessidades do capital tornou-se o cerne da investigação “científica”³⁷ de Taylor. Esta pode ser expressa em três princípios básicos:

³⁷ As modificações tayloristas no processo de trabalho, embora tenham toda uma aparência de científicas, técnicas, pautadas em estudos dentro de um “raciocínio lógico”, pretensamente universal, foram claramente concebidas segundo a visão de mundo capitalista. Segundo Tragtemberg, por trás dos princípios tayloristas, tais como o caráter “racional e científico” de suas técnicas de organização do trabalho, os critérios de seleção e a cooperação entre operário e patrão, estão subjacentes uma determinada significação de gerência, uma concepção do homem (homem econômico, indolência e

primeiro, de que é preciso eliminar o controle operário sobre o trabalho - o processo de trabalho não pode depender do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores, mas somente da gerência; segundo, de que é necessário retirar todo o trabalho de concepção e planejamento da oficina e isolá-los em departamentos - separar a concepção do trabalho de sua execução, estudando os "tempos e movimentos" dos trabalhadores, expropriando seu saber, decompondo o trabalho em operações simples, e reorganizando todo o processo de trabalho sob o controle da gerência; aos trabalhadores cabe apenas *"executar funções simplificadas, orientadas por instruções simplificadas, o que é o seu dever seguir sem pensar e sem compreender os raciocínios técnicos ou dados subjacentes"*, quer dizer, transformar o operário no "gorila amestrado"; terceiro, trata-se de utilizar todo o saber expropriado e colocado nas mãos da gerência e dos departamentos de planejamento para controlar o processo de trabalho e a forma de execução do mesmo (Braverman, 1987)³⁸.

O fordismo veio para ampliar o raio de controle sobre o trabalho. Representou uma arma política fortíssima contra os operários e seus sindicatos por dar um salto qualitativo considerável - não só introduziu um novo método de organização do trabalho como também novas formas de controle global sobre a vida dos trabalhadores, desde a sexualidade, a composição da família, a religião, a pátria

O fordismo coloca em prática a racionalização da produção em vários aspectos: a mecanização, a padronização de produtos e processos, o planejamento do processo de trabalho, a produção em linha de montagem. Esta última torna-se um elemento chave na organização do trabalho, pois, decompõe ao máximo as tarefas, fixa os trabalhadores em postos onde são as peças que se movimentam numa correia transportadora, e impõe um ritmo de trabalho para todos os trabalhadores ao mesmo

ineficiência "naturais"), o ascetismo protestante (disciplina, poupança), a noção de harmonia de interesses entre capitalistas e trabalhadores, e o aprofundamento do trabalho cooperativo especificamente capitalista.

³⁸ Uma das consequências imediatas da introdução dos métodos tayloristas está na intensificação do trabalho. Esta se dá através da redução dos tempos mortos ou das porosidades existentes na jornada de trabalho - ou seja - redução dos tempos de não trabalho ou de não valorização do capital gastos geralmente com o deslocamento de materiais e trabalhadores, com a descontinuidade das tarefas, (tempos de espera e reparos, tempos de reconstituição da força de trabalho - como as pausas por fadiga). A intensificação é obtida ainda pela aceleração do ritmo de trabalho (Ferreira, 1984:28). O taylorismo leva, portanto, a uma maior sujeição do trabalho ao capital.

tempo. Nas palavras de Ford: “levar o trabalho aos homens, ao invés dos homens ao trabalho”³⁹.

Aliados à racionalização (taylorismo + linha de montagem), estão os altos salários para parte da classe trabalhadora como forma de persuasão e de organização do consenso e como medida de diminuição do absenteísmo e “turn over” (cujas taxas eram elevadíssimas na época). A construção desta hegemonia só foi possível ao articular a força (liquidação das organizações de combate operário de base territorial)⁴⁰ com a persuasão (altos salários, benefícios sociais e propaganda do “modo de viver americano”). Deste modo, pôde-se recompor as bases de legitimação da sociedade capitalista, encontrar uma “saída” para a crise⁴¹.

Mas altos salários implicam, também, em uma forma “correta” de gastá-los. *“É preciso que o trabalhador gaste “racionalmente” a maior quantidade de dinheiro para manter, renovar e, possivelmente, aumentar a sua eficiência muscular e nervosa, e não para destruí-la ou diminuí-la”* (Gramsci, 1980:398). Daí a necessidade de uma “boa moralidade”, a proibição do álcool, do jogo, a limpeza e a reserva, a constituição de uma classe trabalhadora sóbria, aplicada e saudável. A política de altos salários acabou por criar um nexo entre a produção em massa e norma de consumo, e *“assegurar a manutenção e a reprodução de uma classe operária numerosa sobre bases inteiramente - ou quase - capitalistas”* (Gimeñez⁴² apud Souza, 1991:61). Mesmo porque a jornada de oito horas a cinco dólares, proposta por Ford, não era somente uma forma de obrigar o trabalhador a obter a disciplina necessária para operar a linha de montagem, mas significava, também, tempo e dinheiro suficientes para que ele

³⁹ “Taking the work to the men instead of the men to the work” (Ford, 1922:80).

⁴⁰ *“A racionalização do trabalho associada à diversificação da seção de meios de consumo, e aos altos salários, elevou a um novo patamar as relações de força entre a burguesia e o operariado levando por consequente ao enfraquecimento e à destruição das organizações de combate e defesa dos trabalhadores”* (T. de Souza, 1992)

⁴¹ *“A adaptação aos novos métodos de produção e trabalho não se pode verificar apenas através da coação social ... A coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho”* (Gramsci, 1980: 405).

⁴² GIMÉNEZ, A D. *Travailleur collectif, autonomie ouvrière et crise du proces de travail: le cas du collectif de travail à la Regie Renault*. Grenoble: Univ. des Sciences Sociales de Grenoble/Faculté des Sciences Economiques, these de doctorat pour le 3ème Cycle, 1979, p. 64-65.

gastasse com os produtos produzidos em massa. Como bem expressa Harvey (1992:121):

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”.

O mecanismo do alto salário permite ainda ampliar as diferenças no seio da classe operária. É instrumento de seleção daqueles trabalhadores que são dignos, que estão aptos para o trabalho na “Ford” e que podem assentir a um “bom consumo”. *“Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será desapiadadamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo tout court”* (Gramsci, 1980:397).

É preciso, então, um novo tipo humano para um novo tipo de trabalho e de processo produtivo. Tornar o trabalhador apto para o trabalho, sem doenças que não sejam as decorrentes do próprio trabalho. Eliminar as formas de utilização do corpo e do tempo que não sejam produtivas (Dias, 1991). Para Ford, era fundamental produzir as condições sociais para que se considerasse a fábrica como extensão do lar e vice-versa.

Como nos diz Gramsci, os novos métodos de trabalho estão indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida. E este torna-se o objetivo da sociedade americana:

“... desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal” (Gramsci, 1980: 397).

Em última instância, transformar o trabalhador no “gorila amestrado” de Taylor e elevá-lo ao máximo de mecanicidade.

Mas este novo tipo humano só se desenvolverá se, aliado à racionalização do trabalho e da produção estiver também regulado o instinto sexual e fortalecida a família. Associada à nova ética do trabalho provinha uma nova ética social⁴³. À mulher cabia assumir uma “nova personalidade feminina”, pois como dizia Ford, ela não tinha lugar na indústria, mas sim no casamento. À ela se atribuíam as funções reprodutivas e o posto de “rainha do lar”.

Ela, juntamente com os jovens operários com menos de vinte e um anos e os operários com menos de seis meses de casa, constituíam o grupo daqueles que não eram ainda dignos e não poderiam se beneficiar dos cinco dólares por dia. Iriam formar a parte operária subcontratada, temporária, de uso precário, excluída das formas de cidadania fordista, o que acabaria por criar as condições para cisão da identidade e representação da classe trabalhadora.

O americanismo constituía, portanto, uma nova tentativa de construção da hegemonia do grupo dominante e um fantástico instrumento político contra a radicalidade e a unidade operária. Pois, através da criação de um novo tipo de trabalhador coletivo, formou-se uma nova classe operária (o operário-massa) e uma nova classe média (Gramsci, 1980).

O fenômeno americano refere-se ainda ao processo no qual a burguesia industrial americana fundou um tipo novo de Estado, constituindo um conjunto de aparelhos hegemônicos, um conjunto de superestruturas que vão consolidar seu papel dirigente na sociedade.

“A classe dominante organiza toda a vida nacional (social, cultural) construindo em torno do estado um sistema de aparelhos (privados, semi-públicos e públicos) que constituem as diversas projeções da função de direção política na sociedade civil” (Gramsci, 1980:310).

⁴³ “Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão conectados indubitavelmente: as pesquisas dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a moralidade dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse destas tentativas (ainda se falidas) e visse nisso apenas uma manifestação hipócrita de puritanismo, se negaria toda possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno americano, que é mesmo o maior esforço coletivo verificado até agora para criar com rapidez inaudita e com uma consciência de finalidade jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem” (Gramsci, 1980:396).

Nas palavras de Altvater (1995:80), ocorreu uma sistematização da sociedade americana que abrangia tanto a empresa, sua administração e seus trabalhadores, como a economia como um todo, a política, a disposição das cidades, a paisagem, a natureza, as ciências, a cultura e a forma do tempo livre.

Enfim, o novo padrão de relações industriais inaugurado pelo americanismo funcionou, em certo sentido, como um laboratório para o que posteriormente se convencionou chamar de Estado do Bem Estar Social. Este começou a se conformar nos anos vinte, mas somente no período pós-guerra ele se consolidou, no seio da correlação de forças que se estabeleceu entre os dois mundos (o socialista e o capitalista), e no momento em que a Europa vivia um processo de “social-democratização”. O que estava em cena, neste momento, era o confronto entre duas visões de mundo: a capitalista e a socialista. E é basicamente esta disputa que vai efetivar e ampliar o padrão de relações industriais introduzido pelo fordismo.

2.3.2 – Uma nova concepção do Estado: Socialismo, Nazi-facismo, “New Deal” e Estado do Bem-Estar Social

Como bem coloca Hobsbawm (1996), a política internacional do século XX após a Revolução Russa, exceto os anos de 33 a 45, pode ser melhor compreendida *“como uma luta secular de forças da velha ordem contra a revolução social, tida como encarnada nos destinos da URSS e do comunismo internacional a eles aliada ou deles dependente”* (p.39).

O nascimento da URSS, de acordo com Beaud, mostrava que

“... numa parte do mundo, já não reina o capitalismo; um novo modo de acumulação e de industrialização, uma outra sociedade de classes, uma formidável condensação do poder do Estado fazem reinar nela outras modalidades de produção e de aplicação de recursos” (1987: 301).

As classes trabalhadoras, organizadas em torno de partidos socialistas e influenciadas pela revolução russa representavam uma alternativa política na maioria

dos estados da Europa. Um conjunto de greves políticas e manifestações em massa contra a guerra e contra a introdução dos novos métodos de trabalho se espalhou por todo velho continente. *“Parecia que o velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês, ‘perdido o mandato do céu’”* (Hobsbawm, 1996:40).

A experiência da revolução russa tornou-se, portanto, referência para o conjunto das classes subalternas em sua capacidade de resistência e como possibilidade de uma nova sociabilidade em torno da ideologia socialista. E é claro que a forma de viver capitalista tinha que se contrapor à forma de viver socialista⁴⁴. Era preciso recompor as sociedades dos países ocidentais com base nas modernas relações industriais fordistas, recriando as formas estatais e proporcionando um mínimo de direitos e garantias exigidas pelos movimentos dos trabalhadores influenciados pelo socialismo⁴⁵.

Além disso, o capital vivenciou um momento de crise orgânica ao longo dos anos trinta. O liberalismo era desafiado dentro da própria esfera capitalista pela crescente intervenção nas leis e no mercado, até com o controle de parcela substantiva produção, como no caso do estado nazi-fascista⁴⁶. Este último,

“negava a forma clássica da sociabilidade capitalista e fez com que, no seu próprio campo, suas regras básicas de cidadania, de legalidade e legitimidade, fossem colocadas em dúvida (...). O capitalismo utilizou sem nenhum pudor ou constrangimento o nazi-facismo como uma de suas formas legítimas de imposição de seu projeto, de sua racionalidade. O fórceps facista fez o parto do capitalismo fordista nas velhas economias européias” (Dias, 1997:99).

Esta situação de conflito entre projetos, inclusive na própria forma de gestão dominante do capitalismo, gerou uma série de antagonismos e tensões nos anos 30 que culminaram na Segunda Grande Guerra.

⁴⁴ “Assim se organizam - economia, moeda, defesa - dois mundos frente a frente: o mundo capitalista, ontem hegemônico descobre hoje que a terra já não lhe pertence, que matérias primas e mercados já não lhe são acessíveis, que existe um outro modo de acumulação e industrialização fundamentado sobre a apropriação coletiva dos meios de produção, sobre o planejamento, sobre a direção e a coação do estado” (Beaud, 1987).

⁴⁵ É preciso lembrar que somente após a derrota dos movimentos operários radicais os países capitalistas centrais criaram as condições para a introdução das práticas de produção e do arranjo institucional fordista.

Por outro lado, essas contradições junto da organização e mobilização das massas operárias levaram à concepção e implantação do *New Deal* (após 1932 - eleição de Roosevelt). A crise de 1929 havia colocado o liberalismo econômico em cheque. A economia ocidental e liberal não conseguia se recuperar com base em seus próprios esforços. O desemprego e a miséria atingiam dimensões alarmantes (chegou a 25% nos EUA) enquanto que havia destruição de capacidade produtiva e mesmo da produção que não encontrava compradores⁴⁷. Os trabalhadores encontravam-se fragilizados pelo desemprego, mas ao mesmo tempo desalentados pela falta de perspectivas dentro do modelo tradicional e os capitalistas se achavam ameaçados pela recessão e pelas idéias socialistas. Neste mesmo momento, a União Soviética crescia e se industrializava a altas taxas e os países fascistas não sofriam tão agudamente os efeitos da crise.

O “*New Deal*” ou o “novo pacto”, de Roosevelt, teve papel importante para consolidação do novo tipo de Estado. Ele assumiu um caráter terminante na concretização do papel dirigente da burguesia industrial americana assim como de um certo “equilíbrio de compromisso” e adesão das classes dominadas. Com a finalidade de responder à crise do final dos anos vinte e a uma série de contradições econômicas e culturais, específicas da formação nacional americana, seu patronato industrial foi pressionado à “abrir mão” de alguns interesses econômicos corporativos, mas que, na verdade, não se referiam ao essencial, ou seja, não abalariam sua função decisiva, dirigente da economia, da atividade econômica. O *New Deal* conseguiu conduzir parte deste patronato a aceitar concessões que permitissem a integração do conjunto da classe operária no sistema de consumo. E ainda possibilitou a abertura de caminho para uma “frutuosa cooperação entre o governo e os negócios”, bem definida na frase: “o que é bom para a General Motors é bom para a América” (Beaud, 1987). Era o governo em busca da “segurança social” e progresso para a América. Segurança esta

⁴⁶ Os estados fascistas sofrem em menor intensidade os efeitos da crise de 1929 pela maior demanda que próprio governo central criava na economia em seu projeto de fortalecimento (como mais armamentos, aumento de efetivo das forças armadas e órgãos de controle, obras estratégicas).

⁴⁷ Pode-se exemplificar no caso da destruição de produtos agrícolas antes de leva-los ao mercado. Destruição de alimentos pelos fazendeiros para tentar sustar queda de preços, mesmo em panorama de muita fome, necessidade e escassez.

conseguida somente com a adesão e o consentimento do grupo dominado e o uso da força sobre o mesmo.

As propostas de Keynes acerca do papel do Estado como promotor do pleno emprego (difundidas após a primeira publicação da sua “Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda” em 1935) encontraram grande repercussão como medida de saída da crise de 1929 e justificou as práticas do *New Deal*. Segundo Hobsbawm (1996:276), as políticas de proteção ao emprego, os investimentos em infra-estrutura, os subsídios agrícolas e os sistemas previdenciários estiveram presentes em um restrito número de países capitalistas, se pensadas como um todo. No entanto, deve-se lembrar que a importância ideológica e política de um Estado que paira acima dos conflitos entre as classes não foram pequenas.

A entrada mais intervencionista do estado na economia, superando os pudores liberais mais exaltados, regulando o mercado, junto a gestação do “*Welfare State*” (no pós-guerra) foram as saídas encontradas para recompor a ordem capitalista ameaçada.

O estabelecimento desta “nova ordem” se deu com a ajuda dos EUA, uma vez que a Europa estava arrasada pela guerra e povoada, como diz Hobsbawm (1996), por pessoas desesperadas, mais do que dispostas a ouvir o apelo da revolução social. Assim, no contexto do imediato pós-guerra, num mundo esfacelado e dividido em dois blocos antagônicos, recuperar-se da guerra tornou-se a prioridade dos países europeus e Japão. Para os Estados capitalistas esta recuperação representava livrar-se do medo da revolução social e do avanço comunista. Significava livrar-se também da herança da guerra e da resistência. Era preciso criar uma “*economia programática*” que substituísse o velho “*individualismo econômico*” e conduzisse as classes trabalhadoras aos interesses gerais da produção transformando os grupos de resistência em grupos de negociação (Tude de Souza, 1991).

Os EUA tornaram-se o epicentro desta nova ordem, uma vez que as condições da Segunda Guerra Mundial possibilitaram a este país uma grande expansão ao passo que os antigos impérios europeus estavam economicamente debilitados pela guerra⁴⁸. Somente para exemplificar, este país aumentou seu PNB em dois terços e acabou a guerra com quase dois terços da produção industrial mundial (Hobsbawm, 1996).

Com todo seu poderio econômico, os EUA reconstruíram a Europa arrasada através do Plano Marshall (1947). As nações capitalistas, sob seu comando, reuniram-se em torno da estratégia de abertura de novos mercados, passando a empreender uma política de ocupação de novos espaços, via processo de realocização da produção industrial⁴⁹. A velha hegemonia européia cedia o lugar a nova forma de mediação de conflitos inaugurada pelos americanos. Tudo isso, para impedir que o bloco coletivista de Estado (URSS) ampliasse sua esfera de influência, bem como para barrar as pressões sociais internas e possibilitar o reerguimento do capitalismo. Segundo Altvater (1995:65-67), o princípio hegemônico norte-americano se organizava em torno da *"contenção do poderio soviético"*.

A abertura para o investimento estrangeiro, principalmente na reconstrução da Europa, permitiu que a capacidade produtiva excedente dos EUA fosse absorvida⁵⁰ e que o padrão de relações fordistas se espalhasse, possibilitando a criação de mercados de massa globais e a absorção da parte da população mundial dos países não comunistas na dinâmica de um capitalismo renovado. O capitalismo se inseriu em um surto expansionista de alcance mundial, incorporando inclusive várias nações descolonizadas. E é claro que a disseminação das práticas fordistas se deu de modo diferenciado, de acordo com a conjuntura e a formação específica de cada estado-nação.

Segundo Harvey (1992:123-4), não foi fácil a aceitação do sistema de produção fordista pelos operários europeus, cuja organização do trabalho e as tradições artesanais eram muito fortes. Nada tinha de familiar um trabalho rotinizado, altamente hierarquizado, que privava o trabalhador, quase que por completo, do que ainda restava de controle sobre o ritmo e organização da produção. Para remover os obstáculos impostos pelos trabalhadores à efetivação do fordismo na Europa, foi preciso uma enorme revolução nas relações de classes iniciada nos anos trinta. As condições para o

⁴⁸ Os países da Europa e o Japão tiveram grande parte de seu potencial produtivo (estradas, energia, indústrias) destruídos no conflito.

⁴⁹ "... não foi o capital das corporações norte-americanas que deu início à fase de expansão material da economia mundial capitalista no pós-guerra; o Keynesianismo militar global do governo norte-americano é que o fez. Ainda assim, a expansão transnacional do capital das corporações norte-americanas foi ao mesmo tempo um meio crucial e um efeito extremamente importante da busca de poder mundial do governo dos Estados Unidos" (Arrighi, 1996:316).

estabelecimento do tipo de “compromisso” entre sindicatos e empresas caro ao fordismo, só se concretizaram após a Segunda Guerra.

Contribuíram para este processo, tanto “a derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato” (Harvey, 1992:125), quanto a emergência da social-democracia como forma de governo dominante na Europa. Grande parte dos sindicatos e partidos de esquerda, à medida que abandonavam a perspectiva revolucionária, passaram a adotar uma política de parceria com o capital onde em troca de estabilidade no emprego e melhores salários aceitavam os lucros e a gestão capitalistas. É claro que o ataque aos sindicatos de ofício e aos sindicatos classistas e combativos criaram o terreno político para as práticas de produção e compromissos típicos do fordismo.

A “social-democratização” serviu como uma espécie de anteparo ideológico para a difusão do novo modelo de relações industriais. Tratava-se de criar todo um corpo teórico que justificasse e traduzisse, na prática, a integração das massas à sociedade de consumo e à construção da democracia (de forma a barrar os conflitos de classe crescentes). Com suporte na teoria keynesiana⁵⁰ os sociais democratas reafirmam⁵² que o Estado⁵³ pode ter um papel ativo no controle da economia e na construção do bem-estar dos cidadãos, amenizando o “jugo do mercado capitalista”⁵⁴ sobre a

⁵⁰ Investimento este iniciado no período entre guerras, quando as empresas americanas procuravam mercados externos para superar os limites da demanda efetiva interna.

⁵¹ Para Keynes, salários elevados (com emprego crescente) significavam aumento da demanda agregada que implicava em expectativa de lucro crescente, estímulo aos capitalistas, e consequentemente maior investimento e crescimento econômico. A teoria econômica de Keynes também vai servir como base (de “natureza científica”) para o discurso ideológico do tipo “os custos dos serviços de saúde representam um investimento (no) mais valioso dos instrumentos produtivos, o próprio povo” (Ohlin citado por Przeworski, 1991). E o Estado do Bem-Estar para “todos os cidadãos” se torna o garantidor da demanda crescente e o mantenedor da acumulação capitalista. Entretanto, não cabe ao Estado assumir a propriedade dos meios de produção, mas somente regular a indústria privada quando necessário. “A tendência é na direção de uma “nacionalização do consumo”, em contraste com a nacionalização dos meios de produção do socialismo marxista” (Ohlin citado por Przeworski, 1991).

⁵² Essa “afirmação” já está presente em Bernstein e nos revisionistas do século XIX.

⁵³ À medida que a proposta keynesiana se afirmava, os termos do comprometimento entre os agentes sociais necessários à expansão econômica iam sendo acertados. Ao Estado coube o papel de mediador dos poderes institucionais adequados à forma de acumulação que articula consumo à produção em massa. Desde o controle dos ciclos econômicos através de políticas fiscais e monetárias até gastos com seguridade social, habitação, saúde, educação, etc. e intervenção nos acordos e direitos trabalhistas.

⁵⁴ “Jugo” este que nem sempre reforça o controle da classe dominante. Muitas vezes o mercado livre acaba por rodar as engrenagens do “moinho satânico”, tritador de gente de Polanyi, gerando instabilidade à ordem como logo após 1929.

sociedade. Através do estado pode-se regular as crises a fim de manter o pleno emprego e o “status quo”.

Para Hobsbawm (1996), esta configuração política baseada no keynesianismo, que combinava crescimento econômico com consumo de massa e uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida se apoiava num “consenso político efetivo”. Primeiro, num consenso entre a direita e a esquerda em grande parte dos países do ocidente, uma vez que a Segunda Guerra Mundial excluiu a extrema direita fascista ultranacionalista do panorama político mundial, e a Guerra Fria eliminou a extrema esquerda comunista. Segundo, num consenso claro e explicitado entre o patronato e as organizações trabalhistas de forma a assegurar que as reivindicações dos trabalhadores se mantivessem dentro de limites que preservassem os lucros e as expectativas futuras de lucros. Somente lucros altos o suficiente justificariam os grandes investimentos que possibilitaram o surpreendente crescimento da produtividade da mão de obra na “Era de Ouro” do capitalismo moderno (1945-1960).

Ao contrário do que sugere o nome, o período conhecido por “Era de Ouro” do capital ou anos gloriosos não foi tão “harmonioso” e tranquilo quanto parece. Ao contrário, foi um período marcado por uma série de lutas sociais que forçou a burguesia à reconhecer uma grande quantidade de direitos sociais à favor das classes subalternas. Conforme Dias (1997:16), *“trata-se aqui de um novo horizonte da luta política de classes na sociedade capitalista”* e também da tentativa de incorporar a subjetividade histórica das classes dominadas na ideologia dominante. Estes arranjos entre patronato e trabalhadores eram efetuados com a participação formal ou informal dos governos que presidiam as negociações institucionalizadas entre capital e trabalho. Os trabalhadores eram agora considerados “parceiros sociais”. Cabe lembrar, ainda, que estes acordos entre capital e trabalho diziam respeito a uma parcela do proletariado – ao setor mais organizado dos trabalhadores. E, *“após o fim da era do ouro estes arranjos foram atacados pelos crescentes teólogos do livre mercado sob o nome de corporativismo”* (Hobsbawm, 1996:55).

Onde o modelo social democrata se realizou, ele nada mais fez que executar uma “gestão social” do capitalismo. O que se efetivou na prática foi uma proposta

política de amenização, redução dos aspectos mais brutais da ordem burguesa, sem que seus fundamentos fossem comprometidos. O arranjo social-democrata jamais afetou as bases estruturais do capitalismo. Ao contrário, ele as consolidou e legitimou. É significativo lembrar que estas experiências somente lograram êxito em conjunturas de expansão capitalista⁵⁵ e, apesar de ampliarem os ganhos para crescentes setores sociais, não significaram um reverso ou superação da ordem. Assim, o capitalismo ao articular a produção padronizada com um Estado promotor do desenvolvimento e assistencialista, e ao procurar manter o sindicalismo dentro de um jogo de negociações, acabou por alcançar uma configuração bastante complexa, inclusive fazendo parecer que as relações sociais se dirigiam ao consenso.

Se nos EUA e na Europa um novo ordenamento sócio-político ia se configurando e consolidando, a URSS tornou-se uma grande potência industrial graças ao esforço de industrialização estabelecido, a ferro e fogo, por Stalin e a um exército numeroso, poderoso e bem equipado, presente em grande número de países da Europa Central. No entanto, o chamado mundo socialista sob o domínio do dogmatismo e economicismo não conseguiu construir um Estado que conciliasse democracia aos interesses dos trabalhadores. Ao ignorar o conteúdo ideológico do processo de trabalho nos moldes tayloristas e da gestão a ele associada, e ainda considerar a tecnologia como neutra, o regime do Leste *"interditou a chance histórica de socialização das forças produtivas"* (Dias, 1995).

A paz mundial, por sua vez, só foi mantida no mundo desenvolvido não pelo simples medo da guerra nuclear mas também por causa de

"uma política mundial simplificada num jogo por dois jogadores; o acordo de Yalta⁵⁶, que na prática demarcou a zona de atuação de cada superpotência na Europa, da qual nenhuma procurou sair⁵⁷; e, eventualmente, a inquestionável

⁵⁵ Como bem sintetiza Gramsci, o reformismo é "a política dos bons tempos".

⁵⁶ "Na Europa, as linhas de demarcação foram traçadas em 1943-5, tanto a partir de acordos em várias conferências de cúpula entre Roosevelt, Churchill e Stalin, quanto pelo fato de que só o Exército Vermelho podia derrotar a Alemanha" (Hobsbawm, 1996).

⁵⁷ Segundo Hobsbawm (1996), ao final da grande guerra, os governos das superpotências distribuíram suas forças estabelecendo um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado na sua essência. A URSS controlava ou exercia predominante influência sobre uma parte do mundo e não mais tentava ampliá-la através do uso da força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do

prosperidade e estabilidade dos países capitalistas desenvolvidos, que eliminaram a possibilidade, e ainda mais a probabilidade, de revolução social nesta região” (Hobsbawm, 1996:).

Referente à este processo, está a configuração do Terceiro Mundo, que nasceu do movimento de descolonização originado no período das guerras. Movimento este sedimentado pelo fortalecimento das burguesias nacionais, dos intelectuais ligados ao projeto de independência e pela conscientização do caráter insuportável da dominação, administração, exploração colonial (Beaud, 1987).⁵⁸ Estes países, na maioria das vezes sob a esfera dos EUA, apostavam suas fichas na busca do desenvolvimentismo através de uma industrialização retardatária e do reforço de suas posições no mercado mundial.

Estes são levados pelo esforço expansionista a um processo de industrialização e integração à internacionalização da economia capitalista. Esta internacionalização produtiva pode ser apreendida à partir da crescente interpenetração dos mercados consumidores internacionais, do aumento dos investimentos diretos do grande capital multinacional, das associações transnacionais de capitais e da formação do mercado mundial de capitais dominados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

Segundo Altvater, o projeto de industrialização desenvolvimentista do terceiro mundo promoveu a integração das economias nacionais e o surgimento de uma economia internacional. Estas *“assumem contornos concretos como resultado não só do mercado mundial, mas também dos investimentos diretos e devido à impetuosa ampliação do sistema de crédito internacional a partir da década de sessenta”* (1995:166).

Assim, tanto a reconstrução européia, quanto a industrialização do Terceiro Mundo permitiram *“recompôr as relações internacionais com base nas modernas relações industriais próprias das sociedades de produção e consumo de massa”* (T. de

mundo capitalista, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais e, em contrapartida, não intervinham na zona aceita soviética.

⁵⁸ O mundo assistiu a independência da Síria, Líbano, Filipinas, Índia, Paquistão e Birmânia; à guerra da Indochina, aos motins e movimentos populares na África; à busca dos novos Estados Independentes em colocar novamente sob seu domínio suas riquezas naturais - nacionalização do petróleo iraniano em 1951- e de seus trunfos econômicos - nacionalização do canal de Suez pelo Egito em 1956; à conferência Afro-asiática de Bandung que reúne os Estados Nacionais do 3º mundo (Beaud, op. cit.).

Souza, 1994:35). E graças ao crescimento excepcional experimentado neste período, garantido por um considerável esforço de acumulação através de um processo diversificado de coação ao sobretrabalho (que permitiu grande aumento da produtividade nos anos 1950-1960) e a uma crescente expansão dos mercados é que foi possível implementar o ordenamento social e político do Estado do Bem-Estar em alguns países ocidentais. Somente altos lucros justificariam os massivos investimentos que possibilitaram o estímulo à economia e é neste contexto de expansão que a garantia de direitos mínimos aos trabalhadores se deu. No entanto, quando o crescimento deixa de ser tão notável, quando cai o lucro, tanto os altos salários como todo o ordenamento do “welfare state” passam a representar um limite para a acumulação capitalista.

2.3.3 – A Crise Contemporânea.

Toda vez que se coloca para o capital a necessidade de reafirmar o seu controle sobre o processo produtivo, tanto das suas bases materiais, quanto das ideológicas, este tem se mostrado, pelo menos até o momento, capaz de recriar suas estruturas de dominação ameaçadas. O período de 1968-1973 mostrou que a capacidade do Fordismo - Estado do Bem-Estar Social para conter as contradições crescentes do capitalismo estava se esgotando. Mais uma vez, para o capital, estava colocada a necessidade de “solucionar” tais contradições.

As raízes destes antagonismos podem ser encontradas no contexto da específica correlação de forças entre as classes sociais desenvolvida no período pós-guerra (Mandel, 1982 *apud* Tude de Souza, 1994:34). Correlação de forças que viabilizou o ordenamento sócio-político do “welfare state”, mas que, atualmente, tal ordenamento representa uma amarra para o movimento do capital.

Estas contradições do desenvolvimento do capitalismo envolvem desde as disputas entre países capitalistas desenvolvidos (que se expressam pelo acirramento da competição internacional e pela crise do dólar), passando pelas contradições entre

estes últimos e os países do Terceiro Mundo⁵⁹ (originadas no processo de descolonização do pós-guerra e no desenvolvimento de projetos nacionais nos países subalternos), chegando até aos antagonismos próprios, internos ao mecanismo de acumulação do tipo fordista (expressos principalmente, pela resistência operária a este tipo de acumulação).

Elas se apresentam sob a forma de uma dupla crise: nas dificuldades para o atendimento às exigências de acumulação do capital internacionalmente (expressa sobretudo pela queda da taxa de lucro) e na crise da estratégia do bem estar social do Estado (no contexto de cada nação específica). Esta crise implicaria, portanto, na necessidade de recoordenação entre o processo de acumulação do capital e seus aparelhos ideológicos.

O modelo americano se difundiu pelo ocidente capitalista após a Segunda Guerra, mas nesta difusão já estavam as raízes da sua crise. Gramsci (1980:405), ao analisar o fenómeno americano, já na década de 30 lembrava que a economia dos EUA tinha ainda o monopólio em função de sua superioridade na introdução dos novos métodos de produção e dos altos salários. Todavia, uma vez perdida esta posição de monopólio, tanto os altos lucros quanto os altos salários desapareceriam⁶⁰.

“Mas, logo que os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e difundirem, logo que o tipo novo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar mais ainda, o turn over excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala, e os altos salários desaparecerão⁶¹. (...) Além do mais, sabe-se que os altos

⁵⁹ Tanto os países produtores de petróleo, quanto os produtores de outras matérias-primas, ou os países em via de industrialização, ou os que apresentam algum valor estratégico.

⁶⁰ Tanto os altos salários, quanto os ganhos possíveis do Estado do Bem Estar se deram no contexto favorável de crescimento econômico característico de uma onda longa expansiva. Esta onda longa resulta “da interação entre variáveis múltiplas e parcialmente autônomas que levam a uma elevação súbita e forte da taxa média de lucro e uma repentina e rápida expansão do mercado mundial” (Mandel apud Albuquerque, 1990). O padrão de crescimento dos países desenvolvidos entre o período após a segunda guerra mundial e a década de sessenta é característico desta onda longa expansiva. Esta foi desencadeada pela derrota sofrida pelo movimento operário nas décadas de trinta e quarenta, o que possibilitou um aumento significativo da taxa de mais-valia (conforme visto na seção anterior). Mas após o período expansivo, ondas longas de recessão se impõem desde a década de setenta e “os picos de crescimento tornam-se conjunturais” (Netto, 1993).

⁶¹ Isto quer dizer que, a generalização do modelo americano em escala mundial no período do pós-guerra, “igualou” as condições de concorrência entre as empresas. Os EUA ao perderem o quase monopólio na utilização do padrão de desenvolvimento econômico do tipo intensivo, viram os lucros de monopólio caírem.

salários estão ligados a uma aristocracia operária e não são pagos a todos os trabalhadores norte-americanos” (Gramsci, 1980:405).

As insatisfações com um mecanismo de acumulação, assentado sobre uma hierarquização salarial e de direitos, já se apresentavam, desde a década de sessenta, em função da exclusão de grande parte da classe operária (do trabalho feminino, negro, jovem e dos que têm mais de 45 anos, por exemplo). Ganham estatura uma série de movimentos resultantes das desigualdades, em que os “excluídos” do chamado pacto fordista, os subcontratados, temporários, as mulheres, os negros passam a denunciar as várias formas de opressão (racial, sexual, étnica, etc) a que estão sujeitos. Além disso, outras formas de resistência ao modelo econômico vigente aparecem, como a luta contra os efeitos da produção em massa, das grandes indústrias sobre o meio ambiente, recursos naturais e saúde, a luta contra a racionalidade burocrática despersonalizada, crítica à qualidade de vida, movimento dos consumidores, etc.

O pacto firmado entre capitalistas e as organizações dos trabalhadores - em que estes últimos não questionavam as modificações introduzidas no processo de organização e gestão do trabalho em troca do recebimento de altos salários e proteção social - se mostrou frágil perante os crescentes descontentamentos expressos nas diversas greves ocorridas nos vários países capitalistas e face ao crescimento do desemprego estrutural e da precarização do trabalho.

Ao longo da década de sessenta, a recusa operária ao trabalho desqualificado, rotinizado, repetitivo, parcelizado, em ritmo estafante demonstram esta fragilidade do chamado pacto fordista. Vários acontecimentos confirmam isto, desde as greves de operários especializados na indústria automobilística (Renault francesa, por exemplo), dos “colarinhos brancos” (atingidos pela automação) contra a desqualificação e cadências (caso dos bancos e correios) até os movimentos pelo controle do ritmo de trabalho (como na Itália). São também expressão da recusa do trabalho, dentre outros, o crescimento do absenteísmo, da rotatividade, do desinteresse pelo trabalho e dos defeitos de fabricação (Beaud, 1984:320).

Além disso, tornava-se cada vez mais visível a incapacidade do aparato militar e industrial norte-americano em lidar com os problemas suscitados pelo processo de descolonização no mundo. Desde o início, a acomodação de dezenas de países recém

independentes na rígida estrutura de poder da ordem mundial da guerra fria se mostrava problemática.

O surgimento de um movimento de nações não alinhadas em Bandung, em 1955, a criação da OPEP e a nacionalização do petróleo em países como a Venezuela, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia, Iraque e Líbia veio reforçar o direito à autodeterminação destes países, e ainda diminuir as vantagens detidas pelo imperialismo mundial naquela região⁶².

Segundo Arrighi (1996:332-3), as crescentes dificuldades em lidar com a formação do terceiro mundo se explica principalmente pela ameaça que a constituição da soberania plena destes países trazia para o poderio mundial norte-americano. Representavam um desafio tanto econômico quanto político.

“Em termos econômicos, a recomposição da Europa Ocidental e do Japão à imagem dos EUA (...), combinada com a permanente corrida armamentista americano-soviética, exerceu uma tremenda pressão sobre as reservas mundiais de insumos primários. Essa combinação também ampliou a importância estratégica do terceiro mundo como reservatório de recursos naturais e humanos para atender às necessidades presentes e futuras das economias do primeiro mundo. A expansão e consolidação das atividades das empresas transnacionais norte-americanas e européias ocidentais no terceiro mundo criaram laços organizacionais muito efetivos e eficientes entre os insumos primários⁶³ provenientes do terceiro mundo e o poder aquisitivo do primeiro mundo. Mas, criaram também um poderoso interesse adquirido a mais - o interesse das próprias empresas - na preservação da máxima flexibilidade, presente e futura, na utilização dos recursos do terceiro mundo em prol das nações do primeiro.”

⁶² Em 1951, tem-se a nacionalização do petróleo iraniano e a seguir o seu boicote pelos países imperialistas. Na década de sessenta, vê-se a criação da OPEP e de várias companhias nacionais de petróleo na Venezuela, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia, Iraque, Líbia. Em 1970, a Síria impede a retirada de parte do petróleo da Arábia Saudita, e o Líbano reduz suas entregas e aumenta suas retiradas. Em 1973, após a quarta guerra entre árabes e israelenses, os árabes também decidem reduzir suas entregas, levando a um aumento dos preços do petróleo, reduzindo as vantagens do imperialismo. (Beaud, 1987).

⁶³ Um dos motivos pelos quais a Era de Ouro foi de ouro deve-se ao preço do barril de petróleo saudita que custava em média menos de dois dólares durante o período de 1950 a 1973, com isso, tornando a energia extremamente barata, e barateando-a cada vez mais. (Hobsbawm, 1996:258).

É claro que a partir do momento em que países subalternos passam a exercer controle sobre os seus recursos estratégicos, esta flexibilidade tende a ser reduzida⁶⁴.

Em termos políticos, as lutas antiimperialistas significavam uma ameaça à estabilidade da Guerra Fria, e pareciam poder alterar o “equilíbrio” entre os dois blocos hegemônicos, uma vez que eram vistas como uma “cortina de fumaça comunista” (Arrighi, 1996:332). A renovada onda revolucionária que atingiu o mundo ao longo da década de setenta e o otimismo e entusiasmo vivenciados pela URSS no período Brejnev, pareceram demonstrar isto. Principalmente depois do fracasso e derrota sofrida pelo governo norte-americano no Vietnã - que o levou à perda temporária de sua credibilidade como vigilante do mundo livre.

“O resultado (desta perda de credibilidade) foi um vazio de poder, que as forças locais, em conluio franco ou tácito com a União Soviética e seus aliados, exploraram prontamente de várias maneiras: para completar o processo de libertação nacional dos últimos resíduos do colonialismo europeu⁶⁵ (como das colônias africanas de Portugal e no Zimbábwe), para guerrear entre si na tentativa de reorganizar o espaço político das regiões circunvizinhas (como na África Oriental, no sudeste asiático e na Indochina), e para expulsar do poder os governos que eram clientes dos Estados Unidos (como na Nicarágua e no Irã)” (Arrighi, 1996:333).

Uma nova fase de disputas e aumento dos antagonismos entre a URSS e os EUA foi inaugurada. Esta fase do conflito buscou combinar guerras locais no Terceiro Mundo, apoiadas indiretamente pelos EUA (estes agora não mais se envolviam com empenho de suas próprias forças nos conflitos face à vergonhosa experiência no Vietnã), com incremento da corrida armamentista. A partir de então,

⁶⁴ A chamada crise do petróleo (crise energética) que ocorre na primeira metade da década de setenta, tem suas raízes nos movimentos antiimperialistas que acabavam por levar ao aprofundamento das tensões entre o imperialismo ocidental e os nacionalismos emergentes do Terceiro Mundo. “O petróleo era tradicionalmente produzido por empresas privadas ocidentais, em geral tendo as mais estreitas relações com as potências imperiais. Os governos, seguindo o exemplo do México em 1938, passavam agora a nacionalizá-las e operá-las como empresas estatais. (...) Na prática, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que acabou fazendo o mundo refém na década de 1970, tornou-se possível porque a posse do petróleo do mundo passara das empresas para relativamente poucos governos produtores” (Hobsbawm, 1996:343).

⁶⁵ “As maiores colônias britânicas no Caribe foram tranqüilamente descolonizadas na década de 1960, as ilhas menores em intervalos entre essa data e 1981, as ilhas do Índico e do Pacífico em fins da década de 1960 e na de 1970. Na verdade, em 1970 nenhum território de tamanho significativo continuava sob a administração direta das ex-potências colonialistas ou seus regimes de colonos, a não ser no Centro e Sul da Ásia - e, claro, no Vietnã em guerra”. (Hobsbawm, 1996:219).

“A nova onda de revoluções, todas provavelmente contra os regimes conservadores dos quais os Estados Unidos se haviam feito os defensores globais, deu à URSS a oportunidade de recuperar a iniciativa” (Hobsbawm, 1996:243).

Por outro lado, a partir de 1968, os países imperialistas assistem ao reaparecimento da perspectiva da velha revolução em seu próprio terreno. A revolução social, insurrecional, por ação das massas, há muito esquecida e trocada por seguridade social e salários crescentes nos países capitalistas desenvolvidos, se reascendeu através de uma onda de greves e manifestações, surpreendendo os governos ocidentais e colocando em xeque sua aparente prosperidade e firmeza. O fato é que a partir das rebeliões estudantis em fins da década de sessenta⁶⁶, um conjunto de greves operárias por maiores salários e melhores condições de trabalho paralisaram temporariamente a economia de países inteiros (a exemplo da França em 1968 e o “outono quente” da Itália em 1969 - ver Hobsbawm, 1996:431).

Com a crescente resistência dos trabalhadores à ordem hegemônica, a tendência de aumento dos custos para empresas e da saturação dos mercados se faz presente em cada grande país capitalista. Estes custos maiores podem se dar de forma direta (pressões para aumento de salário, melhoria das condições de trabalho, cuidados com meio ambiente, elevação dos preços dos produtos primários, principalmente energéticos) ou de forma indireta (através do aumento de taxaço para financiar os crescentes gastos demandados aos governos pela sociedade). Concomitantemente, a recessão que atinge o mundo desde a década de setenta não poupou sequer os países desenvolvidos. Segundo Hobsbawm (1996:397), a desigualdade aumentou consideravelmente nas economias de mercado desenvolvidas principalmente com o fim do aumento real de salários dos trabalhadores. Os sinais alarmantes da crise - queda

⁶⁶ Para Hobsbawm, “a revolta estudantil de 1968 foi a última arremetida da velha revolução mundial. Foi revolucionária tanto no antigo sentido utópico de buscar uma inversão permanente de valores, uma sociedade nova e perfeita, quanto no sentido operacional de procurar realizá-la pela ação nas ruas e barricadas, pela bomba e pela emboscada na montanha. Foi global, não só porque a ideologia da tradição revolucionária, de 1789 a 1917, era universal e internacionalista (...), mas porque, pela primeira vez, o mundo, ou pelo menos o mundo em que viviam os ideólogos dos estudantes, era verdadeiramente global” (1996:433-4).

da taxa de lucro⁶⁷, diminuição do crescimento, elevação da inflação, aumento do desemprego, queda do poder de compra dos trabalhadores, etc. - se apresentam em cada país capitalista.

A partir de então, cada capitalismo nacional, na busca por novos mercados, acaba por agudizar a concorrência entre o patronato nacional e as classes dominantes estrangeiras tanto nos mercados internos quanto nos mercados externos⁶⁸. A necessidade de conquista de novos mercados (realização das mercadorias) leva a busca de crescente eficiência nas rotinas das empresas visando diminuição de custos e aumento da competitividade.⁶⁹

Em nome desta crescente necessidade de redução dos custos e aumento da competitividade, generaliza-se a idéia de que o sistema fordista já não é tão eficaz na garantia dos altos lucros alcançados na Era de Ouro. Esta concepção acabou por conduzir à disseminação de críticas ao fordismo e à busca por novas formas de organizar o processo de trabalho. O conceito de flexibilidade e de produção sob novas bases (tais como, as ilhas de produção, os grupos semi-autônomos, a fábrica automatizada, a produção enxuta, etc) começou a modificar o "dia-a-dia" das empresas e passou a povoar os manuais de administração e ganhar espaço nas escolas de comércio e engenharia. A introdução da automação programável vem permitindo a

⁶⁷ "A taxa de lucro na Grã-Bretanha baixa ao longo de todos os anos sessenta e até 1975, na Alemanha, ela estagna com um ligeiro declínio a partir de 1968-1969 até 1975; na França, ela declina a partir de 1968-1969 e cai de 1973 a 1975; nos Estados Unidos, ela baixa a partir de 1965-1966, até 1974. Apenas no Japão ela progride no curso dos anos sessenta, com uma volta atrás, conforme as fontes, em 1970, 1971 ou 1973" (Beaud, op. cit.:322).

⁶⁸ E para se inserir nos mercados, a necessidade de implantar filiais ou de obter de empresas no país estrangeiro dará continuidade ao movimento de internacionalização do capital de forma excepcional. E desse modo, "por todo o mundo são principalmente poderosos grupos financeiros e industriais que se fiscalizam, coexistem, enfrentam-se ou aliam-se" (Beaud, 1987). Este processo de agudização da concorrência levou até à criação de grandes blocos econômicos, como o Mercado Comum Europeu, para ganhar escala e concorrer com a economia americana. Com o acentuamento da concorrência internacional, à medida que os principais países capitalistas vão se reconstituindo e modernizando, o peso da economia americana começa a cair. "A parte dos EUA no conjunto da produção do mundo capitalista cai dos sete décimos em 1950 a menos de dois terços no início dos anos sessenta e a menos da metade no início dos anos setenta; ao mesmo tempo, sua parte nas trocas "ocidentais" cai da metade a um terço, depois a um quarto" (idem). As despesas governamentais, militares crescem e os custos de manutenção do imperialismo americano ficam mais pesados. O sistema monetário internacional e o dólar passam a ser questionados e, em 1971, os EUA suspendem a convertibilidade do dólar em ouro (para maiores detalhes, ver Beaud, 1987).

⁶⁹ Um exemplo disto é o novo método iniciado pelos japoneses, possibilitado pela utilização das tecnologias de base microeletrônica, iria ter menores estoques, produzir o suficiente para abastecer os vendedores (*just-in-time*) e com capacidade maior de variar a produção de uma hora para outra a fim de enfrentar as mudanças do mercado.

criação de novas maneiras de produzir mercadorias com surpreendente economia de tempo e matéria-prima. Tais modificações estão possibilitando a configuração de um conjunto de “soluções” para a retomada dos níveis de acumulação.

No entanto, a busca destas “respostas” tem se dado junto à crescente expulsão dos trabalhadores do processo produtivo.

“A tragédia histórica das décadas de crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que - direta ou indiretamente - eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela então predominante teologia de livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outro interesse além do seu próprio, pecuniário” (Hobsbawm, 1996: 404).

Diante deste quadro de desenvolvimento das contradições, o que se percebe é a dificuldade encontrada pelo capital hoje de articular as exigências de acumulação com sua legitimação política. Não se trata de uma crise oriunda da simples quebra de um pacto político entre as classes. Ao contrário, o que as mobilizações das massas, as greves operárias, os conflitos entre países vêm mostrando é a crescente perda de eficácia do regime, ou, melhor dizendo, os limites estruturais do capitalismo em sua etapa atual.

Na medida em que massas trabalhadoras passam a apresentar uma série de reivindicações e a entrar em relativa atividade política, mesmo que no seu conjunto desconexa, a dominação tradicional burguesa começou a ser questionada. Concomitante a este movimento está a própria desagregação das forças políticas das classes dominantes, com seus partidos que já não crescem como antes, com suas instituições como família, igreja, exército, parlamento, imprensa, etc, caindo em descrédito e com suas autoridades ou grandes personalidades da cultura em número escasso (Braga, 1996).

A crise do Estado de Bem Estar representa exatamente isto. Como é muito bem colocado por Netto (1993:70), esta crise

“significa que o patamar de desenvolvimento atingido pela ordem do capital incompatibiliza cada vez mais o seu movimento com as instituições sócio-políticas que, por um decurso temporal limitado, tornaram-no aceitável para grandes contingentes humanos. Sinaliza que o arranjo sócio-político do “Welfare State” constituiu uma possibilidade na ordem do capital que, pela lógica intrínseca desta última, converte-se agora num limite que ela deve franquear para reproduzir-se enquanto tal”.

A partir do momento em que estas instituições sócio-políticas tornam-se inaceitáveis, e as próprias bases do antigo compromisso e da composição das classes trabalhadoras (com suas formas de intervenção via sindicatos burocratizados e partidos de massa) se modificam, o que se vê é uma *“crise de representação e de direção intelectual e moral”* (T. de Souza, 1994:37).

Esta crise de representação é visível na crescente “barbarização” do modo de vida burguês. Um exemplo disto está no imperativo do consumismo exacerbado, no triunfo do indivíduo sobre a sociedade, nos processos alienantes e reificantes e no privatismo e agressividade reinantes. Segundo Hobsbawm (1996) a perda dos laços entre gerações, entre o passado e o presente, a ausência de relação orgânica com o passado público da época em que se vive é um dos principais marcos do fim do século XX. A quebra de velhos padrões de relacionamento social e humano, a destruição dos mecanismos que prendem a experiência social de cada um à das gerações passadas tem levado à constituição de indivíduos egocêntricos sem conexão entre si na busca de seu próprio interesse.⁷⁰

Estes processos alcançam a esfera do político, implicando na criação de novos sujeitos políticos, erodindo a antiga institucionalidade e criando grupos localizados de interesse (lobistas). Isto porque a relativa socialização da política conquistada às duras penas pelas lutas populares ao longo da história, e por isto incorporadas à ordem burguesa (a saber, as liberdades democráticas, os direitos civis), vem sendo constantemente escamoteada pelos mecanismos de influência das grandes

⁷⁰ “As décadas de crise revelaram que as instituições humanas coletivas haviam perdido o controle das consequências coletivas da ação humana. Na verdade, uma das atrações intelectuais que ajudaram a explicar a breve voga da utopia neoliberal era precisamente porque pretendia contornar as decisões humanas coletivas. Que cada indivíduo buscasse sua satisfação, sem restrições, e qualquer que fosse o resultado, seria o melhor que se podia alcançar. Qualquer curso alternativo, argumentava-se implausivamente, era pior” (Hobsbawm, 1996).

corporações capitalistas no aparelho estatal (contrárias à diversas aspirações dos movimentos democráticos) e pela freqüente prática da corrupção (Netto, 1993).

O resultado deste processo mostra, de acordo com Hobsbawm, o dilema de um mundo comprometido com a democracia liberal, mas que não tem conseguido atrair os contingentes da população para a eleição de presidentes ou de assembléias com a mesma eficácia de décadas anteriores⁷¹. Grande número de cidadãos se retiravam da política deixando as questões de Estado à “classe política”.

“Para muita gente o processo político era irrelevante, ou apenas uma coisa que afetava suas vidas pessoais favoravelmente ou não. De um lado, a riqueza, a privatização da vida, e da diversão e do egoísmo do consumo tornava a política menos importante e menos atraente. De outro, os que achavam que pouco obtinham com eleições davam-lhe as costas” (1996:558).

Se o quadro acima esboçado mostra as condições históricas nas quais se exprime a crise atual do capitalismo, é preciso, pois, salientar que sua origem está nos limites impostos à acumulação internacional do capital, em um contexto de crise do imperialismo e das formas de representação e direção dos Estados-nação. Nas palavras de Braga, a crise contemporânea,

“representa a materialização histórica da incapacidade do imperialismo ocidental e da estratégia “welfare” do Estado burguês em coordenarem as exigências internacionais da valorização do capital (tanto as condições de produção do valor quanto as condições de sua realização) às demandas por legitimação de sua moderna estrutura de domínio atualizadas no interior de cada formação nacional específica” (grifo do autor, 1996:85).

Ou ainda, os antagonismos germinados no campo do econômico transitaram para o da política, expressando a contradição entre racionalidades.

Esta análise remete ao conceito gramsciano de **crise orgânica**. Segundo T. de Souza (1994:30), a crise atual possui os principais elementos que permitem caracterizá-la como tal. De acordo com Gramsci, uma crise é orgânica porque, primeiro, resulta de um processo de erosão dos fundamentos sociais, políticos e materiais do

consentimento e da integração dos grupos subalternos à dominação burguesa. Segundo, ela revela um “amadurecimento consciente” do caráter insanável e irreconciliável das contradições das classes e abre espaço para a possibilidade das forças políticas antagônicas demonstrarem que, ou estão presentes as condições históricas para a resolução das contradições, ou, ao contrário, estão colocadas as possibilidades de superação do modo de produção⁷².

Enfim, o capitalismo mostrou-se incapaz de promover sob bases amplas o desenvolvimento. O fato é que a ordem burguesa vem crescentemente perdendo sua eficácia econômico-social, sua eficiência na promoção do crescimento econômico e da expansão do bem estar. Isto pode ser demonstrado seja pela fome (que não está restrita aos países de terceiro Mundo, mas já é visível em vários países do primeiro), seja pelo analfabetismo, crescimento da pobreza⁷³. Aliás, de acordo com Hobsbawm (1993), não são pequenos os desafios colocados à ordem do capital neste momento. Para o referido autor, os maiores problemas a serem enfrentados são:

*“o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre (e provavelmente dentro do mundo rico, entre seus ricos e seus pobres); a ascensão do racismo e da xenofobia; a crise ecológica do globo que nos afetará a todos”*⁷⁴ (p. 104).

⁷¹ Isto é demonstrado pelo crescente absenteísmo em importantes processos eleitorais. Entre 1960 e 1988, a proporção de trabalhadores braçais que deram seu voto em eleições presidenciais americanas caiu em um terço (conforme dados de Leighly, Naylor, 1992:731 extraídos de Hobsbawm, 1996:558).

⁷² Este processo de quebra das bases do consentimento acontece “... ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram, de repente, da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”, (de governabilidade), mas, na realidade, o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto” (Gramsci, 1980:55).

⁷³ “Nos Estados Unidos, fontes oficiais estimam que cerca de 10 a 20 milhões de habitantes são cronicamente subalimentados. O destino dos aposentados que vivem de pensões miseráveis causa pena em países como Grã-Bretanha, França, Itália, Espanha. Na Andaluzia, não longe do paraíso da Costa del Sol, famílias de 300.000 trabalhadores agrícolas em desemprego sazonal persistente devem se contentar durante uma boa parte do ano com uma refeição ordinária composta de pão seco e tomates. (...) Fome esta produzida pela política deliberada de sustentação de preços através da lógica infernal da economia de mercado” (Mandel, 1990:116-117 apud Netto, 1993:41).

⁷⁴ Só para exemplificar, a “abrangência do mundo desenvolvido diminuiu de 33% da população mundial, em 1900, para cerca de 15%, em 1989” (Hobsbawm, 1993:104).

Segundo Netto (1993), este quadro revela a instabilidade e a insegurança trazidas pelo sistema, mas de modo algum chega a ser a catástrofe (ver, por exemplo, a tese de Kurz, 1990). Para ele, parece plausível a hipótese defendida por Mészáros (1987:31) de que o sistema esteja se aproximando de alguns limites estruturais do capital, mas ainda é cedo para sugerir que o capitalismo está prestes ao colapso, em um caminho sem volta. O que se torna relevante neste contexto é que a manutenção do sistema econômico vigente tem sido possível somente através de crescentes ônus sociais e humanos, seja através da redução da taxa de crescimento dos países centrais⁷⁵ (Mandel, 1976), seja através da restrição dos direitos e conquistas dos trabalhadores nos países em que o crescimento pode ser considerado positivo.⁷⁶

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que os sinais da crise provocavam alarde no cenário mundial da década de setenta, foi desencadeada uma avalanche dos defensores do livre mercado sobre as formas de regulação do Estado. Para eles, somente o controle da inflação e corte de custos, tanto do governo quanto das empresas, permitiriam a resolução dos problemas econômicos e o aumento dos lucros - entendidos como motor "por excelência" do crescimento econômico⁷⁷. Por outro lado, os keynesianos diziam que a melhor maneira de lidar com as depressões econômicas era aumentar a demanda na economia, pois esta havia sido o "alimento da expansão".

No entanto, não obstante às maneiras diferenciadas de atacar os problemas econômicos, o ponto comum na batalha entre keynesianos e neoliberais era que ambas

⁷⁵ "Estimava-se o crescimento do produto nacional bruto dos países desenvolvidos [em 1990] em 2,6%, contra 3,4% em 1989"; "O PNB no hemisfério ocidental (...) caiu cerca de 0,5% [1990], contra um ganho de 1,6% no ano anterior"; "O crescimento dos investimentos do bloco desenvolvido [caiu] para apenas 3% [1990], contra 5% no ano anterior"; "Em meados de 1990, o índice de desemprego sofria uma elevação em diversos países [Estados Unidos, França, Grã-Bretanha] (Encyclopedia Britannica, 1991: 308-310 apud Netto, 1993:63).

⁷⁶ Netto coloca que, "Considerando-se a antiga Alemanha do Oeste, sabe-se, por exemplo, que, em comparação com a Grã-Bretanha, as demissões e os acidentes de trabalho na indústria apresentam taxas significativamente mais altas (...); agora com a anexação da ex-Alemanha Democrática, a massa de desempregados alcança a cifra dos 4 milhões de trabalhadores. (...) No Japão, a exploração extensiva e intensiva da força de trabalho é de tal magnitude que as mortes por ela provocadas são objeto de uma designação especial - "Karoshi"; neste país, cabe notar que o sistema dito de emprego vitalício e de antiguidade está hoje em crise, com as grandes empresas recorrendo "cada vez mais a competências vindas do exterior, ao trabalho em tempo parcial" e sem "condições de garantir um emprego permanente aos seus antigos empregados" (Lojkine, 1990:136).

⁷⁷ Apesar da propaganda ideológica, os liberais só viriam dominar as políticas de governo na década de oitenta, salvo exceção ao Chile (Hobsbawm, 1996: 398-9).

as partes supunham que a crise era temporária, conjuntural, ou mais uma “onda recessiva”, e, em pouco tempo, a velha prosperidade voltaria⁷⁸. Segundo Hobsbawm (1996:393),

“...até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente. A natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas, até depois que uma das partes do mundo - A URSS e a Europa Oriental do “socialismo real” - desabou”.

Uma das principais conseqüências da queda do socialismo real foi a de que os capitalistas perderam por enquanto o medo. Perderam o medo da concretização de uma alternativa ao capitalismo.

“Tudo o que fez com que a democracia ocidental valesse a pena para seus povos - previdência social, o estado de bem estar social, uma renda alta e crescente para os trabalhadores, e sua conseqüência natural, a diminuição da desigualdade social e a desigualdade de oportunidades - resultou do medo. Medo dos pobres e do maior e mais bem organizado bloco de cidadãos dos Estados industrializados - os trabalhadores; medo de uma alternativa que existia na realidade e que podia realmente se espalhar, notavelmente na forma do comunismo soviético. Medo da instabilidade do próprio sistema” (Hobsbawm, 1996:103).

Portanto, foram as mudanças vivenciadas pelo Leste Europeu, aliadas às dificuldades da social-democracia européia, os instrumentos propulsores à disseminação vigorosa de uma nova ofensiva ideológica, exaltadora dos valores do livre mercado, considerado, então, o único capaz de libertar as forças produtivas dos entraves que a “economia planejada” as tinham conduzido. Uma vez na ofensiva, este panorama ideológico renovado tem sido capaz de desarticular a alternativa socialista, liberando a política burguesa das “ameaçadoras” amarras do “dirigismo” e da “democracia ilimitada”.

⁷⁸ Porém, o “limite de qualquer política econômica é dado pelo fato de ser necessário proteger o investimento, e portanto, os lucros no longo prazo” (Przeworski, 1989). A partir do momento em que tais políticas não conseguiam recuperar os níveis de investimento e lucros, a batalha entre keynesianos e neoliberais torna-se “aparente”. Ou seja, apesar das diferenças entre as duas correntes, a impotência das suas políticas econômicas frente à crise tem sido notória.

Finalmente, todas as formas de concreção da crise apontadas até então demonstram que a ampliação das bases da acumulação do tipo intensivo se encontra estacionária e as estruturas de domínio do imperialismo, e particularmente o *Welfare State*, não conseguem assegurar a unidade entre as demandas da acumulação mundial do capital e os fundamentos sob os quais estão alicerçados o consentimento, a adesão, a legitimação nacional à ordem burguesa. Demonstram, portanto, que a dinâmica desta ordem do capital chegou a um nível de crise tal, que para dar continuidade à sua reprodução, somente com a eliminação dos direitos e garantias sociais mínimas elaborados no arranjo. Ou seja, o *Welfare State* com suas instituições se constituem hoje em um limite para a liberação das condições de acumulação do capital. E, face ao tão propagado fracasso da “*economia de comando*”, do “*socialismo dirigista e de seu filho preferido o Estado Social-democrata assistencialista*”, o que o capitalismo propõe é a “*regressão social*”, ou o que é chamado de “reformas neoliberais” (Netto, 1993:66).

2.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as condições históricas sob as quais a atual reestruturação do capitalismo se coloca é uma forma de buscar o sentido das transformações atuais e também um modo de contrapor às variadas análises acerca do tema que vêm euforicamente a atual etapa do capitalismo como um processo inexorável ou uma novidade histórica sem precedentes em que o fim da exploração do trabalho ou o fim da “sociedade do trabalho” são anunciadas. Ao ver as modificações do capitalismo enquanto produto histórico das suas contradições, verifica-se que mais do que um processo produtivo ou de trabalho, o capitalismo é uma forma de relação social que produz não somente mercadoria, mas também a relação assalariado-capitalista segundo o princípio da valorização.

Colocado o contexto em que foram engendradas as atuais contradições capitalistas, a tarefa do próximo capítulo é verificar como cada um dos grandes atores da disputa hegemônica se articulam em torno de seu projeto.

É claro que para o capital é mais fácil elaborar sua reação porque conta com um maior número de pessoal preparado e por ter posição dominante sobre o processo produtivo e sobre as instituições que dão suporte ao seu domínio. Desse modo buscaremos traçar os principais aspectos desta reação tanto na esfera da produção (reestruturação produtiva) quanto na esfera do Estado (reformas neoliberais).

Já do ponto de vista dos trabalhadores, nosso objetivo será o de enfocar a reação delineada pelo movimento sindical frente à crise e a ofensiva capitalista. Como a resposta dos trabalhadores não se encontra claramente sistematizada ou, como coloca Gramsci, seu pensamento é construído de modo errático e fragmentário, a partir da sua inserção subordinada na estrutura social, optou-se por apoiar a análise em um estudo de caso da principal central sindical do Brasil, a Central Única dos Trabalhadores. Para isso, tomaremos como base análises de estudiosos do tema e recorreremos às resoluções dos Encontros Nacionais da CUT, desde a sua fundação em 1983 até o VII Concut, em 2000. O objetivo aqui será verificar o nível de submissão ou crítica à visão de mundo dominante, ver até que ponto a central incorpora em seu discurso os fundamentos da reação capitalista ou em que medida elabora uma nova ideologia. Estas são perguntas que ajudam a compreender a capacidade de disseminação da reação capitalista e os motivos pelos quais as mudanças introduzidas são tratadas como inexoráveis.

PARTE II:

DA REPRESENTAÇÃO E DAS PRÁTICAS

“No trabalho ou fora dele, o corpo social é como que ‘pulverizado’, o laço social se decompõe. A evolução econômica aumenta a flexibilidade, a mobilidade a dispersão da mão-de-obra. O trabalho como lugar coletivo e momento coletivo se dissolve em poeiras de obrigações individuais que definem para cada assalariado um programa particular, e mesmo solitário; tal tendência ao despedaçamento do trabalho está longe de só afetar o setor das novas tecnologias. Quanto à vida cotidiana, dissolve-se em um espaço-tempo rompido em fragmentos esparsos”

(Chesneaux 1995:103)

3 - A FALA DO CAPITAL.

Conforme vimos no capítulo II, a recomposição do capital no século XX foi profundamente marcada pela presença da experiência socialista. Direitos trabalhistas e sociais, presença forte do Estado foram os mecanismos encontrados para assegurar a sobrevivência da racionalidade capitalista. Com a crise do socialismo dito real e a própria crise do capital, este último reciclou-se muito mais rapidamente e aparece sozinho em cena como o grande vitorioso sobre o adversário histórico.

A propaganda da vitória constitui uma poderosa arma política na difusão das mudanças ditas inexoráveis no campo da produção e do Estado. O capitalismo é tido como único horizonte possível, como o sistema que conseguiu trazer modernidade ao mundo através dos avanços técnico-científicos e da garantia das liberdades individuais e “democráticas”. Sendo, pois, horizonte histórico da humanidade, cabe às populações e aos países adaptarem-se aos modos de produção e troca que estão surgindo, à revolução tecnológica e à globalização. Tanto os documentos de empresas quanto os relatórios oficiais dos organismos internacionais falam desta necessidade e apontam para a liberalização e desregulamentação das relações sociais como forma de atender às novas exigências do mercado. Mesmo que, em geral, este discurso mencione a presença de alguns inconvenientes neste processo (pobreza, desemprego), considera que os efeitos benéficos “em potencial” e as “vantagens” suplantam as dificuldades.

Assim, apagam-se as diferenças políticas e tudo torna-se objeto de decisões técnicas. Reduzir a inflação, implementar uma política monetária restritiva, diminuir o déficit, dismantelar serviços públicos, tornar o trabalho flexível, adaptar as formas de produzir às normas internacionais de competitividade e rentabilidade (*benchmark*), abrir os mercados, privatizar. Toda a sociedade é submetida ao imperativo da competição tão bem expresso na declaração feita pelo empresário da Nestlé, Helmut Maucher (apud Ramonet, 1996:6): “*Seja um indivíduo, uma empresa ou um país, o importante para sobreviver neste mundo é ser mais competitivo que o seu vizinho*”.

Esse discurso do capitalismo vitorioso e da inexorabilidade das transformações da sociedade sob a égide do mercado é, como bem coloca Dias (1997, p.112), uma aparência necessária.

“Aparência por ser o plano da primeira percepção do real, não se confundindo com a sua própria estrutura. É necessária porque é graças ao conjunto desses discursos e práticas (no campo do trabalho, da escola, da família, etc.) que se pode aceitar o inaceitável: a violência como sendo democracia, o sofrimento individual como sendo destino”.

Essa aparência necessária tem o importante papel de escamotear o caráter de classe das decisões econômicas e políticas. Por trás da tão propalada modernidade, da necessidade de ser “realistas” e “responsáveis” frente a “evolução” das forças produtivas está a decisão deliberada de frear as demandas populares, de redefinir as condições de vida e as formas de participação política das classes subalternas, e inseri-las em um novo ordenamento político-social que atenda às exigências de acumulação do capital. Um ordenamento que libere ao máximo o capital e restrinja ao mínimo ou mesmo elimine as formas “democráticas” de controle deste. Em nome da modernidade e da razão, a burguesia monopolista e financeira propõe a “regressão social”, a “passivização” das forças populares. Essa é a vitória do capitalismo: incorporar parcela das classes subalternas ao seu horizonte enquanto que grande parte é “excluída” ou mesmo eliminada⁷⁹.

O conjunto articulado de medidas adotadas pelo capital faz parte de um só processo e têm um só sentido que é o de buscar saídas para a crise. Atingem tanto a esfera da produção quanto a do Estado e envolve variadas dimensões, desde um conjunto de medidas de contratendência à queda na taxa de lucro até a articulação de uma nova institucionalidade. Ou seja, a recriação desse ordenamento passa pelo uso produtivo de novas tecnologias (microeletrônica e informática), novas formas de organização e gestão do trabalho (trabalho polivalente, práticas participativas, qualidade total, etc.), novos métodos de controle do fluxo produtivo (*just-in-time/kanban*),

⁷⁹ Grande novidade? Claro que não. Esta tendência não é uma particularidade da atual crise do capitalismo. Ao contrário, ela é característica em toda sua história. Marx em “O Capital” lembra que a acumulação capitalista cria continuamente uma população operária excedente, uma população maior que as necessidades médias de exploração do capital.

precarização da força de trabalho, dispersão geográfica para regiões que possuem fraca tradição industrial e organização sindical, eliminação de direitos sociais e trabalhistas, reformas neoliberais.

É claro que as formas assumidas por estas transformações são distintas e seguem a especificidade histórica de cada nação e da correlação de forças existente entre elas e em seu interior. Tanto a reestruturação da produção quanto as reformas neoliberais assumem formas e ênfases diferenciadas levando-se em conta os setores econômicos, a posição de cada país na hierarquia mundial, os aparelhos de Estado, etc.. No entanto, escolhemos apontar as principais dimensões das referidas modificações uma vez que o capital, mais do que nunca, internacionalizou-se. Através dos seus intelectuais orgânicos conseguiu fortalecer a rede de conexão entre seus interesses e criar um terreno necessário para as reformas no Estado. Embora estas dimensões façam parte de um processo articulado, analisá-las em separado permite ressaltar o papel desempenhado por cada uma delas na construção e difusão da renovada racionalidade do capital.

3.1 – AS REFORMAS NEOLIBERAIS.

A partir dos anos oitenta, a visão de mundo neoliberal impôs-se e colocou-se como “única” solução possível e viável para os problemas vivenciados pelo mundo. O discurso da exaltação do individualismo, da harmonia social alcançada através da relação entre indivíduos no mercado, e do mercado como instância articuladora das relações sociais ganhou força, principalmente quando do refluxo das lutas revolucionárias e do debilitamento sindical - refluxo este potencializado pela crise do Leste Europeu. O que fez tal movimento encontrar tamanho espaço de inserção? De onde veio a força de seu discurso? Em que medida ele constitui-se em importante instrumento para a recomposição das bases de domínio do capitalismo contemporâneo?

Para Netto (1993), o “vigor” da ofensiva neoliberal veio da capitalização da capacidade de resistência experimentada pelo pensamento liberal ao longo deste século. Quando o capital entrou em sua fase monopolista, em fins do século XIX, as concepções econômicas e políticas do liberalismo viram-se corroídas. O “livre mercado”, principal base de sustentação deste pensamento, precisou de um estado regulador intervencionista, e a idéia do bem público como a maximização dos interesses privados se dissipou com a efetivação de um estado garantidor do “público”. Mesmo assim, a tradição liberal resistiu graças aquilo que muitos classificam como uma “falsificação histórica” mas que na realidade é um poderoso instrumento de organização da dominação, uma aparência necessária e não arbitrária. Ao ser associado à garantia dos direitos civis e da liberdade, o liberalismo viu ser acentuada *in extremis* sua identificação com a democracia. No entanto, se esta se faz presente no Estado Moderno, isso se deve à luta dos trabalhadores e não aos méritos do pensamento liberal. Portanto, para o referido autor, a ressonância encontrada pelo ataque neoliberal vem do “aproveitamento” desta confusão que atua no sentido da aceitação dessa ideologia.

De outro lado, mais que “falsificação histórica”, o liberalismo alcançou o vigor visto em várias nações graças às vitórias conquistadas nos embates hegemônicos, quando, combinando coerção e direção, conseguiu incorporar bandeiras de luta dos grupos subalternos (direito ao voto, por exemplo) e traduzi-las em seu programa político, em sua racionalidade. A criação dos tais “direitos civis” foram vitais para a agregação das classes subalternas ao modo de vida capitalista, garantindo sua sobrevivência face às crises.

O Programa Neoliberal vem sendo gestado desde a década de quarenta, a partir das discussões da sociedade de Mont Pèlerin, capitaneadas pelos economistas Hayek e Friedman⁸⁰. Para além do debate estado X mercado, o neoliberalismo implica em uma visão do homem, da sua ação e da sua relação com a sociedade. Resumidamente, este ideário parte da visão do homem como um ser racional que possui necessidades e

⁸⁰ A sociedade de Mont Pèlerin foi fundada a partir de uma reunião convocada por Hayek, na estação suíça que dá o nome a esta sociedade, em 1947. Lá estavam, dentre outros, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Von Mises. Com reuniões internacionais a cada dois anos, “seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinante e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (Anderson, 1995:10).

desejos expressados pela ação, pela manifestação de sua vontade. E a sociedade, como não podia deixar de ser, a partir da ótica da economia utilitarista neoclássica, é a somatória destas ações e somente existe através delas. Através da divisão do trabalho e da combinação de esforços os homens buscam a maximização dos seus interesses e cooperam entre si porque assim serve melhor aos seus propósitos. A razão humana percebeu que a sociedade, identificada com o mercado, é o melhor (mais produtivo) meio para o alcance dos fins.

A partir daí, colocam-se dois problemas fundamentais: primeiro, como articular interdependência social com liberdade individual; segundo, uma vez que, para os neoliberais, o conhecimento é seletivo e disperso e que ninguém é capaz de conhecer por completo o sistema social, qual seria o instrumento adequado para a canalização das informações produzidas pelas relações sociais e para a orientação das decisões? A resposta não poderia ser outra, senão o velho mercado, *“entendido como um processo movimentado pela interação das ações individuais num sistema social baseado na divisão do trabalho e na propriedade dos meios de produção”* (Xavier, 1996:113). Por ser impessoal, ele é o único capaz de coordenar os esforços individuais na persecução de seus objetivos, sem a coação e arbitrariedade provocadas pela presença de uma autoridade. E, através do sistema de preços, ele pode fornecer as informações confiáveis para a orientação das ações individuais. O mercado consegue simultaneamente garantir a maximização da utilidade ou felicidade dos consumidores, respeitados os limites de seus rendimentos, juntamente a maximização da eficiência produtiva. Assim, como não se pode ter um conhecimento da totalidade, a idéia de um planejamento central é impraticável, pois este não consegue estar atento a todos os sinais dos indivíduos como produtores (proprietários dos meios de produção) e consumidores e conseguir uma distribuição eficiente dos recursos, bens e serviços na garantia da satisfação simultânea de todos⁸¹.

Deste modo, o Programa Neoliberal está assentado na idéia de que qualquer limitação estatal às forças do mercado se constitui em uma ameaça mortal à liberdade econômico-política e propõe o Estado Mínimo como única alternativa viável para a

⁸¹ Para maiores detalhes, ver artigo de Xavier, 1996.

preservação desta liberdade. Ou nas palavras de Netto, a ofensiva neoliberal se fundamenta

“em uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado Mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (1993:77).

Trata-se da defesa do livre mercado, sem quaisquer mecanismos de regulação extra-econômicos, colocando-o como o único capaz de possibilitar a liberdade econômica, fundamento da liberdade civil e política e, portanto, de toda forma de liberdade.

Por isto, o eixo central de seu ataque se dá contra o Estado do Bem Estar Social e qualquer proposta “socializante”, uma vez que, de acordo com o ideário neoliberal, não cabe ao Estado intervir no mercado, mas, ao contrário, é função deste último determinar o espaço legítimo do Estado. Este Estado Mínimo deve simplesmente liberar as forças produtivas do mercado, tributar o absolutamente (mínimo) necessário e realizar algum tipo de ação que assista aos pobres e desvalidos, de preferência através de entidades privadas, e não através dos esquemas de segurança e previdência social, sujeitos à intervenção ineficiente dos políticos e burocratas.

A noção de pobreza para os neoliberais está ligada à incapacidade das pessoas de cuidarem de si mesmas. Para eles a desigualdade é inerente à organização social e qualquer intervenção estatal é inútil, supérflua e prejudicial. Além disso, existe uma confusão entre o fim da pobreza e igualitarismo. Aliviar a pobreza deve ser uma meta social, mas a igualdade é impossível, utópica e todas as tentativas de alcançá-la foram ineficientes e despóticas. Ou seja, os neoliberais consideram

a “equidade” desejável e a “igualdade” impossível. São várias as razões por que é fútil pretender-se, através do intervencionismo governamental, alcançar uma distribuição igualitária das rendas: 1) Deus não é socialista⁸² e distribuiu com profunda injustiça os dotes de inteligência, criatividade e diligência; 2) inexistindo normas objetivas de justiça, ou justiciadores sábios e benevolentes, torna-se perigoso tentar corrigir as injustiças divinas pela “justiça social” ditada pelo ideólogo burocrata ou político de plantão; 3) fazer

⁸² O grifo é nosso. Não é sem motivo que Deus é aqui invocado. A tradição liberal-contratualista procede da mesma forma. Isto permite o máximo de naturalização do capitalismo visto ser decorrente da própria ordem divina.

justiça social pela abolição da propriedade (solução comunista) ou pela tributação distributivista (solução socialista) redundam em tirania política e expurgos em massa, ou então em perda de eficiência econômica (a supertributação desincentiva a criatividade e o esforço) (Campos, 1996).

O único remédio para a pobreza, segundo os “novos liberais” chama-se crescimento econômico.

Até a década de setenta o ideário neoliberal não saiu do papel. Ele vai ganhar terreno quando o mundo capitalista entra em crise. Para Hayek e seus pares, o fundamento último da crise está no poder excessivo dos sindicatos e do movimento dos trabalhadores e na política do bem-estar. A pressão reivindicativa por salários e por maiores gastos sociais sobrevalorizaram o preço do trabalho, diminuindo os lucros e limitando a capacidade de acumulação do capital. Para eles, a força dos sindicatos inibe a liberdade do mercado. Isto desencadeou um processo generalizado de inflação e crise.

Além disso, o Estado do Bem-Estar, continuam os neoliberais, mostrou-se ineficiente, caro e, muitas vezes, despótico. As decisões se tornaram irracionais, corporativas, à medida que a presença estatal levou à politização e ideologização do mercado, afetando a produção e distribuição dos produtos. A presença excessiva do Estado implicou em uma série de comportamentos viciados e burocratizados, levando a sociedade a submeter-se às imperfeições da regulação e ao jogo de forças políticas, aumentando ao máximo os controles de autoridades políticas sobre as iniciativas individuais⁸³. Portanto, para os neoliberais, tanto o poder dos trabalhadores quanto o igualitarismo promovido pelo Estado Assistencial destrói a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, condições absolutamente indispensáveis para o incentivo à criatividade, ao esforço e à prosperidade.

⁸³ Isto pode ser visto, por exemplo, no caso dos sistemas de previdência social universal. Segundo os neoliberais, este esquema acaba por privilegiar a classe média (que, nos países industrializados, é muito mais numerosa e mais articulada) e punir os mais ricos e pobres. Isto porque ela cria o “Estado Transferidor”, ou seja, transfere renda dos ricos através da tributação e dos pobres mediante o pagamento de aposentadorias ridículas, desviando os recursos para o “bem-estar” da classe média (professores, burocratas, deputados, militares, judiciário, detentores de aposentadoria precoce e desproporcional à contribuição). Acaba por punir a produtividade dos “mais eficientes” e explorar a “passividade dos mais pobres” (Campos, 1996).

Ora, o Estado que viabilizou o ordenamento jurídico no pós-guerra e salvou o capitalismo em crise tornou-se o centro do ataque neoliberal. A “velha” institucionalidade já não serve mais para criar um “ambiente” seguro à valorização, ao contrário, ela criou entraves insuportáveis à liberdade do mercado. A questão que se coloca para capitalistas é a de refrear as demandas das forças populares e liberar o capital dos limites impostos pelos movimentos social, partidário e sindical. Além disso, estando o movimento popular também em crise, os capitalistas acham-se liberados de todo compromisso e dispostos a refundar a cidadania. Se direitos civis, políticos e sociais foram vitais para a incorporação da classe operária à racionalidade do capital, garantindo sua sobrevivência, atualmente estes direitos são colocados em xeque ou restringidos.

O próprio papel da democracia é repensado. Ela deve ser substituída por seu significado objetivo e julgada pelo que ela realizar. Já que o mercado, para os neoliberais, leva à maximização da felicidade ou ao melhor dos mundos possíveis, deve-se procurar remover todos os empecilhos à consecução destes objetivos. Ou seja, uma vez que a mobilização das massas e as majorias têm se mostrado inconstantes, impulsivas, viciadas e, portanto, nocivas para o sistema político, faz-se necessário repensar o conceito de ação e participação política e limitar o poder desenfreado destas massas, que, na maioria das vezes, redundam em controle governamental sobre a atividade econômica, conduzindo a sociedade à uma ordem totalitária. Nem sempre a regra da decisão pela maioria leva às soluções mais “racionalis” e eficientes⁸⁴.

É preciso, pois, observar a conveniência ou não da democracia, ver se ela não está ferindo os princípios da liberdade dos agentes e sua eficiência econômico-social. Ou ainda, trata-se de redefinir o conteúdo da democracia e de suas instituições segundo os critérios do mercado, buscando, portanto, uma forma de tomada de decisão “racional” avessa à influência da ação organizativa das classes subalternas. Uma “democracia” que considere o indivíduo como suporte básico da sociedade e, ao mesmo tempo, que assegure as condições das renovadas bases materiais e ideológicas da acumulação.

⁸⁴ Sobre esta discussão ver Corrêa de Moraes (1996) e Cabrera (1994).

Ao propor uma reorganização econômica, política e social pautada nos valores constituídos a partir da instância do mercado - tais como a rentabilidade, produtividade, competitividade, eficiência, qualidade, pragmatismo e realismo -, o neoliberalismo tenta contrapor-se aos ideais socializadores e igualitários que marcaram a época contemporânea. Ou seja, procura contrapor-se à idéia de que é preciso liberar a sociedade do “moinho satânico” do mercado, principalmente quando isto implica na ampliação de direitos civis e políticos e na busca da diminuição das desigualdades no âmbito econômico-social. O ideal de igualdade, equidade e justiça social fica subordinado à liberdade e ideologia do mercado.

Para tanto, a apresentação do ideário neoliberal como única saída possível para crise e como a “solução técnica” desempenha papel importante. Grande parte de sua força vem daí: da aparência de que não existe alternativa fora do modelo por eles proposto, ou ainda, de que sua maneira de enfocar e lidar com os problemas é puramente “científica e técnica”. Os valores neoliberais são vendidos, então, como de validade universal e como base constituidora das relações sociais e políticas. As formas de sociabilidade são colocadas como tendo por referência o indivíduo e suas relações através do mercado. Ou seja, as relações sociais são vistas a partir de uma “lei de Gerson”⁸⁵ universal. Pretende-se que tanto indivíduos quanto sindicatos e demais organizações políticas de representação pautem sua conduta nos novos princípios utilitaristas. Em vez da afirmação da política centrada nas classes e setores sociais, busca-se despolitizar e desideologizar a sociedade, modificando a consciência social, transferindo-a para o indivíduo ou a família. Pois, uma vez que o mercado não reconhece sujeitos sociais e políticos, mas distingue apenas indivíduos qualificados ou não qualificados, consumidores e ofertantes, independente da posição política e social, o sujeito é despojado do seu conteúdo político. O passado e a história não importam. A única visão “racional” que entende o funcionamento da sociedade e da economia é a visão neoliberal.

Desse modo, ao modificar permanentemente a realidade produtiva e social, o capitalismo necessita negar o passado, apagar a história. Nesta fase de reestruturação

⁸⁵ Como bem formulado no bordão de uma propaganda de cigarros veiculada no Brasil da ditadura militar e estrelada pelo ex-jogador da seleção brasileira na copa de 70, Gerson: “*O negócio é levar vantagem em tudo, certo*”.

ele busca esvaziar o conteúdo político da produção, alegando a irracionalidade das expectativas dos agentes econômicos e sua indisciplina. O sobredimensionamento do social e os compromissos assumidos pelo Estado em relação aos trabalhadores são rechaçados pelo argumento da impossibilidade técnica e orçamentária de assumi-los ou em função da concorrência internacional. O Estado que anteriormente era o conciliador, mediador e parceiro, agora é ineficiente, caro e um empecilho à reprodução do capital. Por fim, rompe-se com as formas anteriores de representação política e com os vínculos tradicionais estabelecidos entre as classes trabalhadoras e o Estado. O “poder” deve ser conseguido e mantido (usando todas as armas que a aliança média-dinheiro possibilita) para a implantação deste programa. Ou seja, conforme afirma Cabrera (1994:12),

“Face ao esgotamento das alternativas políticas, a única possibilidade que tem o sistema de manter sua estabilidade é promover a despolitização da sociedade, mesmo que isto signifique despojar as outras classes de projetos alternativos, para tornar possível a “nova democracia controlada”.

Por outro lado, para alcançar suas pretensões de universalidade e domínio, o neoliberalismo tem procurado eliminar a oposição ou inseri-la em seu projeto. Ele vem conquistando políticos e intelectuais ao se colocar como “tábua de salvação” da economia, como única via capaz de conduzir a sociedade à modernidade. Isto pode ser visto principalmente no comportamento de partidos e governos que se dizem seus opositores. As idéias neoliberais fixam os parâmetros da discussão político-socio-econômica da crise atual e a receita para sua solução. Segundo Cabrera (1994:04),

“o neoliberalismo através de seus distintos e variados representantes buscou incidir no debate, tentando apropriar-se da análise, difundindo um ‘discurso dominante sobre a crise’, e se converteu no marco de referência, assumido consciente ou inconscientemente por intelectuais, políticos e sindicalistas.”

Além disso, a falta de um projeto alternativo, de um programa “definido e consciente dos seus próprios fins” acabou por conquistar as adesões de governos socialistas e sociais-democratas⁸⁶ eleitos à implementação do programa neoliberal.

⁸⁶ Como apontam os casos da Espanha e da França na década de oitenta.

Neste ambiente, torna-se propícia a disseminação de um discurso que paira acima das classes e dos conflitos. Estamos entrando no terreno de uma nova “modernidade”, do avanço tecnológico e o que chamam de “avanço democrático”. Ao dividir a sociedade em duas frentes - modernos X arcaicos, os neoliberais tentam apagar as diferenças e as subjetividades, reunindo todos em um só imperativo: o do progresso, da técnica, da concorrência e eficiência. Comunismo e socialismo são denominações do passado e perderam sentido hoje. Qualquer manifestação crítica ao modelo torna-se irracional e obra de “sujeitos irracionais” que ainda permanecem no passado e não têm a capacidade de entender a realidade. O que importa é o real, o concreto, a sobrevivência, que são portadores do futuro ou do melhor dos mundos: a retomada do crescimento econômico. Por isto as políticas neoliberais se impõem e são inevitáveis. Governar passa a ser a arte do possível, a “utopia possível”, como Fernando Henrique Cardoso gosta de falar. Utopia possível é, sabemos, uma contradição nos termos.

Nesta perspectiva, o neoliberalismo propõe a modernização econômica e a reforma do Estado baseadas na implementação de políticas macroeconômicas, cujos pilares fundamentais são:

- Equilíbrio macroeconômico, buscando a estabilidade da moeda que preserve o cálculo econômico e a apuração dos lucros dos investidores em valores reconhecidos internacionalmente (moeda estável e conversível).
- Desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado, afirmando a superioridade do mercado em relação ao burocratismo e ineficiência do Estado dirigista.
- Combate aos sistemas estatais de proteção social e transferência de renda possibilitando, através de uma “salutar desigualdade”, o estímulo ao espírito empreendedor capitalista.
- Abertura dos mercados à competição internacional; possibilitando ao capital globalizado maior liberdade de atuação e conseguindo, desse modo, maior “eficiência”.
- Desnacionalização, promovendo privatizações e abrindo novos espaços para a acumulação e “eficiência” capitalista.

Desse modo, busca-se organizar um Estado forte no seu poder em romper com as formas de representação dos trabalhadores, com os sindicatos, as regulamentações econômicas de novo tipo (as agências) e no que se refere ao controle do dinheiro, porém fraco em relação aos direitos sociais e às regulações econômicas de tipo “arcaico” que, de algum modo ainda que frágil, colocavam algumas limitações ao capital. Neste sentido, um dos aspectos mais importantes contido nas reformas é aquele que trata da desregulamentação das relações de trabalho. Este tem sido um ponto fundamental para desarranjar o ordenamento Capital-Estado-Trabalho que caracterizou o período fordista-keynesiano. Um conjunto de direitos e conquistas sociais vem sendo quebrados sob o argumento da necessidade da flexibilização das relações de trabalho ou do “alto custo” da mão-de-obra, ideologicamente apresentado como custo Brasil, apontando para uma crescente diversificação e individualização dos contratos trabalhistas⁸⁷.

A teoria neoliberal prega o mercado, mas contraditoriamente, as suas reformas caminham através da intervenção estatal. É o Estado o grande articulador do processo de reestruturação produtiva e desregulamentação dos mercados. *O liberalismo é uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva (...), é um programa político destinado a (...) mudar a distribuição de renda nacional* (Gramsci, 1980:32). Ou seja, uma nova forma do Estado para o capital. É um projeto político que visa libertar o capital das amarras da democracia e do modelo de relações industriais anterior, busca recompor a unidade perdida entre as necessidades de acumulação e os aparelhos de hegemonia. Conforme Netto (1993:81),

O que desejam e pretendem (grande burguesia monopolista e oligarquia financeira mundial), em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital. (O que desejam e pretendem) ... não é reduzir a intervenção do estado, mas encontrar as

⁸⁷ Erbès-Seguin (1999, p.106) lembra que a diversificação dos contratos de trabalho (temporário, tempo parcial, determinado, “emprego-jovem”, etc.) reflete a crescente segmentação do mercado de trabalho promovida pela reestruturação da produção. Embora seja colocada como essencial para a sobrevivência das empresas (pois possibilita estabelecer políticas diferenciadas de emprego, conforme o tipo de empresa e exigências do mercado), ela é um instrumento que permite individualizar a gestão do emprego e, à medida que vem ganhando um lugar essencial nas relações de trabalho, ela pode até substituir a negociação e as convenções coletivas.

condições ótimas (hoje só possíveis com estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus interesses particulares de classe.

A fórmula Estado Mínimo, tão difundida pelos dominantes, é uma aparência necessária para, por um lado, “combater” o intervencionismo estatal e, por outro, para naturalizar nas classes trabalhadoras a idéia de um Estado ágil porque livre das limitações corporativas.

Contudo, o sucesso da implementação destas políticas depende da capacidade da burguesia internacional vender o seu projeto como o “melhor” e a única alternativa possível para as demais classes. E, sabe-se que a implementação deste projeto e da reestruturação capitalista não vem sem custos para a população sendo, os principais, o desemprego e o aumento da desigualdade (pobreza). Da capacidade de minimizar resistências e contornar oposições dentro das crescentes contradições é que vai resultar a possibilidade ou não da implementação deste programa.

A recomposição do ordenamento capitalista não se restringe à esfera do Estado. Um conjunto de estratégias implementadas no campo da produção formam a base material da racionalidade renovada do capital, cujas reformas neoliberais criam as condições para sua disseminação. Vejamos algumas políticas introduzidas na esfera da produção que fazem parte desta recomposição.

3.2 - A GESTÃO PARTICIPATIVA.

Para fazer frente à resistência dos trabalhadores à toda violência impressa nas relações capitalistas, os intelectuais orgânicos do capital criam mecanismos de incorporação de seus antagonistas a sua ordem. Dentre eles, a gestão participativa cumpre um papel fundamental na difusão da “nova” racionalidade, pois, despolitiza as relações no interior da fábrica ao mesmo tempo que cria um ambiente aparentemente

mais “democrático”. Já não existe trabalhador e capitalista, agora são todos “colaboradores”, todos compartilham da excelência técnica e social da empresa.

Trata-se, é preciso dizê-lo novamente, de uma aparência necessária uma vez que as possibilidades reais de decisão sobre o processo de trabalho ou os rumos da organização são bastante limitadas ou inexistentes. Além disso, o desemprego estrutural, a precarização do trabalho e a constante quebra de direitos são a face profunda desse ambiente democrático.

As origens das propostas de participação dos trabalhadores, do ponto de vista do capital, remontam às experiências realizadas pela Escola de Relações Humanas nos EUA no início dos anos vinte. Face ao crescente movimento de resistência ao Taylorismo, os teóricos desta Escola propuseram aos industriais a introdução de algumas práticas participativas junto aos operários, pois essas mostravam-se eficientes na “solução” de conflitos e promoviam aumento da produtividade. Segundo Elton Mayo (1933), fundamental era fazer o operário identificar-se com a empresa, partilhar de seus valores e crenças, sentir-se parte importante desta. Isso era alcançado com a criação de atividades integrativas como reuniões sociais, clubes, jornais de circulação interna e “caixinhas de sugestão”.

Posteriormente, esta questão continuou sendo abordada pelas várias teorias da Administração, da Psicologia e Sociologia Industrial, tais como a Teoria Z e o Instituto Tavistock de Londres. Em especial, a partir da segunda guerra, o interesse dos empresários pela idéia da participação ganhou maior ênfase com a introdução de comitês ou conselhos de empresas respaldados, inclusive, pela via legislativa. “Coincidentemente”, este crescimento se deu justamente com a intensificação do “perigo vermelho”. Cabe ressaltar que o estabelecimento desta forma de gestão do trabalho realizou-se após a derrota dos movimentos operários radicais no período do imediato pós-guerra. Nos Estados Unidos, por exemplo,

... onde a lei Wagner de 1933 tinha dado aos sindicatos poder no mercado (com o reconhecimento explícito de que os direitos de negociação coletiva eram essenciais para a resolução do problema da demanda efetiva) em troca do sacrifício no campo da produção, os sindicatos viram-se sob um ataque virulento nos anos de pós-guerra por uma pretensa infiltração comunista e terminaram por ser submetidos a uma disciplina legal estrita pela Lei Taft-

Hartley de 1952 (lei promulgada no auge do período macarthista – cf. Tomlins, 1985). (Harvey, 1992, p.127-128)

Segundo Melo (1985:171), as práticas participativas devem ser vistas não só como meio de aumentar a produtividade, mas principalmente, como possibilidade de antecipação e regulação dos conflitos nas empresas. Partindo de uma distinção feita por Gérald Fortin⁸⁸, a autora coloca quatro significações da participação na sociedade:

- 1) a participação ativista - limitada à possibilidade de presença e expressão verbal de cada um nos eventos relacionados à organização;*
- 2) a participação integrativa - passiva e conformista em relação às normas e valores estabelecidos;*
- 3) manipulação e mobilização ideológica - adesão “voluntária” aos objetivos dominantes. O que este tipo de participação distribui não é o poder, mas a sensação de estar engajado em uma obra ou ação entusiasmante;*
- 4) divisão de poder entre todos os grupos e possibilidades reais de influência nas decisões.*

Em geral, as propostas de participação se restringem às necessidades do capital, como meios de integração e mobilização ideológica, agindo, sobretudo, no sentimento de “estar engajado”, mas não na distribuição do poder.

Pagès e outros (1979) desenvolvem o conceito de “autonomia controlada” como a melhor forma de tratar do conteúdo das práticas de participação introduzidas pelas empresas. À partir do estudo de uma organização hipermoderna⁸⁹, os autores elaboram uma série de análises e conceitos que auxiliam em muito o entendimento dos dispositivos participativos. Dispositivos estes que cumprem papel importante na criação de um poder aparentemente descentralizado e participativo, ocultando, desse modo, a forte centralização e controle sobre o processo de trabalho nas mãos do capital.

O conjunto de práticas e regras participativas estabelece uma nova relação de poder entre o indivíduo e a organização. Ao criar um sistema de decisões relativamente descentralizado e participativo, substitui-se ordens e proibições por regras e objetivos

⁸⁸ Fortin, Gérald. Participation et société. In: **Economie e société**. Genève, 4 (9), 1979.

interiorizados segundo a lógica da empresa. Os chefes deixam de desempenhar o papel autoritário, de pequenos imperadores que ditam as ordens no local de trabalho e passam a ser intérpretes das regras e linguagem da organização. O indivíduo se torna o agente controlador e colaborador imediato na sua própria submissão. De simples lugar para se “ganhar a vida”, as empresas tornam-se parte da vida, a casa, a família e assumem as funções de uma sociedade (segurança, educação, produção, consumo, lazer, crenças, etc).

As estratégias de participação buscam mediar as contradições de modo que estas não representem empecilhos ao desenvolvimento e controle do processo produtivo sob a lógica capitalista. Dito de outra forma, os procedimentos participativos constituem processos de mediação que visam ocultar as contradições do sistema capitalista. A cada restrição (coerção) imposta pela empresa, contrapõe-se uma série de vantagens e privilégios oferecidos ao sujeito. Ou seja, à submissão ao lucro, expansão, controle, eficiência decorrentes da interiorização dos princípios e condutas empresariais por parte dos trabalhadores, a organização ofereceria, em contrapartida, a carreira, salários, autonomia relativa e satisfação.

O mecanismo básico pelo qual se processa o sistema de mediações passa pela transformação das contradições coletivas em contradições individuais e as contradições econômicas, políticas e sociais em contradições puramente psicológicas. Procura-se destruir a instância coletiva do trabalho como realidade concreta, formando um sistema orientado para a subordinação e enquadramento do indivíduo a um conjunto de normas e regras que são as da organização. Através de discursos, símbolos de prestígio e status que exaltam a condição individual realizam-se os objetivos de lucro, produtividade e eficiência. Estes mecanismos de sedução têm a função de interiorizar certas condutas e práticas que levam o trabalhador a tomar os objetivos e princípios organizacionais como se fossem os seus.

Dessa forma, as organizações aperfeiçoam o sistema de subordinação dos trabalhadores a sua lógica. Combinando ameaça, restrições e controle com altos

⁸⁹ Os autores chamam organizações hipermodernas, àquelas que desenvolveram em alto grau os processos de mediação, ou seja, às restrições impostas pela empresa, oferece-se em contrapartida uma série de vantagens ao indivíduo (desde política salarial e de carreira até autonomia relativa).

salários, política de carreira, segurança no emprego e autonomia, ocultam-se contradições, antecipam-se conflitos e realizam-se os objetivos de valorização.

3.3 - A IDEOLOGIA DA QUALIDADE TOTAL.

“Qualidade Total exige a participação de todos, empregados e colaboradores, sem exceção. Representa uma nova cultura a ser introduzida” (Folha de São Paulo - Sebrae, 1994).

“Qualidade Total é uma filosofia de gestão empresarial presente, hoje, nos quatro cantos do planeta: do Japão aos Estados Unidos, da Europa aos chamados Tigres Asiáticos, da China ao Brasil. (...) Hoje, é o conceito que resume as condições para que a empresa sobreviva e se desenvolva em um ambiente competitivo de rápidas mudanças” (Folha de São Paulo - Sebrae, 1994).

Pode parecer exagerado este discurso, mas o fato é que a Qualidade Total tem desempenhado um papel fundamental na mobilização dos gerentes do capital em torno de um conjunto de procedimentos e processos relacionados à qualidade. Inspirados no “modelo japonês⁹⁰”, estes “novos” procedimentos são colocados como fundamentais ao estímulo e à garantia da competitividade e sobrevivência das empresas.

Sob a denominação de “novos estilos e estratégias de gerenciamento”, a Qualidade Total procura introduzir um conjunto de valores, atitudes, técnicas e estratégias de controle da produção e do trabalho que ampliam em muito o alcance dos conceitos e práticas tradicionais de organização e gestão. De um lado, inaugura um discurso que privilegia os aspectos econômicos e “técnicos” tratando de associar questões como produtividade, competitividade, expansão e conquista de novos mercados à garantia da qualidade. Ou seja, o sucesso da empresa passa necessariamente pela introdução do Programa de Qualidade Total.

⁹⁰ Sobre o modelo japonês, ver Coriat, B., 1991 e Hirata, 1996.

De outro lado, este discurso traz também um conteúdo que enfatiza o humano, a valorização e participação dos trabalhadores, independente do nível hierárquico. A motivação e preparação dos empregados tem sido vista como elementos essenciais para o sucesso do programa e, conseqüentemente, para a excelência, sobrevivência e crescimento da empresa. Trata-se, pois, de estimular a confiança mútua e o comprometimento de cada um na defesa dos propósitos de lucratividade da empresa, expressos nos objetivos de lucratividade - qualidade - sobrevivência. Aos gerentes são colocados os desafios de entusiasmar e induzir o grupo ao alcance dos resultados esperados, eliminando as resistências no percurso.

Desse modo, a “ideologia da qualidade” é colocada como o elemento novo que tem a função de remodelar as fórmulas desgastadas e embrutecidas da administração capitalista procurando, acima de tudo, manter a participação e o envolvimento dos trabalhadores sob o controle do capital. Esta racionalidade renovada se expressa sobretudo na introdução de uma lógica de envolvimento e controle do trabalhador por ele mesmo, de forma que ele assuma as responsabilidades, verifique detalhes da produção, alcance as metas, tome decisões, exerça o autocontrole. Como bem salienta Humphrey (1995:115),

“Se o objetivo do sistema japonês é o de acertar pela primeira vez, o papel do controle de qualidade é modificado. A checagem continua a existir, porém confere-se cada vez mais aos trabalhadores a responsabilidade de produzir corretamente na primeira instância e de monitorar os resultados do próprio trabalho (...) A pressão sobre os trabalhadores para produzirem corretamente é reforçada pela adoção de células, de clientes internos e da redução de estoques. Desta feita, os problemas de qualidade - e os responsáveis pelos mesmos - são identificados mais rapidamente”.

Ainda segundo Humphrey (1995:116), essa responsabilidade pode assumir variados modos: inspeção visual, testes completos através de aferidores ou medidores fixos, uso do sistema de controle estatístico de processos (CEP). Lembrando que, de acordo com Dias (1995b), este trabalhador capaz de tomar decisões atua “dentro de um limitado campo de opções, já previstos por uma tecnologia (relação de poder) que lhe é externa e que o domina”.

Além disso, o desenvolvimento de um esquema de “clientes internos” coloca os trabalhadores em uma situação em que eles monitoram e controlam o desempenho dos demais colegas. Situações como a ausência de um trabalhador ou a necessidade de realização de horas extras leva a equipe a pressionar cada membro individual a cumprir as normas de trabalho uma vez que são os demais membros que sofrem as consequências das suas faltas. Da mesma forma, quando se trabalha com estoques mínimos, uma equipe que produz um artigo em estágio mais avançado pressionará seu “fornecedor” a cumprir as metas de qualidade e quantidade. O não cumprimento das metas prejudica o trabalhador dessa outra equipe, que terá de trabalhar em horários dilatados ou de modo mais acelerado para compensar (Humphrey, 1995:124).

Em suma, dentre as vantagens que tal programa proporciona para as empresas, destaca-se a redução dos custos de retrabalho ou manutenção em produtos acabados e, principalmente, a criação de certa homogeneidade nos métodos administrativos e de controle, seduzindo e conduzindo os trabalhadores e sindicatos ao engajamento e empenho na realização das metas, de forma a maximizar a produção e eliminar outros objetivos potencialmente conflitantes.

3.4 – NOVO MÉTODO DE GESTÃO DO FLUXO PRODUTIVO: O SISTEMA “JUST-IN-TIME / KANBAN”

Este sistema tem sua origem nas experiências da Toyota japonesa e é colocado com o propósito de reduzir os estoques e eliminar desperdício. Significa produzir uma mercadoria no momento certo, na quantidade e qualidade necessária. A idéia é produzir, em um período determinado, somente o que terá utilização imediata⁹¹.

⁹¹ Assim, ao contrário do sistema de administração da produção convencional - que “empurra” as matérias-primas conforme pedidos efetuados e previsão de vendas - o JIT é um sistema que “puxa”, acionado pelo operário que está no último estágio da produção, como se ele fosse um consumidor a demandar determinada peça do estágio anterior. Em cada estágio, o operário é considerado um cliente. A idéia é a de produzir somente quando este cliente requisitar alguma coisa.

Ou seja, o JIT (*just-in-time*) busca no processo produtivo fazer com que cada peça esteja preparada “apenas a tempo” de ser transferida para a operação seguinte⁹².

Para produzir no tempo certo, é preciso um sistema de informações e controle da produção. Este é o papel desempenhado pelo *Kanban*: é um sistema de cartões que controla a quantidade de produto em cada processo e indica ao operador o que fazer, em que quantidade e onde colocar. O sistema de cartões pode ser automatizado e, seguindo a lógica do *just-in-time*, sincroniza e envia ordens de produção, uma a uma, aos diferentes postos-chaves de cada linha. Em geral, este sistema é desenvolvido integrado ao Programa de Qualidade Total, envolvendo outros processos e técnicas, tais como a padronização das tarefas, a produção nivelada, o controle estatístico de processo (CEP), os círculos de controle da qualidade (CCQs), etc. (DIEESE, 1994:184).

Com o sistema *JIT-Kanban*, os custos são reduzidos e a empresa ganha maior flexibilidade para atender às variações de mercado. A redução de custos se dá por:

- 1) redução do nível de estoque;
- 2) redução do espaço físico necessário às atividades;
- 3) diminuição dos níveis de refugos (perdas) na produção;
- 4) aumento da utilização dos equipamentos;
- 5) aumento do rendimento do trabalho, principalmente através da sua intensificação;
- 6) amplia o controle da empresa sobre a produção, pois ficam mais visíveis as ocorrências na fábrica (gargalos, trabalhador que está abaixo do “ritmo normal” de trabalho, etc) através do sistema de informações (DIEESE, 1994: 168-9).

Desse modo, esta prática está perfeitamente sintonizada com a lógica do mercado. A empresa investe apenas o necessário para a produção a ser realizada e aumenta seu controle (centralização) sobre o fluxo de informações de todo o processo produtivo. Além disso, molda o trabalhador coletivo em torno das relações de clientela na produção (setores, departamentos ou trabalhadores são clientes uns dos outros), seguindo rígida padronização dos processos e produtos de maneira que cada trabalhador responda eficazmente, no momento certo, às necessidades do sistema produtivo. Compõe, portanto, um aspecto da renovada racionalidade capitalista.

⁹² “A lógica é vincular a produção diretamente ao mercado: não adianta produzir o que não vai ser vendido no momento. A produção deve ter um grau de flexibilidade grande para adaptar-se às mudanças,

3.5 - AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: EM BUSCA DA FLEXIBILIDADE⁹³.

As novas formas de organização do trabalho (NFOT's) operam em dois processos distintos que se articulam na tentativa de recompor os pólos do poder político no interior da produção e de criar as condições para que os objetivos de lucratividade e produtividade se realizem. De um lado, a flexibilidade funcional que busca requalificar a mão de obra em torno das atividades de vigilância e manutenção, proporcionar maior mobilidade aos postos de trabalho e maiores "responsabilidades" aos operários. De outro lado, a flexibilidade numérica que reúne os trabalhadores em torno de um conjunto de relações trabalhistas precarizadas e desprotegidas que fazem o papel de lembrar à força de trabalho ativa o risco e a ameaça do desemprego permanente e estrutural. Ao implementar estas modificações, as NFOT's acabam por atacar as formas tradicionais de organização dos trabalhadores, disseminando o medo do desemprego e da possibilidade de perda do trabalho estável.

3.5.1 - A flexibilidade funcional: o trabalhador polivalente.

A flexibilidade funcional traduz-se em um conjunto de práticas que buscam possibilitar revezamento nos postos de trabalho, agrupamento de tarefas, cargos e funções, maiores responsabilidades, reciclagem, etc. Para alguns autores, esta flexibilidade geraria um novo padrão de organização do trabalho, em que a degradação

especialmente com relação à quantidade relativa entre os vários itens produzidos" (DIEESE, 1994:175).

⁹³ Segundo o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa de Francisco da Silveira Bueno a Palavra "Flexibilidade" quer dizer "qualidade daquilo que é flexível; aptidão para variadas coisas ou aplicações; submissão; docilidade".

taylorista daria lugar à polivalência e autonomia. No entanto, quando se fala aqui em autonomia, é preciso qualificar melhor o termo. Faz-se necessário lembrar que ela se restringe à capacidade do operário em responder com eficiência às necessidades do processo de trabalho capitalista, e não significa o desenvolvimento pleno das suas potencialidades. Trata-se de uma *autonomia para o capital* (a expressão é de Dias, 1993) e não para o trabalho.

A idéia de autonomia nos remete à discussão das mudanças na qualificação exigida pela reestruturação. Para que esta autonomia para o capital se realize, torna-se fundamental preparar o trabalhador para a mesma. Este preparo se fundamenta em dois aspectos. Primeiro, os corações e mentes dos trabalhadores precisam ser conquistados para o atendimento eficaz às necessidades da produção. Ou seja, passa a ser fundamental seu engajamento nos propósitos de produtividade, lucratividade e qualidade, para que, sob estas condições, as responsabilidades lhes sejam delegadas. Nesta responsabilidade assumida é que consiste sua autonomia. Este parece ser o papel das práticas participativas, analisadas em seção anterior. Segundo, a formação polivalente torna o operário apto a executar várias tarefas correspondentes a diferenciados postos de trabalho, podendo fazer frente às renovadas necessidades do processo de trabalho. Dito de outro modo, formação polivalente e engajamento participativo tornam-se os pilares básicos da autonomia para o capital.

Assim, estas práticas aumentam a subsunção real do trabalho ao capital e reduz à polivalência as idéias de qualificação e autonomia. Ou seja, estas últimas ficam restritas à alternância nas tarefas e funções. Nas palavras de Dias (1993:115),

“para o capitalismo, é necessário o treinamento polivalente, que crie operários de olho vivo e mão forte; mas com uma capacidade relativa de adequar-se rapidamente à diversidade de funções. Não se necessita de um homem omnilateral, educado politécnicamente, sem a separação entre o trabalho manual e trabalho intelectual.

Ainda conforme Dias, a idéia de politecnia contrapõe-se fortemente à de polivalência, estando, a primeira, associada ao trabalho produtivo sem a separação manual/intelectual e à concepção de homem omnilateral. Esta última

“centra-se na apreensão do homem enquanto totalidade histórica que é, ao mesmo tempo, ‘natureza’, individualidade e, sobretudo, relação social. Uma unidade na diversidade física psíquica e social; um ser de necessidades imperativas (mundo da necessidade material) em cuja satisfação se funda suas possibilidades de crescimento em outras esferas (mundo da liberdade)” (Frigoto⁹⁴, citado por Dias, 1993:115).

Por fim, a estratégia da flexibilidade funcional não é generalizada para toda força de trabalho e, muitas vezes, realizada concomitantemente com crescimento do desemprego e da utilização do trabalho precarizado. O que existe é uma combinação contraditória de diferentes práticas patronais, muito desiguais, envolvendo tanto os países capitalistas centrais quanto os periféricos. Tais contradições mostram que o móvel central desta modificação é a obtenção de crescentes cotas de mais-valia permitindo o aproveitamento mais eficaz do tempo de trabalho empregado, a intensificação do ritmo e diminuição das porosidades do trabalho.

3.5.2 - A Flexibilidade numérica: a precarização⁹⁵ do trabalho.

A recomposição do domínio capitalista se fundamenta também na quebra e desmembramento do espaço fabril e das garantias dos trabalhadores. Um conjunto diversificado de arranjos produtivos são construídos entre as grandes indústrias e as pequenas empresas satélites, terceiras ou subcontratantes. Com eles diversificam-se também as formas de contratação da força de trabalho e desregulamentação do emprego. Segundo Harvey (1992), a tendência atual do mercado de trabalho é diminuir o número de trabalhadores “centrais” e ampliar o universo daqueles trabalhadores que são contratados e demitidos facilmente de acordo com as variações conjunturais. Desse modo, parcela substantiva dos trabalhadores ficam sucumbidos ao movimento dos

⁹⁴ Frigoto, Gaudêncio. *Trabalho - educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica* in Silva, Tomaz Tadeu (org). *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1991.

⁹⁵ Termo utilizado para designar o processo de deterioração das condições e relações de trabalho com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira, do trabalho por conta própria, em tempo parcial e/ou determinado, sem renda fixa e contribuição previdenciária, desprotegido por legislação trabalhista.

“mercados” e fragilizados diante do perigo constante do desemprego estrutural e permanente.

Essa descentralização produtiva e segmentação do mercado de trabalho é colocada pelos intelectuais orgânicos do capitalismo como modo de satisfazer às necessidades específicas de cada empresa face ao acirramento da competição no mercado. Para tal, torna-se “inevitável” a imposição de formas de trabalho “flexíveis” (trabalho temporário, em tempo determinado, eventual, em tempo parcial, a domicílio, estágio, etc), pois estas permitem a redução dos custos de capital e, conseqüentemente, melhoria nas condições de competitividade. Além disso, uma das estratégias tidas como fundamentais para a sobrevivência neste novo contexto é a da “focalização” no negócio da empresa, ou seja, a empresa deve se especializar naquilo que aumenta o valor agregado do seu produto e contratar externamente áreas consideradas periféricas à atividade principal⁹⁶. Desse modo, a proliferação do trabalho precário tornou-se um recurso fundamental para a recuperação das taxas de lucratividade no contexto da crise dos anos setenta.

A utilização da subcontratação da força de trabalho não é algo novo na história. Como forma de organização do trabalho ela era usada na Idade Média e, a partir do século XVI, era comum em algumas regiões da Europa. Mesmo mais recentemente, quando da formação dos grandes monopólios e da difusão do fordismo, a subcontratação não deixou de existir ao lado de outras formas de organização do trabalho.

O atual processo de uso de trabalho externo vem se efetivando à medida que a terceirização é levada a cabo pelas empresas e a utilização da informática e demais tecnologias é difundida. Segundo Child (1988), embora as formas de contratar a força de trabalho estejam também relacionadas a outros fatores que não sejam tecnológicos, estes últimos podem ajudar na difusão da prática da subcontratação e fórmulas similares. Aliás, uma das características mais importantes das novas tecnologias é a de favorecer o trabalho realizado a distância da empresa e permitir que partes da atividade produtiva sejam externalizadas. O uso de redes de computadores, por exemplo, pode

⁹⁶ Cabe ressaltar que este movimento de descentralização produtiva não significa necessariamente um processo de desconcentração de capitais. Ao contrário, Chesnais (1995) observa que dois terços dos investimentos realizados no mundo são de fusão de capitais já existentes

eliminar a necessidade de integrar os estágios singulares da produção em um mesmo local e com força de trabalho unificada.

O aumento das formas de trabalho precário tem sido mais rápido que o crescimento do emprego em geral. Dados da OIT⁹⁷ (citados por Coggiola, 1995:132) revelam a magnitude da precarização: “cabe considerar como protegidos socialmente uns 800 milhões de trabalhadores de uma população ativa mundial de quase 2 bilhões. Os 1,15 bilhões restantes - isto é, 60% da população ativa total - não estão protegidos no que se refere ao seguro social básico nem à legislação trabalhista”. Esta precarização é mais significativa nos países do Terceiro Mundo, sendo que 77% dos trabalhadores da Ásia e 84% dos da África carecem de proteção social ou trabalhista.

No entanto, a difusão do trabalho precário atinge também os países do Primeiro Mundo. Segundo Mattoso (1995:90), a “modernização conservadora” vivida pela maioria dos países avançados na década de oitenta procurou atacar as formas de proteção do emprego, típicas do Estado do Bem Estar Social, colocando-as como responsáveis pelo desemprego crescente. Neste sentido, em muitos países adotou-se políticas voltadas para promoção da flexibilidade do emprego e elevação das facilidades patronais em despedir e utilizar trabalho temporário⁹⁸ (ver anexo 2). Estas políticas foram apontadas como armas essenciais na luta contra o desemprego e na saída da crise.

Porém, mesmo com a implementação dessas políticas e mesmo em períodos de expansão econômica (tal qual ocorreu nas economias capitalistas centrais no período 1983-1990), o desemprego junto com a deterioração da participação dos salários na renda nacional permanecem uma tendência. Na maioria dos países centrais, o desemprego cresce ou mantém-se nos mesmos patamares e, no resto do mundo (a periferia), as condições de inserção vão se precarizando com as constantes crises financeiras.

⁹⁷ CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, *El mundo del trabajo en evolución: problemas principales*. Ginebra, OIT, 1986, p. 5 citado por Coggiola, 1995:132.

⁹⁸ “O problema é que durante esta década, sobretudo na Europa, cresceu o desemprego e a flexibilidade, tornando no mínimo curiosa a postura de acusar a estabilidade, a segurança e a rigidez como responsáveis pelo desemprego” (Mattoso, 1995:91). Curiosa não é, certamente, a designação mais adequada, embora leve a pensar sobre o que acontece além da aparência.

A partir da descentralização da gestão e do desenvolvimento de redes de empresas subcontratadas e terceirizadas em torno da grande indústria, o espaço fabril é desmembrado e a mobilidade geográfica do capital cresce. Com isso, o trabalho organizado passa a ser solapado e os antigos laços de solidariedade classista diluídos pela realocação de focos de acumulação - baseada na flexibilidade do processo e mercado de trabalho - para áreas que não têm tradição industrial e com fraco poder sindical. As estratégias de investimentos são direcionadas para locais como o norte do México ou zona franca de Manaus, enquanto regiões onde o trabalho é organizado e possui maiores conquistas trabalhistas perdem potencial de geração de emprego. Desta forma, o deslocamento de plantas e investimentos, a decadência industrial de áreas tradicionais, a crise econômica de certas regiões e a disputa pelo “capital sem pátria” acaba possibilitando a introdução das práticas regressivas nas sociedades capitalistas centrais. A desregulamentação das relações de trabalho passa a ser um instrumento de “chantagem” para a implantação de determinada indústria em uma região.

É claro que este processo de realocação das indústrias obedece aos incentivos oferecidos pelos países, regiões, mas também, são parte de uma estratégia de ocupar novos mercados e enviar para outras localidades as empresas que causam problemas sociais, como a poluição, ou cujos métodos de produção não são aceitos pelos trabalhadores dos países centrais.

Como resultado, assiste-se a uma crescente interpenetração e internacionalização da produção, apontando para a constituição de uma “nova” divisão do trabalho. Esta não estaria mais fundamentada na oposição entre países produtores de matérias-primas e países produtores de produtos manufaturados, mas em uma tendência de realocação industrial marcada pela oposição entre indústrias de ponta e indústrias clássicas de mão-de-obra⁹⁹ ou de primeira transformação (Bihr, 1991:115).

Tal estratégia aprofunda ainda mais a heterogeneidade da força de trabalho dificultando a organização da classe trabalhadora e aumentando as fraturas em seu interior. Caminha-se para uma crescente segmentação da força de trabalho, opondo, de um lado, os trabalhadores precarizados e, de outro, os mais estáveis. Além disso, esta

⁹⁹ Como exemplo tem-se o caso da Nike - empresa produtora de tênis - em que o planejamento, marketing e alta gerência são alocados para o Primeiro Mundo e a produção física, utilizando trabalho precário, fica no Terceiro Mundo.

crescente precarização do trabalho significa não somente salários mais variáveis, instáveis, sem garantia, como também ampliação dos níveis de concentração da renda, com aumento da desigualdade e pobreza. Um relatório da ONU publicado em 1997¹⁰⁰ mostrou que:

- 1) Cerca de um quarto da população mundial - 1,3 bilhão de pessoas - vive na pobreza (segundo conceito da ONU e Banco Mundial, pessoas que sobrevivem com até 370 dólares por ano) e 22,8% da mesma sobrevive com menos de um dólar por dia.;
- 2) O número de pobres cresce cerca de 25 milhões por ano;
- 3) A parcela da receita mundial que cabe a 20% dos indivíduos mais pobres é de apenas 1,1%;
- 4) Há cerca de 840 milhões de pessoas subnutridas no mundo, das quais 160 milhões são crianças.

Para Texeira (1994:26-7), esta estruturação do trabalho em redes de pequenas empresas subcontratadas potencializa radicalmente a exploração da mais-valia, pois, o trabalhador doméstico, familiar, artesanal aparece como fornecedor de “trabalho materializado”, ou seja, *“a compra-e-venda da força de trabalho é velada sob a forma da compra-e-venda de mercadorias semi-elaboradas”*. Este processo de potencialização da produção de mais-valia através da flexibilidade pode ser demonstrado, primeiro, através da “reinvenção” do salário por peça. Ao contrário do salário por tempo ou estabelecido por contrato de trabalho, o salário por peça depende da quantidade de mercadorias fornecidas à unidade final de produção. A qualidade do trabalho é determinada pelo produto e controlada pela empresa contratante, jogando para os fornecedores os prejuízos com possíveis problemas com a qualidade, procedimentos, exigências, especificações, tempo hábil, etc. Segundo, é o próprio trabalhador que potencializa sua auto-exploração, pois é seu tempo de trabalho que estipula sua remuneração. Terceiro, possibilita, também, o surgimento dos “parasitas” que se colocam entre o trabalhador e o capitalista - o subarrendamento do trabalho ou o operário-patrão. *“A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza aqui mediada pela exploração do trabalhador pelo trabalhador”* (Marx, 1988, v.II:135).

¹⁰⁰ Citado por Folha de São Paulo, 17/10/1997, caderno 1, p.14

Contudo, esta renovada estruturação do trabalho aparece como o grande “reino da igualdade, liberdade e propriedade”, pois, o trabalhador se sente dono, livre, longe da opressão e organização hierárquica, se sente um comerciante, parceiro de seus antigos patrões. Com isso, trabalhadores e capitalistas se encontram na esfera da circulação, como simples comerciantes, despojados da “antiga” condição de portadores de interesses divergentes.

“O trabalhador não se confronta mais com o capitalista como um mero vendedor da capacidade de trabalho; não mais entra no mercado de mãos vazias, mas, traz uma mercadoria que foi produzida antes de entrar na esfera da circulação” (Texeira, 1994:27).

Consequentemente, as instituições de organização dos trabalhadores, os sindicatos, o público, o comunitário se desmoronam ou perdem a razão de ser frente aos “produtores independentes de mercadorias”, ao “espírito empreendedor”, ao privatismo, a propriedade.

3.6 - AS NOVAS TECNOLOGIAS¹⁰¹.

Se identificarmos o surgimento da tecnologia ao desenvolvimento do capitalismo¹⁰², podemos dizer que seu avanço tem um caráter tão contraditório quanto o sistema no seu conjunto. Nestes termos, a tecnologia expressa uma relação de produção, uma relação de apropriação do real cujo desenvolvimento é determinado por um ritmo e aspecto próprios do processo de acumulação capitalista.

¹⁰¹ O termo “novas tecnologias” refere-se a uma ampla gama de procedimentos, habilidades e equipamentos desenvolvidos em torno da microeletrônica, informática, biotecnologia e novos materiais.

¹⁰² Gama (1987:30), numa tentativa de sistematizar as diversas acepções dadas aos termos “técnica” e “tecnologia”, mostra que a tecnologia nasceu *“pari-passu ao desenvolvimento do capitalismo e à transmissão do conhecimento apoiado na aprendizagem, pelo emprego do trabalho assalariado e pelo sistema escolarizado de transmissão do conhecimento”*. Para o referido autor, a tecnologia representa a perspectiva do capital, é a ciência do trabalho produtivo para o capital.

A origem do desenvolvimento das máquinas não tem nada de evolutivo ou linear. Ao contrário, ele é fruto e síntese de processos contraditórios e complexos ditados pela dinâmica da luta de classes. *“A técnica não dispõe por si mesma de qualquer mandato revolucionário”* (Chesneaux, 1995, p. 116). Pode-se dizer que a história da tecnologia no capitalismo é a história das relações entre as classes.

A mudança tecnológica potencializa uma característica essencial da produção capitalista que é a de esforçar-se continuamente por retirar dos trabalhadores o “saber fazer” e traduzi-lo em novos equipamentos, ferramentas e operações. Por transmitir permanentemente os conhecimentos socialmente produzidos à mecanismos impessoais, externos ao trabalhador, que comandam e controlam o sistema produtivo. O desenvolvimento da tecnologia expressa esta necessidade do capital: a de ter o domínio sobre o processo de trabalho e os desenvolvimentos científicos a ele associados com vistas à viabilização de seus objetivos. Ou ainda, a de efetivar sua luta de classe contra a classe operária na produção. A introdução de máquinas e de sistemas complexos de máquinas, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto é central para a elevação do controle capitalista sobre o processo de trabalho e para a superação dos obstáculos à expansão da valorização do capital.

Neste sentido, a tecnologia não é neutra porque a máquina expressa relações sociais e incorpora, na sua maneira de operar, a destreza e habilidade do trabalhador individual, que fica, a partir daí, privado de sua qualificação e subordinado à máquina. A ciência aplicada à produção atua para superar os limites do sistema produtivo, tanto materiais quanto políticos. Ou seja, *“a tecnologia incorpora, no solo da materialidade, o que há de fundamental na política: é a condensação das contradições classistas buscando dar-lhe sentido e direção, ou seja, solução”* (Dias, 1996:04).

Sendo assim, as transformações tecnológicas não se dão de maneira autônoma, independente das relações sociais históricas no seio das quais elas se desenrolam. Ao contrário, elas são a materialização (ou solução) das relações de produção antagônicas do capitalismo. Para Magaline (1977:50). aquilo que os

“historiadores designam pela expressão ‘revolução industrial’ aparece, na análise de O Capital, como produto da dominação da relação capital/trabalho assalariado sobre o processo de produção e de reprodução, como efeito daquilo que Marx chama noutro lado a ‘subsunção real’ do trabalho ao capital”.

Em “O Capital”, Marx mostra que a partir da maquinaria aconteceu a separação definitiva do produtor do conjunto das condições materiais e intelectuais do processo de trabalho, possibilitando a utilização produtiva, sob o controle do capitalista e de seus agentes, dos resultados dos desenvolvimentos científicos. Neste momento o meio de trabalho (e não mais a força de trabalho) passa a ser o ponto de partida da revolução das forças produtivas - o que não significa uma transformação autônoma dos meios de trabalho e da tecnologia - reforçando ainda mais o fetichismo da técnica. Isto porque no modo de produção capitalista, a dominação do capital sobre o trabalho assume a forma da dominação dos meios de trabalho sobre o trabalhador, ou ainda, do mundo das coisas sobre o sujeito. Além do mais, estas relações se dissimulam por detrás de uma relação aparentemente “técnica”, a relação entre o produtor e a máquina.

O que nos interessa nessas considerações iniciais é iluminar a questão acerca dos fundamentos da inovação tecnológica e os impactos do seu uso sobre as condições de vida e de trabalho. Isso porque, tanto por parte das organizações capitalistas, quanto por grande parte das organizações operárias, o discurso sobre as novas tecnologias prima pelo fascínio e pela crença na sua capacidade de resolver problemas e oferecer soluções miraculosas e neutras para a crise contemporânea. Os primeiros vêem nas novas tecnologias o imperativo “natural” para a flexibilidade, a desregulamentação e a competitividade enquanto os últimos a realização do sonho secular do progresso humano. O progresso tecnológico parece, finalmente, reconciliar os dois adversários históricos, o americano e o soviético¹⁰³.

Essa crença, expressão máxima do economicismo, além de criar empecilhos à construção da independência e da autonomia das classes subalternas frente às dominantes, reforça a disseminação da racionalidade do capital já que portadora da modernidade. É elemento fundamental na criação do conformismo e passividade das massas, pois reduz o governo da produção e do Estado à administração das coisas, à execução técnica de procedimentos ditados pela tecnologia e pela ciência.

¹⁰³ Este “fascínio” pelo progresso tecnológico já se colocava desde os primórdios da experiência russa e pode ser considerado um dos seus principais problemas. Lênin e demais revolucionários louvavam a tecnologia taylorista e a aplicou na construção revolucionária desconsiderando o caráter político, o “tipo humano” que as técnicas de gestão e produção do capitalismo ocidental criava.

Ora, sempre é bom reafirmá-lo, a tecnologia não é neutra, pois expressa em si o conjunto das relações sociais. A racionalidade capitalista para o uso de máquinas não caminha em direção do alívio do trabalho humano ou do progresso social em geral (embora tenha tal aparência).

“Não é este (alívio do trabalho) o objetivo do capital, quando emprega a maquinaria. Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é o meio para produzir mais-valia” (Marx, 1988, v.II:5).

O móvel central da inovação tecnológica é, pois, a busca incessante ao sobretrabalho.

A forma assumida por este processo é o da desvalorização da força de trabalho, e esta última é a condição para a valorização do capital, isto é, da sua reprodução ampliada. Se de um lado, o desenvolvimento tecnológico parece ter como fundamento a substituição do trabalhador pela máquina, de outro lado, as máquinas levam também a substituição de uma força de trabalho de custo de reprodução superior por uma cujos custos de reprodução são mais baixos¹⁰⁴ e, dado a criação de um exército de reserva, está em posição de fragilidade para defender seu salário e seu valor (Magaline, 1977). Em outros termos,

“do ponto de vista da reprodução geral do capital, a inovação e a exploração caminham de mãos dadas com a procura de maiores benefícios (sic). Somente por meio das grandes mudanças tecnológicas barateia-se o custo dos meios de subsistência, que determinam o valor da força de trabalho e o nível dos salários que deve creditar o capitalista. A generalização das inovações redutoras deste custo diminui o tempo de trabalho necessário para recriar a força de trabalho e potencializa - através de saltos na produtividade - a mais-valia relativa que nutre o lucro do capital (Katz, 1995:12).

Dada esta introdução, pensemos um pouco sobre as características do atual processo de inovação tecnológica. As novas tecnologias, como são conhecidas, abrangem um conjunto amplo de equipamentos que utilizam microcircuitos e software

¹⁰⁴ Tanto pela redução do número de trabalhadores empregados quanto pelo barateamento dos bens-salário.

associados. Se, de um lado, elas cumprem o clássico papel de ampliar a apropriação de crescentes cotas de mais-valia, de outro lado, elas potencializam, de forma inédita, o controle sobre o processo de trabalho uma vez que não só substituem a força humana como também executam uma seqüência de operações sem a intervenção direta do trabalhador para determiná-las¹⁰⁵. Além disso, distinguem-se das anteriores por serem “compactas”, “baratas”, “rápidas na operação”, “confiáveis”, “acuradas” e “consumidoras de pouca energia” (Child, 1988, p. 235). “O que nada tem de novo, pelo contrário é sua estreita associação com o poder político e o lucro capitalista (Chesneaux, 1995, p. 110).

A utilização destes novos equipamentos microeletrônicos e informacionais estão associados ao contexto de guerras mundiais e o grande investimento feito em Pesquisa e Desenvolvimento para fins militares. Segundo Albuquerque (1990:37),

“a automação com base microeletrônica é filha de um duplo processo. Por um lado, ela é possibilitada por todo o movimento de intensificação do trabalho que foi o taylorismo e o fordismo: ele possibilitou a organização do trabalho de uma forma tal que era um pré-requisito fundamental para a aplicação da informática à produção. (...) Por outro lado, os avanços técnicos do pós-guerra eram uma base também indispensável para esse salto: todo um conjunto de inventos estava “à disposição” e era potencialmente aplicável à produção”¹⁰⁶.

É interessante notar como a introdução de sistemas automáticos está diretamente ligada aos processos de erosão do poder político dos trabalhadores. Em um estudo intitulado “Luta de classe e inovação tecnológica no Japão desde 1945”, o autor, Muto Ichiyo, “vai mostrar como no interior de um pacto com o imperialismo americano há um longo processo de erosão da força dos trabalhadores no local de

¹⁰⁵ O nível de automação é “determinado, progressivamente, pela capacidade de que estão dotados os meios de trabalho de:

- captar e transmitir informações sobre o processo em andamento.
- interpretar estas informações e decidir sobre as correções que deverão eventualmente ser efetuadas.
- e, finalmente, nos equipamentos mais aperfeiçoados, efetuar estas correções em “tempo real” (isto é, durante o desenrolar das operações de produção), restabelecendo a normalidade do processo produtivo” (Ferreira, 1984:33).

¹⁰⁶ As necessidades de maior precisão nos serviços da guerra levou ao desenvolvimento de projetos em processamento eletrônico de grande número de informações. Já nos anos cinquenta a indústria química utilizou as novas tecnologias, no entanto, a sua generalização só se tornou central a partir de 1973-75, não somente em função do acirramento da concorrência capitalista mundial e a consequente necessidade de redução dos custos de produção, mas, principalmente, para aumentar o domínio físico e mental do patronato sobre o processo de trabalho. Este domínio estava ameaçado pelo conjunto de

trabalho, no interior da unidade de produção” (citado por Albuquerque, 1990:41-2). O “sucesso” japonês se deveu à esta capacidade de quebrar a resistência dos trabalhadores e, com o auxílio das novas tecnologias e racionalização do trabalho, pulverizar a solidariedade de classe.

Segundo Child (1988:273), vários estudos de caso e *surveys* sugerem que a introdução das novas tecnologias são colocadas pelos gerentes como forma de reduzir custos operacionais e ampliar a eficiência, dar maior flexibilidade à linha de produção, aumentar a qualidade e uniformidade dos produtos, incrementar o controle sobre as operações e promover maior integração entre as seqüências produtivas, reduzindo tempos mortos e tempos improdutivos de circulação, tornando mais denso e compacto o processo de trabalho. Existe uma clara interdependência entre cada uma destas intenções gerenciais. Todas estão voltadas para criar mais-valia e ampliar a capacidade da empresa de absorver os riscos da competição. Ou seja, todas têm o propósito de se apropriar de cotas crescentes do trabalho abstrato geradas pelos trabalhadores e reduzir o tempo de trabalho necessário.

A persecução destes objetivos pode ser assegurada de variadas formas. A nova tecnologia pode permitir reduções no contingente de trabalhadores ao substituir o trabalho direto ou ao alocar de modo mais econômico a força de trabalho. Pode também reduzir custos ao melhorar o controle de estoques e economizar matérias-primas, ao reduzir desperdícios devido a erros do operário e ao utilizar melhor a planta através de esquemas computadorizados.

No entanto, a principal função designada às novas tecnologias pelos agentes do capital é a de aumentar seu controle sobre o processo produtivo através da contínua transmissão do conhecimento à mecanismos impessoais que o comandam. Desse modo, intensifica-se ainda mais a exploração do trabalho, limitando a autonomia operária e concentrando o domínio gerencial sobre o ritmo, conteúdo, padronização e intensificação do trabalho¹⁰⁷. Nas palavras de Chesneaux (1995:114),

estratégias desenvolvidas pelas lutas operárias, ao longo dos anos sessenta, como forma de enfrentar a “Organização Científica do Trabalho”.

¹⁰⁷Manacorda (citado por Katz, 1995:33), mostra como a difusão dos mecanismos automáticos modifica e fragmenta o trabalho dos analistas (os que elaboram a atividade), dos programadores (que transpõem-na para as máquinas) e operadores (que operam as máquinas). “O computador estabeleceu o ritmo e a velocidade do trabalho e, a cada novo movimento, acentuou a ruptura entre a concepção e a realização

“os processos industriais e comerciais são dominados globalmente, ‘em tempo real’. A GPAO (gestão de produção apoiada pelo computador) permite controlar conjuntamente os fluxos de matéria-prima, a situação dos estoques, o encadeamento das operações, a regularidade da clientela, a gestão de pessoal”.

Com isso, a empresa depende menos do trabalhador, amplia seu conhecimento e capacidade de normatizar o processo produtivo, e instaura uma hierarquia mais invisível já que o feitor tradicional é substituído pelo controle eletrônico, aparentemente técnico. *“O computador (...) é capaz de realizar em sua plenitude o controle racional dos ritmos e das seqüências de trabalho a que aspiram desde antes da guerra o fordismo e o taylorismo”* (Chesneaux, 1995, p.116).

Este controle renovado não fica restrito à fábrica. *“Os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida...”* (Gramsci, MPE p.396). As novas tecnologias, a informática principalmente, envolve a sociedade em seu conjunto, criam os modelos, engrenagens, mecanismos que asseguram sua “minuciosa gestão”.

“O corpo social torna-se susceptível de ser apreendido no tempo real e em massa real, como as indústrias de ponta, nas quais um sistema de faixas de luminosos, de sensores, de itinerários balizados e de telas permitem, a cada instante, saber onde se encontra cada empregado e o que ele faz” (Chesneaux, 1995, p. 117).

Um trabalhador adequado a lidar com esses novos processos é requisitado. Os estudos mostram que as firmas diferem nas formas de requisitar a qualificação que acompanha a introdução de equipamentos automáticos. Para Child (*op. cit.*), o que parece essencial nesta discussão é que a nova tecnologia aumenta o poder do capital em reestruturar o processo de trabalho. A estratégia de desqualificar ou não está subordinada ao desejo de ampliar o controle sobre a produção.

das tarefas. O operador converteu-se em supervisor passivo, o programador foi anulado pela estandarização de códigos e linguagens, o analista passou a manejar arquivos de dados em lugar de uma ação criativa”.

A questão das modificações nas qualificações trazidas pelas novas tecnologias é polêmica e permeada por contradições¹⁰⁸. Algumas pesquisas que investigaram este processo apontam, por exemplo, que o tempo de formação para capacitar um operário em atividade com uso de automação diminuiu em relação ao tempo necessário para a formação de um trabalhador profissional de máquina eletromecânica, uma vez que simplifica as operações e diminui a intervenção direta do operador (ver DIEESE, 1994). Outros estudos mostram que novas habilidades e conhecimentos são requeridos aos trabalhadores da máquina automática, dentre outros, a necessidade de capacidade de abstração, raciocínio lógico e conhecimento técnico geral para operar um sistema de máquinas e resolver problemas diários da produção (Abramo, 1990; Rush, H. e Ferraz, 1993; Carvalho, 1987).

No entanto, cabe ressaltar que, conforme discutido anteriormente, são as relações de produção capitalistas que organizam o mundo do trabalho. E, o processo de trabalho sob o capitalismo promove a crescente desqualificação das classes trabalhadoras ao retirar das mesmas o domínio sobre o conjunto do processo. Estas se transformam em simples apêndices, não somente da máquina, mas agora também de um painel de controle ou de um computador. Este processo não atinge somente os operários do chão de fábrica, mas também o setor gerencial como no caso de certos softwares que eliminam vários auxiliares de contabilidade e de escritório e ampliam o controle da informação. Dentro do setor de serviços, o setor bancário nos anos oitenta/noventa sofreu bastante os impactos da automação e pode servir como exemplo da intensidade e resultados deste processo.

Segundo Dias (1993:103), a desqualificação do trabalho cognitivo das classes subalternas, através da apropriação de seus saberes, reproduz uma dominação de classe. O saber-fazer dos trabalhadores caracterizado como saber empírico e prático é transformado em ciência (saber racionalizado pela lógica e procedimentos capitalistas),

¹⁰⁸ Paiva (1989), distingue 4 teses no que se refere à discussão sobre qualificação média do trabalhador no capitalismo contemporâneo: 1) tese de desqualificação - o capitalismo vem conduzindo a uma desqualificação progressiva tanto em termos absolutos quanto relativos; 2) tese da requalificação - defendida pelos que vêm de forma positiva o progresso técnico, considera que o capitalismo exigiria a elevação da qualificação média dos trabalhadores; 3) tese da polarização das qualificações - pequeno número de profissionais altamente qualificados X grande massa de trabalhadores desqualificada; 4) tese da qualificação absoluta e da desqualificação relativa - capitalismo elevaria a qualificação média

muitas vezes sem acompanhar grandes modificações nos instrumentos ou processos de produção.

Para Cooley (1981:46),

“o uso do capital fixo no processo de produção - isto é, maquinaria e, recentemente, computadores, provoca uma mudança profunda no modo de produção ... O conhecimento científico que predetermina a velocidade e a quantidade de materiais para alimentar a máquina, e os movimentos seqüenciais de suas partes inanimadas, a matemática usada para compilar o programa de controle numérico, não existe na consciência do trabalhador, eles são externos a ele e atuam através da máquina como uma força estranha ao mesmo. Essa perda de si mesmo e a alienação se espalham agora rapidamente, no despertar da computação. Os processos se tornam intensivos em capital em vez de intensivos em trabalho, na medida em que a mão e o cérebro são substituídos por “trabalho morto”, isto é, por máquinas muito sofisticadas.

Mais adiante acrescenta que,

“a eliminação do conhecimento está na própria raiz da chamada ‘administração científica ou Taylorismo’, o qual é utilizado para reduzir o ser humano a um acessório cego e irreflexível da maquinaria”. (p.60)

Enfim, por trás de toda esta discussão está a própria idéia de qualificação. De que qualificação se fala aqui? Trata-se de uma qualificação para o capital ou para o trabalho? A polivalência - a capacidade de executar várias tarefas referentes à postos de trabalho diferenciados - significaria um aumento da qualificação do trabalhador? E a autonomia e aumento das responsabilidades contribuiriam para seu maior domínio sobre o processo de trabalho como um todo?

Tais questões são essenciais para os trabalhadores, principalmente quando se trata de clarificar os caminhos a serem seguidos, devendo ter cuidado ao analisar e não tomar os chamados “efeitos positivos” da modernização tecnológica (autonomia relativa, maiores conhecimentos abstratos e escolaridade, maiores responsabilidades) como algo que é bom para todos e paira acima das classes. Na verdade, tais estratégias

funcionam como alicerces para que as modificações necessárias em busca da valorização se realizem.

Além das mudanças na qualificação, vários estudos constataram que, nas áreas afetadas pela inovação, é tendência a intensificação do trabalho e o aumento do cansaço mental, bem como o surgimento de novas doenças profissionais, tais como a lesão por esforços repetitivos (LER) e problemas de visão para digitadores¹⁰⁹ (Abramo, 1990; Rush, H. e Ferraz, 1993; Carvalho, 1987).

Em resumo, a difusão dos equipamentos microeletrônicos e informáticos parece implicar em modificações significativas na organização do trabalho, desde a concepção dos postos de trabalho até as habilidades e atitudes requeridas. Este processo é contraditório e diferenciado e só ganha sentido quando o pensamos como racionalização do trabalhador coletivo para os objetivos renovados do capital. Assim, a introdução de novas tecnologias deve ser vista a partir do quadro de crise capitalista, como medida que visa recompor a taxa de lucro e ampliar a apropriação de cotas de mais-valia. Afinal, conforme sugere Dias (1993), as alterações tecnológicas são uma prática política que implementa uma visão de mundo.

O que parece fundamental nas novas tecnologias é seu papel de capatazes da produção, de controle do processo de trabalho. Porém, elas não estão sozinhas. Existem outros arranjos que o capital se utiliza para efetuar esta estratégia. Em geral, a introdução de novas tecnologias está acompanhada por um conjunto de alterações na forma de organização do trabalho (a flexibilidade funcional e numérica da força de trabalho) e nos métodos de controle do fluxo produtivo (implantação do sistema *just-in-time/kanban*), como visto nas seções anteriores. Frequentemente estas estratégias são adotadas em conexão com as novas tecnologias. É bom esclarecer que, embora estas estratégias não dependam das novas tecnologias, elas são condição de sua eficácia¹¹⁰.

¹⁰⁹ Em geral, a introdução de mecanismos automáticos é colocada como liberadora da fadiga do trabalho e portadora de maior grau de autonomia e criatividade no trabalho. No entanto, o que se observa no Japão (país considerado o “primeiro” em automação) é que não só aumentou o desinteresse pelo trabalho, mas também o aparecimento de doenças mortais vinculadas à fadiga e colapso nervoso - conhecida pelo termo “Karoshi” (Coggiola, 1995: 58).

¹¹⁰ Segundo Katz (1995:228), “a flexibilização não tem nada a ver com a modernização do processo produtivo. Simplesmente dirige-se para a intensificação dos ritmos de trabalho e para o incremento do

3.7 – IMPACTOS DAS ESTRATÉGIAS CAPITALISTAS SOBRE O SINDICALISMO

“É preciso coragem para sentir medo”.

Carl Sagan.

“O sistema de representação sócio-político da classe trabalhadora - ela mesma desmembrada pela terceirização, pelo trabalho por dia, pelos contratos de duração determinada, pelo trabalho por correspondência, pelos mosaicos étnicos - está girando no vazio. A consciência trabalhadora e a combatividade operária, no novo clima da modernidade, não podem mais se cristalizar sobre um “terceiro responsável”, o Estado ou o patrão, nem sobre um “depois” capaz de instaurar uma ordem social de radical alteridade, visto que a sociedade está atada em sua própria lógica sistêmica e se fecha em seu eterno presente” (Chesnaux, 1995:151).

As modificações nas formas de controle do trabalho e do emprego atingiram em cheio a organização da classe trabalhadora. As inovações tecnológicas alteraram a estrutura ocupacional da força de trabalho, tanto no que se refere ao conteúdo das atividades exercidas quanto às habilidades requeridas, e, conseqüentemente, a própria composição sindical¹¹¹.

A flexibilidade funcional e numérica aprofundaram a divisão no seio da classe operária, opondo o proletariado “estável” a grande “massa flutuante de trabalhadores precarizados”, criando dificuldades para sindicatos organizarem as duas categorias. Além disso, como muito bem salienta Harvey (1992:145-146), a recriação de formas antigas de produção em pequenas empresas subcontratadas transforma objetivamente

ganho patronal. (...) A “adaptação às novas tecnologias” é um pretexto para intensificar o esforço de trabalho e ampliar seu volume não remunerado”.

a base da luta de classes. Esta última, da relação clara entre capital-trabalho, passa (nestas pequenas empresas) para o terreno confuso das relações familiares.

A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional.

Os programas de envolvimento e participação dos operários invadem o espaço da fábrica com vistas a atrelar os interesses dos patrões aos dos empregados e retirar o reconhecimento e representatividade do sindicato. As altas taxas de desemprego aliadas a mobilidade do capital funcionam como uma espécie de chantagem para que operários e sindicatos façam concessões de todo o tipo, inclusive corte de salários. De um lado, está o medo de ser despedido, de outro, o medo da fuga de capitais, do fechamento de fábricas e sua transferência para lugares onde a taxa de lucro e as condições de exploração podem ser maiores. Ao mesmo tempo, Estados se atropelam em concorrência desenfreada buscando atrair e reter o capital. Para isso, tudo é válido: subsídios fiscais, renúncia fiscal, afrouxamento da legislação trabalhista, colocar termo a benefícios sociais, etc.

Esta ofensiva do capital vem promovendo o solapamento das instituições tradicionais da classe operária, deixando vulnerável grande parte da população. Não só a desigualdade social vem crescendo em níveis surpreendentes como também o individualismo exacerbado encontrou as condições ideais para sua acomodação no império da cultura do empreendimento¹¹².

Aliás, conforme enfatizado nos capítulos anteriores, o processo de reestruturação capitalista tem o objetivo de recompor e redefinir as formas de intervenção política dos trabalhadores que vinham se tornando ameaçadoras ao domínio capitalista em fins dos anos sessenta. Murray¹¹³ (citado por Antunes, 1995:20), estudando o caso italiano, mostra como descentralização produtiva conjugada com

¹¹¹ Segundo Hobsbawn (1996:302), nos EUA, por exemplo, os "artesãos e capatazes" declinaram de 16% para 13% do total da população empregada no período de 1950 - 1980, enquanto os "trabalhadores braçais" caíram de 31% para 18% entre estes anos.

¹¹² Se esta é a tendência dominante, sempre é bom lembrar que existe a possibilidade da contratendência. Trata-se de um processo dinâmico e complexo.

¹¹³ Murray, Fergus. "The decentralisation of production - the decline of the mass-collective worker?" *Capital and Class*. Londres, n. 19, 1983.

inovações tecnológicas têm o claro propósito de atacar a autonomia e união de setores do operariado recolocando, inclusive, o papel do “trabalhador coletivo de massa” até então muito forte na Itália dos anos sessenta e setenta. Mostra ainda que além de possibilitar ao capital maior controle e exploração sobre a força de trabalho, estas transformações no capitalismo dificultam o trabalho dos sindicatos para organizar uma classe operária mais dividida e fragmentada.

A crise vivenciada pelo movimento sindical nos países capitalistas centrais a partir dos anos oitenta evidencia-se, sobretudo, na tendência a queda das taxas de sindicalização. Visser¹¹⁴ (citado por Batalha, 1993) indica que, salvo Suécia e Finlândia, em quase todos os países europeus ocorreu uma queda nas taxas de sindicalização no período 1970 a 1989¹¹⁵. A França se sobressai ao passar de 21,5% de sindicalizados em 1970 para 10,2% em 1989, superando inclusive os Estados Unidos que, no mesmo período, declinou dos 28,3% para 15,6% de sindicalizados.

Visser (op.cit.) ressalta ainda as modificações na composição social dos sindicalizados nos últimos quarenta anos. De um lado, este período assistiu a redução da participação dos trabalhadores manuais e do operariado industrial no conjunto de sindicalizados, e, de outro lado, o crescimento da participação dos servidores públicos e dos integrantes dos sindicatos da agricultura e construção civil. No entanto, embora o emprego em escritório, comércio, em tempo parcial e entre mulheres tenha crescido, não houve aumento da sindicalização destes setores proporcional ao seu crescimento¹¹⁶.

De fato, a heterogeneização e precarização do trabalho dificulta muito a organização sindical. Segundo Bihr (1991:106), o aprofundamento do fosso existente entre trabalhadores “estáveis” e aqueles precarizados faz desmoronar a organização típica do sindicato fordista, em sua estrutura vertical, vinculado a categoria profissional e aos “estáveis”, com grande poder de barganha. Isto talvez explique as dificuldades de

¹¹⁴ Visser, Jelle. “Syndicalisme et désyndicalisation”. *Le mouvement social*, Éditions Ouvrières, n. 62, jan/mar 1993.

¹¹⁵ Antunes (1995:61), citando o mesmo artigo de Visser, mostra que na Europa Ocidental, excluía a Espanha, Portugal e Grécia, a taxa de sindicalizados diminuiu de 41% em 1980 para 34% em 1989.

¹¹⁶ É bom lembrar que, para Visser (citado por Batalha, 1993), as taxas de sindicalização nem sempre expressam a verdadeira capacidade de mobilização e poder institucional dos sindicatos e que pertencer aos mesmos tem significados diferentes de acordo com o grau de dificuldade, custos, etc de cada região ou país.

sindicalização das mulheres, dos trabalhadores em escritório e daqueles em tempo parcial.

Antunes (1995:62) também aponta nesta direção quando afirma que o aumento do desnível social no interior da classe trabalhadora atinge diretamente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores “estáveis” e, até o presente momento, incapaz de reunir os trabalhadores precarizados. O sindicalismo vertical, herança do fordismo, mais corporativo e vinculado a categoria profissional começava a apresentar sinais de crise à medida que tem se mostrado sem forças para atuar de modo mais horizontalizado e abrangente, nas esferas interprofissionais, inter categoriais, reunindo o universo de trabalhadores estáveis, parciais, temporários, da economia informal, etc..

Para Boito (1999:202), ao contrário, esta tese de que a fragmentação da classe operária compõe um elemento básico para explicar a “crise” do sindicalismo possui limites factuais e teóricos. Primeiro, porque a classe trabalhadora sempre foi segmentada, seja pelas diferenças salariais, pelas condições de trabalho, tamanho e poder econômico das empresas onde estão empregadas, pelo acesso diferenciado a direitos e garantias sociais, pela nacionalidade, etc. Segundo, o sindicalismo deve ser entendido no contexto das relações e conflitos de classe nos quais ele está inserido, não podendo deduzir seu comportamento político da análise “morfológica” da classe trabalhadora (tamanho do contingente e variações do contrato de trabalho).

No entanto, estes autores concordam que, diante do quadro de reestruturação capitalista, vem ganhando força a tendência neocorporativista nos sindicatos. Esta última busca garantir, através de negociações isoladas, os interesses dos trabalhadores estáveis relegando os demais segmentos vinculados a toda sorte de trabalho do tipo precário. Este corporativismo de novo tipo só faz ampliar a fragmentação da classe operária e as divisões em seu seio uma vez que os setores mais bem pagos e com maior poder de pressão separam-se dos outros setores que compõem seu sindicato e sua categoria (Bihr, 1991:107, Antunes, 1995:64; Boito, 1999:68).

De outro lado, Leite (1997:14), embora considere o processo de reestruturação aparentemente desvantajoso para os sindicatos de modo geral, acredita que é preciso levar em conta que, em meio a crise generalizada, alguns setores estão conseguindo que suas reivindicações e propostas sejam levadas em consideração pelas empresas.

Claro que há uma política deliberada das empresas para evitar o relacionamento com os sindicatos, tornando o capital independente das formas de controle que sindicatos lograram criar ao longo dos dois últimos séculos, mas que parece não ocorrer nos casos em que o movimento sindical tem se mostrado forte e organizado o bastante para forçar o patronato a negociar o processo de reestruturação de modo amplo.

Neste sentido vários autores apontam que a postura de negociação é a mais adequada nestes tempos de reestruturação produtiva e neoliberalismo e que sindicatos com posturas “mais aguerridas” e combativas, como no caso da França e da Itália, foram mais atingidos que aqueles adeptos da negociação.

Para Antunes (1995:66), ao contrário, num contexto de ataque aos direitos dos trabalhadores como o atual, a via participacionista tem alcançado resultados bastante frágeis e até mesmo negativos, quando leva-se em consideração a classe trabalhadora como um todo. À medida que o sindicalismo limita sua ação às reivindicações de cunho mais imediato e dentro do universo pactuado com o capital, seus horizontes ficam subordinados aos condicionantes impostos pelas classes dominantes.

Não é por acaso que as relações sindicais centradas no espaço da empresa constituem a base do “modelo” japonês¹¹⁷ que vem servindo de referência para as modificações na produção implementadas pelas empresas no mundo. O sindicato-empresa, como o próprio nome indica, se caracteriza pela integração, cooperação e envolvimento do sindicato nas atividades e objetivos da empresa onde atua. Ele se integra perfeitamente à estratégia da reestruturação produtiva, pois este é o sindicato que interessa ao capitalista: um “interlocutor” que facilita a política de reforma na produção e gestão da força de trabalho. Neste termos, ao restringir as reivindicações do sindicato ao imediato e às “possibilidades” da empresa, favorece o controle do capital sobre os trabalhadores. Na medida em que as organizações operárias se colocam na defensiva e vinculadas a fase econômico-corporativa parece ganhar ressonância este modelo¹¹⁸.

¹¹⁷ Conforme descrito por Coriat (1991).

¹¹⁸ De fato, à medida que a negociação entre patrão-empregado começa a ocorrer de maneira descentralizada e os trabalhadores começam a se integrar às práticas participativas e deslegitimar o papel do sindicato ganha força o projeto sindicato-empresa.

Antunes (1995:65-67) sintetiza as tendências da crise sindical nos seguintes aspectos:

1. A crescente individualização das relações de trabalho: a ênfase deixa de ser dada a questão nacional reduzindo a relação capital-trabalho para o âmbito dos ramos de produção e para a empresa em particular.
2. Duro ataque às conquistas históricas dos trabalhadores e seus movimentos, principalmente através da desregulamentação das relações e mercado de trabalho.
3. Esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados¹¹⁹, pois que sua opção política por um sindicalismo de participação vem revelando seus limites quando se depara com os prejuízos que assolam a classe trabalhadora, dentre os quais se destaca o desemprego estrutural.
4. Crescente burocratização e institucionalização dos sindicatos que se distanciam de uma ação autônoma e anticapitalista.
5. Adversidade e hostilidade às ações da esquerda, principalmente aos movimentos combativos e de inspiração socialista, fruto do isolamento e coibição destes.

Em meio a complexidade e diversidade da crise do sindicalismo ganha espaço a tese do fim da classe operária. Esta, de acordo com Altamira¹²⁰ (citado por Coggiola, 1995 a:160), é uma teoria de resignação da classe trabalhadora com o intuito de desmotivá-la da luta pelo emprego. Partindo de uma constatação prática - do visível declínio da velha classe dos trabalhadores industriais, da queda das taxas de sindicalização e da conseqüente decadência da organização dos trabalhadores, em especial a sindical - as teorias do fim da classe trabalhadora desqualificam os representantes dos trabalhadores (sindicatos, partidos) já que sua base social (a classe operária) teria enfraquecido e perdido sua legitimidade e razão de ser.

Ora, declarar o adeus ao proletariado, afirmar o desaparecimento das classes e ganhar os corações e mentes dos trabalhadores para os ideais do capitalismo quer

¹¹⁹ O papel político dos sindicatos na Europa Ocidental vem sendo reduzido na última década através do redimensionamento e até eliminação das instituições tripartites típicas da social-democracia. Braga (1996:241), citando dados de Baglioni (1994), mostra que na Holanda, Dinamarca e Bélgica houve uma inflexão decisiva na influência dos sindicalistas nos rumos da política econômica e social. Em quase todo continente são constantes os ataques de importantes forças políticas ao movimento sindical. Na Espanha, por exemplo, os sindicatos deixaram de ser sujeitos políticos e passaram à condição de meros espectadores nas discussões nacionais.

mais que a resignação da classe trabalhadora. Esta tese tem o propósito de desestruturar a identidade das classes subalternas, integrá-las ativamente à ordem do capital, recriar, enfim, as condições para que a hegemonia nasça na fábrica.

Conforme já tratado no início deste capítulo, as mudanças na composição da força de trabalho traz modificações para a própria composição sindical. Coggiola (1995a), no artigo “Marxismo e classes sociais na atualidade”, lembra que, nos países industrializados, o ingresso de trabalhadores não manuais nos sindicatos é uma tendência e, embora este fenômeno não reverta a crescente queda nas taxas de sindicalização, pelo menos indica que as causas desta queda são de outra ordem. Não se trata do fim da classe operária, nem do início de uma era pós-industrial, mas de uma mudança gigantesca na face do capitalismo, um verdadeiro “terremoto social” que impõe uma série de reflexões sobre a trajetória do movimento sindical, suas estratégias e seus ideais. Seria oportuno inclusive perguntar se vivencia-se uma crise da “organização operária em geral” ou das instituições operárias do pós-guerra?

Para Coggiola (1995 a:160), torna-se difícil falar em crise da organização operária porque no mesmo período em que se produzia esta crise do sindicalismo (anos oitenta) ocorreram uma série de explosões operárias e formação de novos sindicatos e centrais em diversos países como o Brasil, Polônia, África do Sul e Coréia do Sul. Enquanto que o declínio do sindicalismo na Europa e EUA nestes anos veio precedido de importantes derrotas de vários movimentos¹²¹:

Além disso, vale lembrar que esta derrota está vinculada a uma escolha política que preconizava a participação destes sindicatos e centrais em toda sorte de acordos patronais-governamentais no esforço de reconstrução nacional no imediato pós-guerra. Logo formou-se uma burocracia sindical cujo padrão social e de renda se diferenciava enormemente das categorias que eram por ela representadas¹²².

De acordo com Bihl (1991:52), o uso sistemático da prática das negociações por parte dos organismos de representação dos trabalhadores europeus acabou por

¹²⁰ Altamira, Jorge. O fracasso da nova ordem mundial. In: Coggiola (org). História e crise contemporânea. São Paulo, Pulsar, 1994 (p.108).

¹²¹ “a derrota da greve dos aeroviários nos EUA no início do mandato Reagan, a derrota da greve dos mineiros ingleses diante do governo Thatcher em 1984-85, a derrota da greve de 35 dias na maior empresa italiana (a FIAT) em 1980 com vinte e três mil demissões...”, ficando só nos exemplos mais conhecidos (Coggiola, 1995-a:162-163).

favorecer a tendência a separação entre dirigentes e dirigidos, a diminuição das iniciativas de base em detrimento de maior autonomia das direções, ou seja, a burocratização dos sindicatos. Da mesma forma, ela favorecia o corporativismo uma vez que geralmente a negociação era realizada “entre empresa por empresa ou ramo por ramo”. Isto ocorria porque, primeiro, por definição, somente os responsáveis sindicais negociam, segundo, esta prática supõe a centralização da atividade sindical em todos os níveis e, por último, implica na “profissionalização” crescente dos negociadores (o domínio de conhecimentos jurídicos, contábeis ou financeiros).

Consequentemente, os especialistas e assessores sindicais acabam por conduzir a política do sindicato a partir daquilo que é considerado tecnicamente viável ou que traz vantagens para a categoria. Estes dirigentes terminam por adquirir “... *uma autoridade e uma importância que não deveriam ter, de acordo com o espírito igualitário e essencialmente democrático das organizações*” (Gramsci, 1918:318 apud Dias, 2000:95-6). De espaço de organização, construção da identidade classista e luta, os sindicatos tornaram-se agentes da “legalidade industrial”, parceiros do capital na defesa da respeitabilidade dos contratos e pactos instituídos.

Conforme visto no capítulo I, Gramsci, analisando a questão sindical após a primeira guerra, lembra que à medida que os sindicatos separaram a luta econômica da luta política limitaram sua ação à legalidade construída com os empresários, legalidade esta condicionada pela “*confiança que o empresário tenha na capacidade do sindicato de obter da parte das massas operárias o respeito pelas obrigações contraídas*” (Gramsci, 1920:547 apud Dias, 2000:167).

Trotsky¹²³ apud Coggiola, (1995a:164) também chega a conclusões parecidas analisando a experiência dos sindicatos ingleses do período entre-guerras:

Os sindicatos surgiram na época de expansão do capitalismo. Sua tarefa foi elevar o nível material e cultural da classe operária e ampliar os seus direitos políticos, o que lhes deu uma extraordinária autoridade entre os trabalhadores. O declínio do capitalismo inglês, no contexto do declínio do capitalismo internacional, é a razão objetiva que determinou a evolução reformista dos sindicatos. O capitalismo só poderia sobreviver se rebaixasse

¹²² Para maiores detalhes ver capítulo II e Coggiola, 1995 a:163-4.

¹²³ Trotsky, Leon. “Los sindicatos ingleses”. Los sindicatos en la época de la decadência imperialista. Barcelona, Rojas, 1978 (p.23).

consideravelmente o nível de vida da classe operária. Nessa situação os sindicatos deviam optar: ou se transformavam em organizações revolucionárias ou se convertiam em agentes do capitalismo, encarregados de fazer possível a intensificação da exploração dos trabalhadores. A burocracia sindical, que tinha resolvido satisfatoriamente seus próprios problemas sociais, optou pela segunda alternativa. Com todo o prestígio acumulado pelos sindicatos, levantou uma barreira contra a revolução socialista, contra todo intento dos trabalhadores de resistir aos ataques do capital e da reação.

A crise sindical atual também decorre da própria crise do capitalismo que exige das lideranças sindicais o cumprimento do seu papel disciplinador do movimento operário frente a ofensiva capitalista. E quanto mais esses sindicatos se colocarem na defensiva, optando por se integrarem aos ditames da “modernização”, mais se coloca para a classe operária a difícil tarefa de tirar suas organizações da crise ou reinventá-las ¹²⁴ (Coggiola, 1995a).

Pode-se dizer, portanto, que a atual crise do sindicalismo é fruto da própria crise do capitalismo e da incapacidade do movimento sindical de construir um projeto autônomo e emancipador. Não se trata, pois, de uma crise da organização operária em geral (tal qual as teses sobre o fim da classe operária querem afirmar), mas da crise das formas de intervenção política dos trabalhadores estruturadas no pós-guerra. O desafio que se coloca para os trabalhadores é de pensar o novo, de modificar as estruturas e direções de suas organizações e colocá-las a altura da tarefa de edificação de uma ordem social de radical alteridade. É preciso coragem para sentir medo e desatar as correntes que fecha a sociedade no seu eterno presente.

Este desafio geral se reproduz em escala regional e local, embora cada realidade mantenha suas especificidades. A crise do sindicalismo vivenciada pelos países centrais também chegou aos subordinados uma vez que estes estão inseridos no capitalismo mundializado. Como este desafio é enfrentado pelo movimento sindical brasileiro, em particular, por sua maior e mais combativa central sindical - a Central Única dos Trabalhadores, a CUT?

¹²⁴ Para Coggiola, aceitar tanto a idéia de integração dos trabalhadores ao sistema capitalista no pós-guerra quanto a de identificar a crise sindical com uma crise de identidade da classe operária parece bastante complicado. Principalmente quando se leva em conta o alto grau de independência que estes sindicatos dos países centrais assumiram em relação às suas bases e seu alto grau de integração ao Estado. Portanto, identificar a crise destes sindicatos com a crise ou o fim da classe operária é um erro absurdo.

4 – A FALA DO TRABALHO

4.1 – APRESENTAÇÃO

Temos procurado mostrar até então os elementos que configuram a reação capitalista à crise contemporânea. Tentamos fazer ver que as respostas capitalistas têm como fundamento o ataque à classe trabalhadora, tanto objetiva quanto subjetivamente. Ou seja, elas têm o claro propósito de extrair crescentes cotas de mais-valia e desestruturar as formas tradicionais de organização e luta da classe operária, tais como partidos e sindicatos.

Neste capítulo, nossa preocupação será a de analisar como os sindicatos se vêem frente ao que Pipitone¹²⁵ (apud Coggiola, 1995a:162) chamou de um verdadeiro “terremoto social”, terremoto esse que atinge o movimento sindical no mundo inteiro. Todavia, como bem nos lembra Gramsci, a resposta elaborada pelas classes subalternas tende a ser ocasional e fragmentada dada a sua condição subordinada na estrutura social. Elas precisam responder imediata e quotidianamente aos problemas e desafios colocados pelos dominantes em um processo permanente de luta contra a racionalidade alheia. Esta última acaba por ditar o ritmo e as formas de construção dos saberes e práticas das classes subalternas, reduzindo-os à fragmentariedade e aos limites do econômico-corporativo¹²⁶.

Assim sendo, fica bastante difícil analisar essa diversidade de respostas das classes subalternas à crise e à reestruturação capitalista, o que levou-nos a restringir nosso campo de análise à principal central sindical brasileira, a Central Única dos

¹²⁵ Pipitone, Ugo. El capitalismo que cambia. México, ERA, p. 99, 1986.

¹²⁶ Vale dizer que esta é uma tendência. Contudo, as classes subalternas, através da sua estruturação autônoma, podem construir sua identidade e hegemonia. Uma vez que os movimentos ligados aos trabalhadores encontram-se em uma crise brutal, presos ao viés economicista, esta não parece ser a tendência atual.

Trabalhadores (CUT). Ao fazê-lo, sabemos estar longe de mostrar a riqueza e complexidade presentes nas construções das classes trabalhadoras. Por outro lado, estudar a experiência de uma central sindical nos permite a elucidação de questões que um trabalho de maior envergadura não alcançaria.

Desse modo, através das análises das resoluções dos Congressos Nacionais da CUT, das teses preparatórias aos mesmos e de documentos e artigos publicados pelas tendências políticas da central, apresentaremos uma face da fala do trabalho. Ela está dividida em duas partes: na primeira apresentaremos a fala dos dirigentes expressa, sobretudo, nas resoluções dos congressos nacionais. Estas últimas refletem, em grande medida, as concepções da tendência majoritária, a Articulação Sindical, suas principais estratégias e escolhas políticas no enfrentamento dos desafios colocados pela reestruturação capitalista. Dividimos a fala dos dirigentes em três momentos: 1) do Congresso de Fundação até o III Concut; 2) O IV Concut como ponto de inflexão teórico-prática; 3) do V ao VII como consolidação deste processo de inflexão. Cada um destes momentos está dividido em três "temáticas": conjuntura, concepção de sindicalismo, resposta à ofensiva capitalista. Na segunda parte, apontaremos a perspectiva das tendências minoritárias, suas críticas aos caminhos tomados pela direção da CUT e suas propostas para responder à atual ofensiva capitalista. Procuramos ser o mais fiel possível às expressões e idéias contidas nos textos dos documentos ao apresentarmos cada "fala". Quando fizermos alguma apreciação nossa procuraremos identificá-la, destacando-a do discurso corrente

Pretendemos, assim, investigar até que ponto a central incorpora em seu discurso político os fundamentos da reação capitalista traduzidos no binômio flexibilidade - produtividade e onde existe resistência e conformação de uma nova ideologia (momento ético-político). A própria forma em que cada organismo coletivo dentro da CUT emprega as palavras/conceitos e os significados atribuídos a eles é esclarecedora. Ajuda-nos a verificar não somente seu nível de crítica ou de submissão à visão de mundo dominante, mas também sua clareza e coerência em relação ao projeto que quer implementar. Procuramos discernir quais os campos de contraposição a CUT vem criando em direção à construção do seu projeto político social. Esperamos,

dessa forma, estar contribuindo para a reflexão acerca dos próprios pilares básicos e ideais do sindicalismo.

4.1.1. - Renascimento e expansão do movimento sindical no Brasil: surgimento e consolidação da CUT (1983-1988).

No período em que o sindicalismo nos países centrais apresentava os sinais da crise, no Brasil renascia um movimento sindical vigoroso em fins dos anos setenta. Após o golpe de 1964, a ditadura militar (integrada ao movimento de afirmação do projeto capitalista no Brasil) procurou apagar da memória as lutas operárias reforçando o caráter assistencialista e burocrático dos sindicatos, buscando convencer que a luta política era alheia às organizações dos trabalhadores, tendo validade somente a luta econômica nos limites da legislação¹²⁷.

Ao mesmo tempo, o aprofundamento do processo de internacionalização da economia brasileira¹²⁸ - voltado para a modernização e consolidação da economia agrário-exportadora e do desenvolvimento dependente com industrialização por substituição das importações - criou as condições para que a classe operária brasileira crescesse. Grandes fábricas, concentração urbana, esvaziamento do campo, degradação das condições de vida da população, relações de trabalho coercitivas

¹²⁷ Durante a ditadura militar (principalmente no período 1968-1978), o sindicalismo brasileiro, além de estar estruturalmente integrado ao Estado, se encontrava sob o controle direto dos governos militares: o cotidiano dos sindicatos era rigidamente controlado (havia estatuto padrão que regulava detalhadamente a vida de cada sindicato); as eleições eram controladas rigidamente pelo ministério do trabalho; as receitas e despesas também eram fiscalizadas pelo governo; os salários e as condições de trabalho eram determinados pelos decretos governamentais ou justiça do trabalho, sendo a ação reivindicativa através dos sindicatos oficiais praticamente inexistente. Desse modo, praticamente quase todas as diretorias dos sindicatos era pelega (governista) e as poucas que ousavam se opor à política do governo militar eram depostas. Os sindicatos se transformaram, então, em uma espécie de agência da Previdência Social cuja principal função consistia em implantar ou expandir os serviços sociais (médicos, odontológicos, laboratoriais, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudos, cooperativas de consumo, etc). (Boito Jr, 1991:46-47).

¹²⁸ Iniciado após a segunda guerra e intensificado em fins dos anos cinquenta e após 1964.

proporcionaram o desenvolvimento de uma classe operária numerosa, concentrada e disciplinada pelo capital.

Quando o modelo econômico levado a cabo pela ditadura militar mostrou sinais de esgotamento¹²⁹, as greves ressurgiram e os movimentos populares rearticularam-se. Foram criadas as condições políticas favoráveis à retomada do movimento operário. Este movimento se caracterizava, sobretudo, pelo confronto aberto e permanente com o Estado e patronato através das mobilizações e manifestações de massa (o que contribuiu para a própria crise da ditadura militar e ampliação dos espaços democráticos), pela generalização das atividades de greve e disseminação destas em diversas regiões e categorias, pelas tentativas de organização nos locais de trabalho e pela crítica à prática sindical “pelega”¹³⁰.

Desse modo, mesmo com uma conjuntura adversa de recessão e crescimento do desemprego (principalmente nos anos de 1982 e 1983), os anos oitenta presenciaram a expansão do movimento sindical com a criação de inúmeros novos sindicatos, com sua diversificação pela consolidação e expansão do sindicalismo nos setores médios (profissionais liberais, serviços, etc.), com o avanço do movimento sindical rural, com a realização de numerosas greves (ver quadro a seguir) e criação de centrais sindicais, repercutindo inclusive no cenário político nacional visto a criação e crescimento do Partido dos Trabalhadores. Apesar da manutenção da estrutura sindical corporativista, os sindicatos tornaram-se interlocutores sociais e houve um aumento relativo das taxas de sindicalização.

¹²⁹ Sinais como queda da taxa de crescimento, recessão, aumento do desemprego, inflação, crise internacional, etc (em fins dos anos setenta e início dos oitenta).

¹³⁰ Expressão que, ao relacionar à pele de animal colocada entre a sela e o lombo da cavalgadura para amortecer o impacto do “cavaleiro”, simboliza a prática sindical que visa apenas a amortecer os impactos da dominação dos dirigentes sem questionar as “rédeas, freios e a condução” da administração.

EVOLUÇÃO DAS GREVES

Ano	Greves	Grevistas
1982	147	695.930
1983	330	3.187.130
1984	443	1.616.790
1985	676	6.071.214
1986	1.267	8.254.140
1987	1.052	12.047.000

Fonte: Desepe/CUT. (Indicadores elaborados de dados obtidos através da imprensa, sindicatos, Ministério do Trabalho e Dieese) apud III Concut, p.15.

Além disso, a retomada do movimento operário brasileiro em fins dos anos setenta mudou significativamente o modo de funcionamento e o papel do sindicato oficial. Colocou em cheque as bases do acordo corporativo entre as classes e a legitimidade dos dirigentes sindicais burocráticos que dominavam a maior parte dos sindicatos. Várias correntes sindicais mais reivindicativas e críticas ao governo militar passaram a ocupar espaço no interior da estrutura sindical oficial levando ao gradual afrouxamento do controle do governo sobre a vida interna dos sindicatos, sendo parte desses sindicatos oficiais utilizada na organização e direção da luta dos trabalhadores¹³¹.

A CUT foi criada neste amplo processo de revigoração e expansão do movimento sindical no Brasil em fins dos anos setenta, no bojo da crise da ditadura militar e do modelo econômico por ela implementado. Tal qual o sindicalismo, ela expressa, em seu interior, a diversidade ideológica dos vários setores da esquerda no Brasil, reunindo o bloco das chamadas “oposições sindicais”, composto por militantes católicos e por remanescentes dos pequenos agrupamentos de esquerda, e o grupo dos “sindicalistas autênticos”, assim denominados em função de sua ação combativa

¹³¹ “As lutas de resistência nasceram, basicamente, fora e contra o peleguismo encastelado nos sindicatos. Nas igrejas, associações de bairro, nas casas, os pequenos grupos de resistência foram se formando e assumindo as lutas localizadas, em um quadro de dura e implacável repressão policial. (...) Neste processo, formaram-se as primeiras oposições sindicais, que foram as mais avançadas formas de resistência sindical organizadas no campo e nas cidades para aquela conjuntura” (III Concut, p.21).

dentro dos sindicatos oficiais (para maiores detalhes ver Martins Rodrigues, 1990; Giannotti, V. & Neto, S., 1991; Jácome Rodrigues, 1991; Costa, 1995). É esta diversidade que, segundo seus dirigentes, cria as condições para a CUT construir-se direção das lutas do conjunto da classe trabalhadora.

4.2 – A FALA DOS DIRIGENTES.

4.2.1. – Caráter e papel estratégico do sindicalismo cutista: do congresso de fundação (1983) ao terceiro Concut (1988).

Após as grandes greves no final dos anos setenta, a direção da CUT vê seu surgimento como resposta à necessidade de unificar as lutas sindicais do país. No seu congresso de fundação, em 1983, afirma o propósito de tornar-se direção nacional da luta dos trabalhadores, uma direção “representativa, democrática e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos” (I Conclat¹³²). Isso significa unificar os vários segmentos da classe trabalhadora em torno dos seus objetivos imediatos e históricos, combatendo qualquer tipo de colaboração ou pacto com governo e empresários, garantindo a mais ampla liberdade de expressão e participação das correntes internas em todos os níveis e instâncias da estrutura sindical e, por último, suplantando a estrutura sindical oficial.

Com uma ampla plataforma política que vai da luta contra a política econômica dos governos, passando pela defesa de um governo dos trabalhadores e da redução da jornada de trabalho até a exigência de liberdade e autonomia sindicais, a CUT foi tornando-se referência para as massas e a principal organização popular de oposição ao governo e empresários. À medida que foi afirmando-se no cenário político, sua concepção e prática sindical também foram ganhando contornos mais definidos.

Nestes termos, três pilares básicos destacam-se na definição do sindicalismo cutista nestes primeiros anos de vida: o socialismo como perspectiva política, o classismo e a democracia.

O socialismo foi explicitamente definido como projeto político da central em seu segundo congresso (1986). Face à grave crise da sociedade brasileira expressa, sobretudo, na fome, desemprego e miséria que assolam a classe trabalhadora e tendo em vista que as soluções implantadas pela burguesia só agravam esta crise, o socialismo é apontado como perspectiva histórica necessária para a construção de uma sociedade sem exploração e democrática.

Assim sendo, a “solução” da crise, do ponto de vista dos trabalhadores, passa pela construção de um projeto alternativo e está na *“articulação das lutas em defesa de melhores condições de vida e trabalho, com as transformações de fundo da sociedade brasileira, em direção à democracia e ao socialismo”* (II Concut, 1986: 7). Embora sejam os partidos políticos (aqueles comprometidos com os “objetivos históricos” dos trabalhadores) a mediação necessária para a construção deste projeto, cabe à central impulsionar e organizar as lutas sindicais, *“elevar o nível de consciência de classe”* (II Concut, 1986, p.8) e articular as lutas econômicas com as políticas, apontando para a efetivação do projeto socialista.

“... as soluções que propomos têm o sentido de fazer avançar a consciência dos trabalhadores nas suas próprias forças e no seu projeto social. Em cada luta e nos momentos de enfrentamento mais geral, procuramos confrontar as exigências dos trabalhadores com os limites políticos da democracia burguesa e os limites políticos do capitalismo (...) Às reivindicações atuais de salários e emprego, ligamos as propostas de mudança mais geral, como a negação ao pagamento da dívida externa e a reforma agrária radical, pois elas dão a dimensão das transformações que nossas reivindicações exigem.” (II Concut, p. 8).

Isto significa dar à luta sindical uma dimensão totalizante, elaborar uma política para o conjunto das classes trabalhadoras, ter uma *“prática política de classe”*, isto é, não corporativista e não economicista.

Tendo, pois, como perspectiva a defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores, a central define sua ação sindical como classista. Isso significa que o trabalhador não é visto simplesmente como vendedor da força de trabalho (mesmo que parta desta relação para elaborar sua ação sindical), mas como *“classe produtora da riqueza social”* (III Concut, p. 22). A luta reivindicativa é somente uma face da luta mais

¹³² I Conclat, São Paulo, CEDI/CUT, 1984.

geral pelo fim do trabalho assalariado e da exploração capitalista. Por isso, a central afirma-se contrária ao sindicalismo reformista e conciliador dos interesses antagônicos uma vez que este encarcera a ação sindical nos limites do sistema capitalista. A ação sindical classista representa uma ruptura com o populismo, com os limites impostos à luta pelos reformistas e com o peleguismo.

Por último, a democracia e o pluralismo são tidos como fundamentais para a construção da unidade de ação. Em uma central representativa e de massas não podem faltar a crítica e autocritica na definição dos elementos básicos do cotidiano da central (mecanismos de participação direta, definição dos mandatos nas várias instâncias, formas de controle da base sobre a direção, etc.). Solidariedade e disciplina são imprescindíveis à luta sindical classista e a CUT, ao assegurar o direito de expressão das várias correntes, deve exigir o encaminhamento das lutas definidas democraticamente nas diversas instâncias de decisão. Uma *“central sindical unitária classista”*, deve garantir *“a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opinião em complemento a uma férrea unidade de ação”* (Estatutos, título II, cap. II). Além disso, o local de trabalho é o espaço de onde deve partir a construção desta CUT classista, de massas, unitária e democrática.

Se a concepção do sindicalismo da CUT foi ganhando contornos mais definidos, os instrumentos utilizados para realização desta concepção também foram sendo explicitados. No segundo Concut, a campanha nacional¹³³ cumpria esse papel, servindo como acúmulo de forças para a greve geral, permitindo unificar as principais bandeiras de luta do movimento sindical e criando as condições para a unificação das campanhas salariais e demais mobilizações em andamento (p.10).

No terceiro congresso, os dirigentes afirmam que é preciso ir além, que todo o movimento que permitiu o avanço da CUT não superou as debilidades orgânicas e a dificuldade de unificar nacionalmente as pautas de reivindicações e as campanhas da central. O corporativismo e a dispersão impostas pelas datas-base dificultam a unidade de ação. A campanha nacional e o esforço voluntarista dos sindicatos em mudar a

¹³³ Segundo a CUT, o objetivo desta campanha é fortalecer a central, enfrentar a política econômica do governo, intervir no processo constituinte e promover unificação das lutas salariais. As principais bandeiras definidas foram: “terra, salário, emprego, liberdade, autonomia sindical e participação popular na constituinte” (p.10).

estrutura sindical mostraram-se insuficientes para a unificação das lutas sindicais. A almejada liberdade e autonomia sindical¹³⁴, apesar de citada formalmente como princípio no Congresso Constituinte, não foi conquistada efetivamente. Embora as lutas sindicais em fins dos anos setenta e a própria fundação da CUT tenham contribuído para romper com os limites legais e criar novos espaços de organização sindical, a estrutura sindical oficial, pilar básico do sindicalismo de Estado¹³⁵, permaneceu como elemento conformador da organização sindical.

Nestes termos, o terceiro Concut entendeu que, para implementar uma efetiva liberdade sindical e avançar nas conquistas da classe trabalhadora, a central precisava redefinir sua estrutura organizativa, a começar por uma reforma nos seus estatutos. Precisava superar as posições “vanguardistas” nos sindicatos que subestimam a importância das conquistas econômicas concretas na construção do projeto histórico da classe trabalhadora e consideram que negociar com o governo ou empresários é uma forma disfarçada de reformismo.

“Cinco anos após sua fundação, a CUT entra em um período decisivo de consolidação e crescimento para deixar de ser apenas uma importante referência de massas e se transformar em representante de todo o conjunto da classe trabalhadora. Essa nova fase exige um salto qualitativo e maior coesão política em todas as suas formas de organização, particularmente naquelas que se formam a partir dos locais de trabalho. (...) A viabilização desse projeto, e de seu plano de lutas, precisa se materializar em um programa e um estatuto, sustentados por uma representatividade real das várias instâncias que formam a estrutura da CUT, apontando para a construção da nova estrutura sindical” (III Concut, p. 28, grifos nossos).

¹³⁴ Autonomia e liberdade sindicais entendidas como “... a mais ampla liberdade sindical em todos os locais de trabalho, em todas as instâncias...”, e a soberania dos trabalhadores em suas decisões, “não permitindo intromissões da parte da classe patronal, do governo, dos partidos políticos, de concepções religiosas e filosóficas e de outras instituições” (I Concut, 1984).

¹³⁵ No sindicalismo de Estado, a existência e representatividade de um sindicato só é reconhecida quando este obtém registro oficial junto ao aparelho estatal, ou seja, sua representação é outorgada pelo Estado, excluindo a auto-organização e a ação autônoma dos trabalhadores. O pilar básico deste sindicalismo é a estrutura sindical oficial. Esta compreende, além da outorga da representação sindical pelo Estado, “a *unicidade sindical* (= *sindicato único por força de lei*), as *contribuições sindicais obrigatórias* e a *tutela do Estado*, particularmente da *Justiça do Trabalho* sobre a *atividade reivindicativa dos sindicatos*” (Boito, 1991:51).

As modificações estatutárias¹³⁶ alteraram a composição política e o jogo de forças no interior da CUT e deram origem a um processo de sectarismo político e divisionismo. Para as tendências de oposição, a reforma nos estatutos retiraram das instâncias de base (sindicatos, oposições, plenárias, etc) o papel preponderante na construção da central e o transferiram para as direções sindicais, contribuindo significativamente para com o processo de burocratização. Além disso, elas garantiram à Articulação a maioria necessária para implementar seu projeto de central e diminuíram o peso das “esquerdas” na definição dos rumos da CUT, conforme veremos mais detalhadamente na fala das oposições.

Para Rodrigues (1996), as modificações nos estatutos no III Concut representaram

“o começo da transformação de uma concepção movimentista para uma visão mais organizativa da central única dos trabalhadores (...) Iniciava-se realmente a implantação da CUT como estrutura verticalizada administrativa, enfim, como organização complexa e, nesse sentido, burocrática” (p.117).

Em suma, no período que vai da sua fundação (1983) até o terceiro congresso (1988), a CUT, de acordo com seus dirigentes, assumiu um papel fundamental na história das lutas sociais no Brasil. Nasceu rompendo o populismo, o peleguismo e todas as formas de conciliação de classes que marcaram a prática sindical em vários momentos da história do Brasil. Cresceu tornando-se referência para o conjunto das classes trabalhadoras, conquistando vários sindicatos, implantando-se em todo o país. Por possuir uma prática classista, combativa e de massas, tornou-se a principal organização de defesa dos trabalhadores contra a política econômica do governo. Mais do que isso, afirmou-se comprometida com uma plataforma política que transcendia a luta salarial, definindo o socialismo como horizonte histórico.

¹³⁶ As principais mudanças introduzidas nos estatutos da CUT foram: 1) o número de pessoas eleitas aos congressos nacionais seria proporcional ao número de sindicalizados e não mais de acordo com o tamanho da base da categoria; 2) restrição à participação das oposições sindicais; 3) os delegados dos concuts não seriam mais eleitos pela plenária de base, mas pelos congressos estaduais, o que, na prática, excluiu o trabalhador de base (geralmente não vinculado a qualquer tendência) da participação no congresso nacional (Neto e Giannotti, 1991:50-54). De fato, o percentual dos delegados de base presentes no III Concut foi de 50,8% e passou para 17% no IV, enquanto que os delegados de diretoria aumentou de 49,2% para 83% no IV Concut (Rodrigues, 1996:185).

No entanto, segundo seus dirigentes, era preciso avançar. O grave quadro de crise econômica no Brasil e no mundo exigiam o fortalecimento organizativo da central e a consolidação do seu papel de representante da classe trabalhadora. O quarto congresso (1991) refletirá os desdobramentos dessas definições acerca do caráter e papel da CUT na sociedade, conforme veremos no item 4.2.3. Antes, vejamos como a central enfrentou a crise política e econômica nos anos oitenta, em especial quais são suas estratégias frente ao incipiente processo de reestruturação produtiva no Brasil.

4.2.2 – Estratégias da CUT frente à crise e à reestruturação capitalista nos anos oitenta.

Conforme expresso nas resoluções dos primeiros Congressos Nacionais da CUT, o Brasil viveu neste período uma grave e prolongada crise econômica que aprofundou as tendências estruturais da sociedade brasileira cuja principal característica é a contradição existente entre os indicadores econômicos e a situação de miséria da maior parte da população. Se de um lado, o Brasil era o oitavo PIB mundial, vinha crescendo a uma taxa de 7% ao ano nos últimos quarenta anos e modernizando os setores estratégicos da economia, de outro, é campeão nas desigualdades e concentração de renda. Estas contradições, para a CUT, são exacerbadas pelos salários arrochados, fome e desnutrição, concentração da propriedade da terra, expulsão dos trabalhadores do campo levando a um crescimento da população urbana em condições precárias de vida, desobrigação por parte do Estado da prestação de serviços públicos essenciais, reforço dos laços de dependência econômica, financeira e tecnológica do país.

Para os dirigentes da Central, o governo da “Nova República”¹³⁷, após o fracasso do Plano Cruzado¹³⁸ em 1987, manteve, na prática, a mesma orientação conservadora do regime militar. Voltou sua política econômica para o atendimento dos interesses do

¹³⁷ A Nova República teve início em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência, marcando o início do processo de redemocratização do Brasil, após ampla mobilização popular pela eleições diretas.

¹³⁸ Plano de estabilização econômica lançado pelo governo Sarney em 1986.

capital nacional e transnacional, adotando o neoliberalismo como plataforma. Aprofundou o processo de internacionalização e dependência da economia brasileira, de monopolização e desestatização. Sob a tutela do FMI, retomou os programas de ajuste recessivo, transferiu crescentes recursos para o exterior, comprometendo o crescimento econômico e a competitividade tecnológica.

Além disso, no contexto internacional, este período é marcado pelo agravamento da crise econômica mundial e por mudanças estruturais na dinâmica do capitalismo (novas tecnologias, novos materiais, novos processos produtivos), cujos efeitos são devastadores para a classe trabalhadora como um todo. Nos países centrais, o desemprego e a destruição de direitos trabalhistas são os efeitos mais visíveis. Nos países de terceiro mundo, além do desemprego e subemprego, a estagnação econômica e a crescente transferência de riquezas para as potências imperialistas através da dívida externa aprofundam a concentração de renda, o arrocho salarial e a miséria.

Para os dirigentes da Central, os países periféricos desempenhavam o papel de financiadores do processo de reestruturação dos investimentos e modernização tecnológica estimulado pela crise nos países de primeiro mundo. O principal instrumento de financiamento deste processo era a dívida externa. Ao mesmo tempo, a internacionalização acelerada da economia capitalista intensificou a concentração de capital e setores vitais das economias nacionais passaram a ser controlados pelas grandes empresas transnacionais.

Frente a este quadro de crise e reestruturação das economias capitalistas centrais e periféricas, a CUT considera que são enormes os desafios e tarefas para os trabalhadores. Em primeiro lugar, é preciso fazer avançar a organização política dos trabalhadores na defesa das suas reivindicações mais imediatas (reposição salarial, melhores condições de trabalho), articulando às lutas mais gerais contra o imperialismo e seu principal meio de expropriação de riquezas, a dívida externa. Nesta última, quase todos os países do continente latino-americano tem alcançado avanços inegáveis como demonstraram as grandes greves e manifestações em massa realizadas contra a dívida externa e suas conseqüências.

Do mesmo modo, no plano nacional, cabe à central articular as lutas de resistência às conseqüências da política econômica do governo com a promoção de mudanças profundas na sociedade¹³⁹. A Central deve estimular ações que inviabilizem a Nova República e promovam a articulação entre o movimento sindical, popular e partidos de oposição na elaboração de um programa democrático e popular, tendo como eixo o não pagamento da dívida externa, a estatização do sistema financeiro, a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, a democratização dos meios de comunicação, saúde e educação pública e gratuita, transporte e habitação a baixo custo.

A Central não vê saída para a crise sem a construção de um projeto alternativo socialista. Diz que é preciso recuperar na sua prática o internacionalismo operário implementando uma política ativa de solidariedade internacional à luta dos trabalhadores contra todas as formas de imperialismo, exploração, discriminação e ataques aos direitos sindicais e democráticos. Afirma, ainda, ser contrária a toda *"tentativa de acordo ou pacto que tenha por objetivo retirar conquistas ou restringir a liberdade"* da classe trabalhadora e por entender que não pode haver pactos entre desiguais (III Concut, p.15).

Porém, ao mesmo tempo, a partir do terceiro congresso, a Central incorpora a luta pelo contrato coletivo de trabalho (CCT) nacionalmente articulado em sua plataforma política. Este é visto como um avanço no sistema de contratação do Brasil, pois implementa, na prática a autonomia e liberdade sindicais. A CUT entende que a contratação coletiva não fere sua intransigente restrição a pactos e acordos porque ela depende da correlação de forças existente entre patrões e empregados, podendo ser modificada recorrentemente. Além disso, o CCT não deve ser um fim em si mesmo, mas um instrumento para impulsionar as lutas de massas pelo socialismo.

¹³⁹ Embora a CUT procurasse articular estas lutas através das ações de massa e protesto, o que mais mobilizava os trabalhadores era a luta por reposição salarial. Apesar de todo monitoramento do FMI sobre a economia brasileira e dos sucessivos planos de estabilização engendrados pelos governos dos anos oitenta, a questão inflacionária continuou sendo um dos principais problemas do país. Essa continuada e crescente inflação favorecia o envolvimento dos trabalhadores na luta pela correção dos salários e aprimoramento da indexação salarial (encurtar os reajustes periódicos, gatilhos). Pode-se dizer que, de certa maneira, o quadro inflacionário contribuiu para a adoção, por parte dos sindicatos e da Central, de uma estratégia de confronto com o predomínio da ação de massas e grevista. Várias mobilizações de massa e greves gerais foram deflagradas neste período contra os planos econômicos.

Para Boito (1999), no entanto, os dirigentes da CUT não pretendiam somente ampliar as garantias políticas e legais do processo de negociação coletiva ao assumir a proposta do CCT. O que a direção buscava era viabilizar um instrumento de luta compatível com a nova estratégia sindical, conforme veremos na próxima seção. Por hora vale ressaltar que, segundo o referido autor, esta estratégia acabou por enfraquecer o movimento sindical na sua capacidade de resistência e oposição ao neoliberalismo, ao privilegiar a defesa da livre contratação coletiva em detrimento da implantação e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas (para maiores detalhes, ver no item 4.3 a “fala das oposições”).

Os desdobramentos desta escolha em 1988 serão sentidos mais profundamente nos anos noventa. Embora algumas modificações na prática política e sindical da CUT anunciassem a renovação da sua estratégia, a Central manteve, como demonstram os registros dos Congressos Nacionais, uma ação combativa e classista voltada para o confronto com a política econômica e para o fortalecimento da “consciência” dos trabalhadores em torno de um projeto alternativo socialista. Esta resistência aliada ao ascenso das lutas operárias e populares, da luta pela democracia e a atuação da burguesia industrial defensora do protecionismo foram, em grande medida, responsáveis pelo “atraso” do Brasil em relação aos demais países da América Latina na ampla implantação das políticas de cunho neoliberal.

Quando a CUT surgiu, o capitalismo mundial e o modelo de desenvolvimento do governo militar estavam em crise. A política econômica adotada pelo último governo militar e pelo governo da “Nova República” levou ao descontrole inflacionário¹⁴⁰ e a um quadro macroeconômico recessivo e de arrocho salarial. Neste contexto de baixo crescimento e aumento da inflação, as críticas ao direcionamento da política econômica cresciam, mas nenhum grupo político conseguiu resolver o impasse dos “vetos” ao ajuste governamental e viabilizar o programa neoliberal. Decerto que o governo Sarney, após 1987, iniciou o programa de ajuste, mas somente nos anos noventa, após a derrota dos movimentos populares reunidos em torno da candidatura de Lula a presidência, as políticas neoliberais ganharam força.

¹⁴⁰ No início da Nova República, a inflação era de 234% em doze meses. Após os vários planos de estabilização econômica (Cruzado, Cruzado 2, Plano Bresser, Plano Verão), a inflação de doze meses era de 4.853% no final do governo Sarney.

Do mesmo modo, o processo de reestruturação produtiva no Brasil somente se expandiu nos anos noventa. Embora algumas indústrias viessem implantando círculos de controle de qualidade já no final dos anos setenta e, incentivadas pelas políticas exportadoras adotadas pelo governo desde o início dos anos oitenta, algumas empresas brasileiras estivessem introduzindo equipamentos microeletrônicos e de automação programada ou flexível, o processo de reestruturação produtiva ainda era fraco e restrito. Além disso, conforme salienta Leite (1994), o processo de modernização da indústria brasileira nos anos oitenta ocorreu sem a modificação da forma predominantemente autoritária de gestão da mão-de-obra. Ao contrário do que propunha o modelo japonês, as inovações técnicas foram introduzidas sem a participação e comprometimento dos trabalhadores com as mesmas, sem estabilidade no emprego e com baixo investimento em formação e treinamento. Assim sendo, a modernização tecnológica era vista pelo sindicalismo da CUT como uma ofensiva capitalista contra os trabalhadores e suas organizações políticas cujos principais efeitos eram o desemprego, a desqualificação do trabalho e o aprofundamento do controle e dominação do capital no interior da fábrica.

Em suma, os anos oitenta foram marcados por uma estratégia de resistência e antagonismo da CUT frente a reestruturação capitalista. Embora seu sindicalismo apresentasse algumas debilidades (estrutura sindical corporativa, fraca inserção no local de trabalho) e apontasse para o fortalecimento das posturas mais sensíveis às negociações estratégicas com o capital, sua firme oposição ao governo da “Nova República”, seu compromisso com um projeto democrático, popular, socialista representaram importante obstáculo à disseminação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva neste período.

4.2.3 – O quarto Concut: uma nova fase.

O quarto Congresso Nacional, realizado em setembro de 1991, é anunciado pelos seus dirigentes como um marco na história da CUT por avançar na construção de

uma central de negociação de contratação coletiva - função própria da organização sindical - superando as visões de CUT movimento ou partido político e contribuindo para o esvaziamento de outros projetos sindicais (como o “sindicalismo de resultados” representado pela Força Sindical, central sindical criada também em 1991). Além disso, foi realizado segundo os critérios dos novos estatutos aprovados no Terceiro Congresso, em que a redução do número de delegados possibilitou, segundo os dirigentes, uma representação mais fidedigna da CUT no cenário nacional e maior qualidade nas discussões.

“Terminou a fase dos congressos de massa, verdadeiros atos públicos que não ofereciam o mínimo de conforto para se poder pensar, discutir e elaborar propostas para o próximo mandato” (IV Concut, 1991, p. 02).

4.2.3.1 – Uma nova conjuntura

O Quarto Congresso realizou-se, segundo os dirigentes da Central, em um contexto de profundas mudanças no cenário político brasileiro. A vitória de Collor nas eleições presidenciais de 1989 inaugurou um período de agravamento da crise estrutural no país com a implantação do projeto neoliberal. Os pacotes econômicos do governo Collor produziram recessão, desemprego e arrocho salarial em níveis superiores aos produzidos pelo regime militar em 1981-1983. O PIB caiu 4% em 1990, a inflação foi superior a 600% ao ano, o salário mínimo perdeu 30% do seu valor real (4º Concut, 1991, p. 09). Este quadro provocou uma deterioração ainda maior da qualidade de vida da maioria da população e desorganização de amplos setores da sociedade, o que podia, inclusive, gerar situações de explosão social.

Do ponto de vista da política, o governo Collor é marcado pelo autoritarismo com o uso freqüente de medidas provisórias. Aliás, uma das principais características do projeto neoliberal por ele implementado é o enfraquecimento dos mecanismos democráticos e de controle social. A suposta capacidade do mercado de regular sozinho a economia promove uma mercantilização das relações sociais aliada ao

processo de despolitização, negação dos partidos e amesquinamento das instituições democráticas.

A ofensiva neoliberal foi a resposta encontrada pelas classes dominantes para sair da crise dos anos setenta nos países centrais. Através do ataque aos salários e condições de trabalho, das privatizações e das restrições aos direitos sociais e sindicais, o neoliberalismo procurou redefinir as bases de acumulação associadas ao processo de transnacionalização da economia e introdução de novas tecnologias. Aproveitando-se da crise nos países do bloco coletivista, a burguesia colocou o projeto neoliberal como única alternativa possível de saída.

O esgotamento do chamado “socialismo real”, traduzido nas reformas econômicas e políticas na URSS, no fim dos regimes burocratizados favoreceu a ofensiva ideológica das elites e o ataque às conquistas da classe trabalhadora de todo o mundo. No entanto, para os dirigentes da CUT, isso não significava, em hipótese alguma, a morte do socialismo ou o triunfo do capitalismo tal qual anunciavam os ideólogos de direita.

Ao mesmo tempo, a chamada “crise do socialismo” inaugurou um novo momento histórico caracterizado por um alto grau de instabilidade no cenário internacional, pela generalização de conflitos regionais e pela dificuldade no estabelecimento de uma “nova ordem mundial”. O fim da guerra fria e o surgimento de outros pólos dinâmicos na economia mundial (Japão e Alemanha) provocou alterações no plano geopolítico. Os EUA buscaram contrabalançar sua perda relativa no campo econômico com as investidas militares imperialistas, como no caso do conflito no Golfo Pérsico.

Essas modificações no cenário internacional e nacional exigiam, de acordo com os dirigentes da CUT, uma redefinição das suas políticas. Apesar dos “avanços em sua organização” (como os possibilitados pelas reformas estatutárias) e na sua capacidade de resistência aos ataques do capital (como demonstravam o crescimento das lutas e mobilizações populares que teve seu ápice nas eleições presidenciais de 1989 com a polarização entre dois projetos de classe distintos e antagônicos: democrático popular X neoliberal), a central precisava aprofundar as modificações iniciadas para “credenciar-se como a interlocutora dos trabalhadores brasileiros” diante do capital multinacional e dos governos.

4.2.3.2 – É preciso repensar o caráter e o papel do sindicalismo cutista

Segundo seus dirigentes, a CUT conquistou um lugar de destaque no cenário nacional tornando-se referência sindical. Com forte presença na luta pela democratização e contra os sucessivos pacotes econômicos, a central legitimou-se como a principal interlocutora dos trabalhadores frente aos patrões e ao governo.

Apesar disso e das grandes ações de massa exigindo reposição salarial e confrontando a política econômica imposta pelo FMI, os trabalhadores vinham perdendo seu poder de compra. A resistência aos planos econômicos e ao arrocho salarial impediram prejuízos maiores, mas não foram traduzidos em ganhos reais. A participação dos salários na renda nacional caiu de quase cinquenta por cento para cerca de trinta por cento no período 1970-1990.

Frente à difícil conjuntura emergente, os dirigentes da central acreditavam ser necessário fortalecer seu papel de organização sindical. O terceiro Concut já representou um precioso avanço neste rumo substituindo a visão da CUT movimento pela CUT central sindical. Ao quarto Congresso cabia o fortalecimento e consolidação da concepção sindical explicitada no terceiro, a saber, “uma central sindical classista, socialista, democrática, autônoma, de massas e pela base”¹⁴¹. Embora os dirigentes assim afirmem o projeto cutista, há um entendimento bastante diverso do significado destes termos por parte das oposições como veremos no item 4.3.

O caminho para alcançar este objetivo não podia, segundo a direção, restringir-se às lutas de resistência. O centro do debate na década de noventa seria o enfrentamento da crise e a retomada do desenvolvimento econômico e a CUT precisava preparar-se para “intervir decisivamente” neste debate. Atualizar seu discurso, adotar uma prática que envolvesse a classe trabalhadora como um todo, combinar as lutas por categorias com as mobilizações gerais, fixar parâmetros básicos

¹⁴¹ Este congresso também foi marcado pelo acirramento da disputa entre a Articulação Sindical e as tendências minoritárias situadas a sua esquerda. Para estas últimas, as novas alterações no Estatuto tinham por objetivo garantir que a Articulação mantivesse o controle sobre a direção da Central. Isso feria a democracia interna, a autonomia dos congressos e diversas instâncias, empobrecia os debates e criava maiorias artificiais.

para as políticas de abrangência nacional (política econômica, industrial, educacional, etc.), formular uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda junto com os demais setores democráticos e populares, lutar pela democratização do Estado, organizar a Central pela base e lutar pelo Contrato Coletivo de Trabalho eram os passos considerados indispensáveis para trilhar este caminho.

Embora a Central continuasse pondo-se contra qualquer tentativa de acordo ou pacto com empresários e governos, considerou positiva sua participação no “Entendimento Nacional” proposto por Collor em 1990¹⁴². Partindo do pressuposto que a CUT era uma entidade sindical que negociava representando a classe e que era necessário combater o projeto do governo em todos os espaços e instâncias (conforme aprovado nas resoluções do Terceiro Congresso e da Plenária Nacional em 1990). Os dirigentes da Central, após uma “consulta democrática” a suas instâncias de base, decidiram comparecer ao fórum de negociações com governo, empresários e outros setores do movimento sindical.

“Os delegados definiram a CUT como dirigente das lutas e negociadora das reivindicações dos trabalhadores, de um lado, e como entidade que propõe alternativas aos problemas enfrentados pelos trabalhadores no campo social e econômico, combatendo a recessão e apontando para a distribuição da renda, de outro” (IV Concut, 1991, p. 02).

Esta decisão aprofundou as divergências internas na Central já que para as tendências de oposição a participação no pacto confundiu os trabalhadores e serviu para criar terreno político para implantação do projeto neoliberal, conforme veremos na “fala das oposições”. Para os dirigentes, ao contrário, o comparecimento da CUT ao fórum foi um obstáculo decisivo para os objetivos do governo, pois mostrou o caráter antipopular deste último. Além disso, “credenciou a central junto à sociedade e ao

¹⁴² Proposto pelo governo Collor em 1990, o “entendimento nacional” tinha como objetivo elaborar uma política de crescimento econômico com distribuição de renda. Segundo Neto e Giannotti (1993:52-53), embora a Plenária Nacional da CUT em agosto de 1990 tenha rejeitado a idéia de pacto social, a executiva da Central, por apenas dois votos de diferença, aprovou sua participação neste “entendimento”. Para os referidos autores, o resultado deste pacto foi nulo, servindo apenas para confundir os trabalhadores e colocar o governo Collor na confortável posição de “defensor” do bem-estar dos cidadãos, aquele que vai levar o Brasil moderno para o “primeiro mundo”.

conjunto da classe trabalhadora” no desenvolvimento da política de combate global ao neoliberalismo.

Credenciar-se como interlocutora dos trabalhadores diante da sociedade parece ser um dos grandes objetivos da central a partir do Quarto Congresso¹⁴³. É, pelo menos, o principal argumento utilizado para justificar a decisão de inserir-se política e organicamente ao movimento sindical internacional. Para a direção, o intercâmbio e a solidariedade às lutas dos trabalhadores em outros países já não eram suficientes para colocar a CUT como protagonista num contexto de recomposição do sindicalismo mundial. Nestes termos, filiar-se a uma central sindical internacional era fundamental para credenciar a CUT como representante dos trabalhadores brasileiros frente às estratégias do capital transnacional e dos governos.

Por fim, no que se refere à estrutura organizativa, os dirigentes da central consideravam positivas as mudanças deliberadas pelo terceiro Congresso. No entanto, acreditavam ser preciso avançar na organização por local de trabalho e na organização por ramos de atividade. A CUT escolheu conviver com o sindicato da estrutura oficial e não conseguiu superar o monopólio de representação sindical imposto pela legislação.

“A CUT ainda convive com seqüelas de 50 anos de tutela do Estado, da CLT e do peleguismo. Uma análise mais detalhada mostra que temos importantes problemas a serem enfrentados e resolvidos, quer nas definições estratégicas e política de organização e auto-sustentação financeira, quer nas questões de funcionamento democrático das instâncias da Central. Ainda não foi substituída integralmente a velha estrutura viciada e corporativa do movimento sindical por aquela que queremos, bem como não conseguimos implantar a contento a prática sindical aprovada nos três últimos congressos da CUT” (Quarto Concut, 1991: p. 05).

Além disso, o contrato coletivo nacionalmente articulado é considerado um dos principais instrumentos na batalha de superação da estrutura sindical oficial e das

¹⁴³ Este é outro ponto de divergência entre as forças majoritárias e minoritárias da CUT. Para as primeiras, credenciar-se como representante dos trabalhadores significa participar ativamente dos fóruns e espaços institucionais de elaboração e decisão políticas, apresentando propostas de interesse dos trabalhadores como as de distribuição de renda. Para as demais forças, este credenciamento vem da capacidade de luta e mobilização política da classe trabalhadora em torno dos grandes temas de interesse desta.

práticas corporativistas entre capital e trabalho, devendo a CUT lutar por sua implantação.

4.2.3.3 – Reestruturação produtiva e neoliberalismo: um novo campo de lutas?

Conforme análise de seus dirigentes, ao longo dos anos oitenta a CUT desenvolveu uma estratégia de resistência, mobilização e luta contra a plataforma político-econômica dos governos e os ajustes impostos pelo FMI. Procurou, corretamente, articular as lutas em defesa dos salários e condições de vida da classe trabalhadora com as de caráter mais geral como o não pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a campanha pelas eleições diretas, o Congresso Constituinte e as eleições presidenciais de 1989. Tudo isso porque entendiam que as reivindicações econômicas não conseguiriam eliminar sozinhas a exploração da classe trabalhadora. Necessário era viabilizar a construção de uma sociedade democrática e socialista.

A organização do movimento social, o crescimento dos partidos de oposição, a consolidação do novo sindicalismo e o recrudescimento do movimento grevista tiveram, de um lado, o papel de resistir a ofensiva imperialista e, de outro lado, “orientar a ação das massas rumo a construção de uma sociedade de novo tipo”. A quase vitória do campo democrático popular nas eleições presidenciais foi o ponto culminante desta luta.

No entanto, segundo dirigentes, apesar dos avanços do movimento popular, os efeitos do ajuste e da crise não puderam ser revertidos. Além disso, a vitória do projeto neoliberal colocava desafios importantes para as forças sociais nos anos noventa, dentre os quais destacam-se o enfrentamento da crise e a retomada do desenvolvimento. Neste sentido, a central devia incorporar a sua prática a elaboração de proposta para as áreas de política industrial, econômica agrícola, energética, educacional, habitacional, de saúde e previdência, etc, devendo dar atenção especial àquelas que afetavam os níveis de emprego, salário e renda. As mobilizações em torno de bandeiras de luta e a resistência popular e sindical não foram capazes de superar a crise e combater efetivamente o neoliberalismo. Cabia a CUT, então, não somente mobilizar as massas no combate ao neoliberalismo e desmonte do estado, mas também

apresentar, para o conjunto da sociedade, propostas que modificassem o modelo econômico e promovessem o crescimento com distribuição de renda.

Desse modo, a vitória do projeto neoliberal exigia do movimento sindical a definição de um novo campo de luta e novos espaços de contraposição. Embora seus dirigentes ainda defendessem a mobilização, as greves e o antagonismo como instrumentos de construção desse campo, os espaços institucionais e fóruns de negociação tripartites passaram a desempenhar um papel fundamental nesta tarefa. Tão ou mais importante que resistir e combater o projeto neoliberal era elaborar uma proposta de política econômica para o Brasil que promovesse o crescimento e distribuição de renda, eliminando a miséria e exclusão. Apesar da oposição à realização de um pacto social (por considerarem impossível a realização de pacto entre desiguais), passam a colocar como perspectiva a ocupação de espaços que busquem “regular” interesses entre patrões, empregados e governo. Acreditavam, assim, poder conquistar direitos à partilha dos recursos nestas disputas, melhorando as condições de vida da população.

É claro que esta luta na “ordem” sempre esteve presente na prática sindical da CUT e das bases do novo sindicalismo, mas, como bem observa Boito (1993), ela estava subordinada às necessidades da luta contra a ditadura militar e a política salarial rígida imposta por esta última. Isto fez com que o sindicalismo recém surgido unificasse sua ação com o movimento popular e democrático em oposição à política econômica da ditadura. O movimento sindical criou, assim, espaços de contraposição que ultrapassavam a luta econômico-reivindicativa e apontavam na direção da construção de um movimento político, cultural, intelectual e moral de novo tipo. No entanto, a vitória do projeto neoliberal levou a direção da CUT à construção de um novo campo de lutas, conforme veremos a seguir.

4.2.4 – Anos noventa: rumo ao sindicalismo propositivo?

4.2.4.1 – Avanço da reestruturação produtiva e neoliberalismo no Brasil.

Os anos noventa no Brasil foram marcados pela consolidação do processo de reformas no âmbito do Estado e da produção iniciados na década anterior. A trajetória da mudança não foi simples e linear, ao contrário, percorreu um complexo e difícil caminho em que questões de ordem econômica, política ou especificamente relacionadas à conjuntura política do Brasil ora emperravam, ora davam força ao processo de modificações. Assim, quando o governo Sarney deu o pontapé inicial, foi preciso vencer Lula nas eleições presidenciais e passar por toda a crise do “*impeachment*” do governo Collor para que o projeto neoliberal fosse finalmente implantado.

Este último é, segundo dirigentes, a ponta de lança de um movimento mais amplo comandado pelas grandes corporações transnacionais e organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio) com o objetivo de abrir novos mercados para sua produção e, ao mesmo tempo, recuperar as taxas de lucro (VI Concut, 1997).

“Após o esgotamento do padrão de desenvolvimento fundado na industrialização, com forte intervenção do Estado, e no chamado Estado do Bem-Estar Social, a liberalização e a desregulamentação econômicas vêm conduzindo os processos de ajuste das economias nacionais à crescente integração e formação de mercados regionais e mundiais mais abertos” (VII Concut, 2000, p. 02).

Estas modificações no cenário econômico dirigidas pela globalização caracterizam-se, sobretudo, 1) pela financeirização da riqueza cuja soma crescente de recursos (estima-se que circulam diariamente mais de 2,5 trilhões de dólares no mercado financeiro internacional¹⁴⁴) é transacionada sem intermediação do sistema financeiro internacional e, muitas vezes, dos Bancos Centrais); 2) expansão do

¹⁴⁴ Dados do BIS, 98 apud VII Concut, 2000, p. 02.

comércio internacional e do investimento externo direto (IDE) sendo este último orientado para “países em desenvolvimento” em função do movimento de desregulamentação e abertura comercial nestes países; 3) forte concentração de capitais (somente em 1999 os processos de aquisições e fusões somaram mais de 2,3 trilhões de dólares no mundo, o equivalente a cerca de 25% do PIB dos EUA, enquanto nos anos setenta esta cifra era inferior a 5%¹⁴⁵); 4) a liderança do processo de globalização econômica é exercida pelos setores intensivos em tecnologia da informação e comunicação e que estão redefinindo a organização do trabalho e da produção nos setores da Segunda Revolução Industrial (químico e metal-mecânico) e do comércio e serviços¹⁴⁶; 5) maior instabilidade financeira expressa nas oscilações das bolsas de valores; 6) acirramento da concorrência interimperialista pelo controle dos mercados entre EUA, União Européia e Japão em função dos desequilíbrios externos da economia americana. Mas, a liderança dos Estados Unidos na economia internacional exacerbou seu papel de polícia dos interesses imperialistas.

Ao mesmo tempo em que estas mudanças da economia processam-se, a crise estrutural e sistêmica do capitalismo persiste manifestando-se, de um lado, na progressiva redução das taxas de crescimento do PIB e, de outro lado, no aumento dos níveis de desemprego em quase todos os países do globo. A crise reflete também o fracasso da globalização neoliberal que não conseguiu promover o crescimento mais significativo das economias tal qual prometeu (VII Concut, 2000).

“A globalização tem representado, sobretudo, desemprego, instabilidade e insegurança (...) permitindo um acúmulo de riquezas e um desenvolvimento tecnológico principalmente nas grandes empresas que não se traduzem em bem-estar das pessoas. Essa é a principal contradição que estamos vivendo” (Nona Plenária Nacional, 1999, p. 04).

Os países em desenvolvimento e pobres são os que mais sofrem com as consequências da aplicação das políticas neoliberais. Além do aumento da pobreza e do desemprego, a abertura indiscriminada das economias e as privatizações agravaram a dependência econômica, os desequilíbrios das contas externas e a espoliação dos monopólios e países imperialistas. Desse modo, estes últimos vêm buscando impor

¹⁴⁵ Dados do Securities Data apud VII Concut, 2000, p. 02.

uma “verdadeira recolonização” dos países dependentes, como é o caso na América Latina e no Brasil.

No Brasil, o ideário neoliberal foi implementado em resposta à crise do modelo nacional desenvolvimentista (que organizou o Estado e a economia brasileira dos anos quarenta até fins dos setenta) e à ameaça da candidatura democrático-popular nas eleições presidenciais de 1989 e 1994. Iniciado com o governo Collor em 1990 e interrompido pelo movimento popular que levou ao “Impeachment”, o aprofundamento do ajuste neoliberal foi viabilizado pelo Plano Real¹⁴⁷ e pela coalizão política e econômica em torno do governo Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994.

Seguindo o receituário imposto pelo FMI e mantendo o controle fisiológico da máquina pública, as elites do Brasil promoveram a integração subordinada do país à globalização nas suas diversas dimensões – financeira, produtiva e comercial. Privatizaram quase todas as empresas estatais, desmantelaram os instrumentos de regulação e promoção da atividade econômica (industrial, agrícola, tecnológica, etc.), realizaram uma abertura indiscriminada das importações e cortes drásticos nos investimentos públicos e gastos sociais. A ação estatal ficou restrita à geração de superávits primários que asseguram o pagamentos de juros elevadíssimos no financiamento da dívida interna e externa. A Lei de Responsabilidade Fiscal é forma legal desta política econômica (VI e VII Concuts).

Se, de um lado, o Plano Real reduziu drasticamente a inflação dando sustentação ao governo FHC e ao ajuste neoliberal, de outro lado, desnacionalizou a economia, elevou os níveis de desemprego e desmontou o Estado. O custo nacional e social é imenso. A abertura econômica sem critérios dizimou cadeias inteiras de produção, os déficits comerciais externos aumentaram a dependência de capitais, que exigiram altos juros para financiar o país, ampliando ainda mais os déficits e dívidas públicas. A dívida interna saltou de 60 bilhões de reais em 1994 para mais de 500

¹⁴⁶ UNCTAD e Forbes, 1999 apud VII Concut, 2000, p. 02.

¹⁴⁷ Este plano seguiu o modelo estabelecido pelo “Consenso de Washington” cujos princípios fundamentais são a ancoragem da moeda ao dólar, aprofundamento da privatizações e eliminação de barreiras a livre circulação de mercadorias e capitais, principalmente para o capital financeiro especulativo.

bilhões de reais em 1999. De juros e encargos anuais foram gastos 140 bilhões de reais no ano de 1999 (VII Concut, 2000, p. 08).

A Reestruturação Produtiva Neoliberal

A submissão das elites a esta política e à globalização reduziu as possibilidades de implantar uma estratégia ativa de reestruturação e modernização do parque produtivo com geração de emprego. Ao contrário, o desemprego é superior a 18% na grande São Paulo (quase dois milhões de trabalhadores), a precarização e informalização do mercado de trabalho cresce exponencialmente com a destruição do setor produtivo nacional¹⁴⁸, a desconcentração da produção industrial tem gerado uma verdadeira guerra fiscal entre estados e municípios na disputa pelas novas empresas enquanto estas últimas buscam vantagens comparativas (baixos salários e fraca proteção social) para sua instalação.

Isso ocorre porque, em grande medida, a atitude dos empresários brasileiros é *“predatória e conservadora”* uma vez que *“encaram o trabalho como custo e não como um valor fundamental no processo produtivo”* (VI Concut, 1997, p. 44). Assim sendo, fazem uso recorrente da rotatividade e de jornadas de trabalho extraordinárias, não investem em educação, formação profissional, condições e segurança no trabalho, promovem cortes nas despesas salariais, raramente discutem com sindicatos acerca das modificações no processo de trabalho, enfim, gerenciam as relações de trabalhos de forma bastante autoritária¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Entre 1989 e 1998 o emprego com carteira sofreu uma queda de 44% para 37%, enquanto o índice de emprego sem carteira, trabalhadores domésticos, autônomos e não remunerados cresceu de 51,4% para mais de 58,7% do total de ocupados (VII Concut, 2000, p. 13).

¹⁴⁹ Vários indicadores confirmam esta escolha das elites brasileiras em promover uma reestruturação excludente. Enquanto a produtividade na indústria de transformação cresceu 45% entre 1989-1995, mais de 2,06 milhões de empregos foram eliminados. A jornada de trabalho do Brasil é uma das mais elevadas entre os países em desenvolvimento. Segundo a PNAD/93, cerca de 39% dos trabalhadores brasileiros realizavam jornada de trabalho superior a 44 horas/semanais. Mais de 21% tinha jornada de trabalho igual ou superior a 49 horas por semana. Segundo SEADE/DIEESE, cerca de 35% dos assalariados da indústria de transformação trabalhavam mais de 44 horas/semanais em 1990. Este número foi para 42,5% em 1995. No setor serviços e comércio, este número saltou, respectivamente, de cerca de 32% e 49% para 36% e 55%. Cerca de 53% da força de trabalho é composta por empregos precários, autônomos, sem vínculos formais. Mais de um terço da força de trabalho troca de emprego anualmente, ou seja, a taxa de rotatividade está em torno de 37% (VI Concut, 1997, p.18).

É preciso ressaltar que para os dirigentes da CUT esta reestruturação produtiva “excludente” não é consequência apenas da atitude “conservadora e predatória” dos empresários, mas também da política industrial do governo Collor¹⁵⁰ e, posteriormente, da política de supervalorização do real que reforçou a perda de dinamismo da indústria nos anos noventa e provocou a diminuição do seu contingente de trabalhadores durante o governo de FHC¹⁵¹. Para exemplificar, em 1989 a indústria representava 15,9% dos trabalhadores ocupados, em 1998 esse percentual caiu para 12,4%. Essa queda da participação do emprego industrial no total de ocupados resultou na eliminação de 1,4 milhão de postos de trabalho. Os setores mais atingidos foram exatamente os mais afetados pela competição de produtos importados: têxtil, calçados, maquinaria e bens de capital e partes, peças e componentes do complexo eletrônico e automotivo (VII Concut, 2000, p. 12). Isso mostra que com o aumento da concorrência externa e interna, uma parcela significativa do setor produtivo não tem sido capaz de reestruturar-se e modernizar-se, sendo obrigado a reduzir constantemente seus níveis de produção e de emprego ou mesmo desativar totalmente a produção (VI Concut, 1997, p. 45).

Em função do modelo econômico adotado pelo Brasil, as inovações tecnológicas e organizacionais não têm sido difundidas na economia como um todo, mas ficado concentradas nas “ilhas” que conseguem inserir-se no mercado mundial. Se, de um lado, estas inovações têm o potencial de gerar bem-estar social para toda a população, de outro lado, ao ser inseridas no marco do neoliberalismo, elas reforçam as tendências de exclusão, aumento do desemprego, deterioração das condições de trabalho, etc.

Além da desestruturação produtiva, a força de trabalho, sobretudo a base social do sindicalismo, vem sofrendo com as reformas na legislação trabalhista.

¹⁵⁰ A política industrial implementada por Collor “tem como objetivo um tipo de “modernização” baseada em maximizar os lucros a curto e médio prazos e conduz à destruição do mercado interno e à formação de ilhas de prosperidade vinculadas aos circuitos do grande capital internacional. Como consequência, a inserção industrial, financeira e comercial do Brasil seria ainda mais passiva e subordinada, sustentada por produções de baixa competitividade. O sistema produtivo nacional seria desestruturado e o país ficaria impedido de obter soberania e desenvolvimento social, produtivo e tecnológico (...) os setores mais dinâmicos, como metal-mecânico, químico e eletroeletrônico, perderam importância frente aos setores exportadores tradicionais. Segmentos sofisticados foram substituídos por importações. O setor mais penalizado foi o de bens de capital, inclusive com desinvestimentos, queda do emprego, do faturamento e das encomendas e elevação da ociosidade. Houve uma desativação generalizada dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento” (V Concut, 1994, p. 07).

¹⁵¹ Não é à toa que FHC costuma dizer que no Brasil os sindicatos não empreendem a luta de classes contra o capital, mas contra o Estado.

Especialmente à partir de 1994, o governo FHC implementou uma série de medidas institucionais visando tornar mais flexíveis as regras sobre as relações de trabalho no Brasil. Estas eram defendidas como fazendo parte da agenda da estabilização econômica e da abertura comercial e essenciais para diminuir os custos do trabalho ("Custo Brasil") e preservar o número de empregos. Dentre as medidas adotadas, destacam-se a regulamentação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados)¹⁵², eliminação da política nacional de reajuste automático dos salários pelos índices de inflação e a proibição de inclusão de cláusulas neste sentido nos acordos e convenções coletivas¹⁵³, denúncia da Convenção 158 da OIT que proíbe a demissão imotivada, o contrato por tempo de trabalho determinado e anualização da compensação de horas no sistema de banco de horas¹⁵⁴. Estas e outras medidas, de um modo geral, flexibilizam e desregulam os direitos e induzem a fragmentação da negociação ao nível de empresa por meio da constituição de comissões de trabalhadores (preferencialmente sem a participação dos sindicatos), fragilizando ainda mais a organização sindical.

Os anos noventa, enfim, serão lembrados, segundo os dirigentes da Central, como os anos cujas taxas de crescimento do PIB forma pífiás (até mesmo em

¹⁵² Introduzida pela Medida Provisória nº 794 de dezembro de 1994 e, desde então, vem sendo reeditada com pequenas alterações. Esta, segundo Krein (1999, p.281), apesar de ter implementação ainda restrita (são poucos os setores da economia que fazem uso desta medida), tem contribuído *"para deslocar a negociação para o âmbito da empresa e, com isso, desprestigiando as convenções coletivas por categoria. Num processo centrado na empresa, a pauta patronal chega à mesa de negociação, vinculando o valor da PLR às metas de produção, venda, produtividade, adoção de programas de qualidade total e assiduidade. Isso adquire maior importância, em função do peso crescente que a PLR tem na remuneração final do trabalhador, além de constituir uma alternativa à extinção da política salarial, possibilitando algum ganho de remuneração sem reajuste dos salários"*. Para as oposições, o objetivo da institucionalização da PLR vai além do esvaziamento das campanhas salariais e fragmentação das negociações. Ao condicionar a participação nos lucros à metas de produção, qualidade e assiduidade, o objetivo é envolver ideologicamente os trabalhadores, disseminar a idéia da parceria e dos objetivos comuns na disputa pelo mercado. O patronato quer, desse modo, limitar ao máximo a possibilidade de conflitos, submetendo os trabalhadores aos seus interesses.

¹⁵³ MP de 1995.

¹⁵⁴ A medida do Banco de Horas é extremamente perniciosa para os trabalhadores não só por ampliar a subordinação da vida dos trabalhadores às necessidades da empresa, mas também por não pagar as horas-extras devidas (que passam a ser substituídas por folgas, sem o pagamento do adicional de 50% sobre a hora-extra trabalhada). Segundo as oposições, vários sindicatos importantes da CUT vem legitimando esta medida, alegando ser esta geradora de empregos. No último Congresso Nacional (2000), a Central deliberou o combate ao Banco de Horas e ao uso abusivo de horas-extras.

comparação à “década perdida” de oitenta), o nível de desemprego é o dobro da década anterior (problema este agravado pela explosão do trabalho precário) e a dívida pública explodiu. Serão lembrados ainda pela fome, miséria, violência, arrocho salarial, degradação dos serviços públicos, concentração da riqueza e da renda, perda do que ainda restava de soberania nacional.

O conjunto de mudanças ocorridas nestes anos alterou radicalmente a face econômica e política do país que já não guarda semelhanças com o Brasil de 1983, quando a CUT foi fundada. O neoliberalismo, a reestruturação da produção e o modelo de estabilização econômica colocaram novos desafios para a ação sindical, exigindo da central e de seus sindicatos filiados novos instrumentos para resistir aos ataques e mostrar alternativas para a sociedade.

4.2.4.2 – Uma nova Central para novos tempos.

Conforme vimos anteriormente, a CUT começa os anos noventa redirecionando o caráter da sua ação sindical. O quarto congresso (1991) coadunou esta mudança ao mesmo tempo que evidenciou as diferenças e dificuldades no interior do movimento sindical. Desde então, segundo seus dirigentes, a central, num esforço de fortalecimento da unidade e democracia interna, modificou o processo de debate e deliberação das resoluções e encaminhamento das suas políticas ao substituir o debate entre teses divergentes por um “texto-base” produzido a partir de um amplo debate nas suas diversas instâncias. Desse modo, as plenárias e congressos nacionais depois do IV Concut representaram, para os dirigentes, “um avanço nos métodos de discussão e deliberação da CUT por dar um tratamento mais qualificado e transparente das divergências e problemas”. Atestam, pois, nesta visão, “o crescimento e amadurecimento da central como interlocutora dos trabalhadores e instrumento de transformação da realidade”¹⁵⁵. Esta modificação acabou por afetar o volume de

¹⁵⁵ Para as oposições, as medidas restritivas aprovadas nos III e IV Congressos favoreceram a tendência majoritária e permitiu que ela imprimisse sua orientação política e ideológica ao longo de todo o processo de discussão. Esta última ficou prejudicada não só pela diminuição dos espaços para debate, mas também por restringir as críticas à “tese-base” à questões secundárias e de redação.

documentos que se dispõe para análise do pensamento cutista, dificultando a percepção de posições divergentes da oficial.

Durante a década de noventa, a central continuou afirmando “seguir os mesmos princípios que nortearam sua prática nos anos oitenta: socialismo, classismo, democracia, central de massas e organizada pela base”. Porém, de acordo com dirigentes, a CUT precisava também responder aos novos desafios colocados pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho e pela reconfiguração do ordenamento capitalista. Ou seja, além de “reforçar” estes princípios fundamentais, a central devia fornecer instrumentos novos ao movimento sindical para responder ao novo cenário.

Assim sendo, a CUT seguiu afirmando não haver solução para a crise nos marcos do capitalismo a não ser com ampliação da miséria e desemprego, com ameaças à democracia e com eliminação e redução de direitos. Do ponto de vista dos trabalhadores a única saída progressista para a humanidade é o socialismo. Um socialismo dito renovado, mais avançado, que não repita os mesmos erros cometidos na União Soviética e em outros países, principalmente no que se refere à democracia. As condições econômicas e políticas atuais são mais favoráveis para a criação deste sistema que as vivenciadas no início do século, pois a produtividade do trabalho cresceu consideravelmente¹⁵⁶.

Esta luta pelo socialismo não pode estar descolada da luta concreta, cotidiana, em defesa das reivindicações e anseios das massas. Por isso, os dirigentes da central definem o cerne da estratégia sindical nos anos noventa como sendo a do sindicalismo propositivo. Não mais aquele sindicalismo da oposição pela oposição,

¹⁵⁶ Em quase todas as resoluções dos congressos e plenárias da CUT, o socialismo é apontado como perspectiva política a ser seguida pela central. No entanto, nem este socialismo é muito bem definido, nem o caminho para construí-lo é claramente apontado. Afirmar que a humanidade em seu estágio atual possui condições mais favoráveis para implantar o socialismo devido a abundância de bens e serviços pode dar indícios importantes sobre a concepção de socialismo da central. Nas palavras de Altvater (1992:163), “crescimento da produtividade e aumento da renda são variáveis importantes do regime de acumulação e de sua dinâmica, mas não delimitam o significado da coerência econômica, nem explicam a dinâmica do desenvolvimento econômico. Nas sociedades capitalistas, **sempre**, em tempos pré-fordistas, fordistas e pós-fordistas, esta dinâmica é determinada pelo desenvolvimento da taxa de lucro (rentabilidade do capital). (...) dela dependem a taxa de acumulação e, em decorrência, a taxa de crescimento do produto social e de seus componentes. A taxa de lucro é determinada pela produtividade do trabalho e pelos custos salariais por peça, embora seja necessário levar em conta também a produtividade do capital”. Lembremos, pois, que capitalismo, mais do que um modo de produção, é um modo de viver tornando o problema de sua transformação muito mais complexo. Mais do que meramente distribuir, é fundamental ter uma concepção do como produzir.

do contra, que só sabe dizer não. Mas, um sindicalismo que propõe alternativas para a sociedade. É também um sindicalismo de resistência ao neoliberalismo e ao capitalismo, mas uma “**resistência propositiva**”, que propõe um outro modelo de desenvolvimento econômico com distribuição de renda e trabalho para todos. Ou seja, resistir e repudiar o modelo anterior, mas “*apresentando claramente as nossas propostas de classe e contrapondo-as às propostas das elites brasileiras, (...) apontando para um modelo diferente comprometido com a democracia, liberdade, solidariedade, justiça social e com os interesses da maioria da população*” (VI Concut, 1997, p.33).

Para fazer aprovar estas propostas, não bastam a mobilização e a luta de massas em torno do programa democrático-popular (embora sejam fundamentais). É preciso combinar a organização sindical e popular com a luta institucional e a participação na definição de todas as políticas que sejam de interesse da classe trabalhadora (tanto no âmbito da empresa quanto no âmbito do Estado e fóruns tripartites). Ao longo dos anos noventa, a central participou ativamente de vários fóruns e negociações com governos e empresários e, segundo dirigentes, “*consolidou uma imagem positiva da CUT na sociedade, como entidade que tem proposta, organiza a mobilização, negocia com seriedade e defende os interesses dos trabalhadores*” (VI Concut, 1997, p. 23). A concepção e prática sindical da CUT pode ser resumida nestes quatro pontos: “*fazer propostas, debater com a sociedade, negociar com os interlocutores e mobilizar os trabalhadores na defesa dos seus interesses*” (VI Concut, 1997, p. 25).

Para os dirigentes, a adoção desta estratégia não significa o abandono do classismo. Trata-se, na verdade, da “atualização” das respostas sindicais frente ao projeto neoliberal e à reestruturação produtiva. A central deve ocupar todos os espaços abertos na institucionalidade representando os trabalhadores e buscando disputar com o projeto das elites. Além disso, a negociação em fóruns tripartites não deve ser confundida com pactos sociais, mas ser vista como forma de ampliar a presença da CUT na sociedade e defender os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.

Desse modo, a central considerou positiva sua participação no Entendimento Nacional do governo Collor em 1990, nas Câmaras Setoriais da Indústria

Automobilística instituída nos anos de 1992 e 1993, nas negociações com o governo Itamar (Agenda Brasil, proposta de implantação do Contrato Coletivo de Trabalho em 1993), na negociação sobre Reforma da Previdência (1995), bem como na formulação e gestão de políticas no interior dos diversos conselhos tripartites e fundos (Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat), Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade (CTCOM), Programa de Apoio à Capacitação tecnológica da Indústria (PACTI), Conselho Nacional da Informática (Conin) (V e VI Concuts).

No entanto, os dirigentes apontam vários limites encontrados para a ampliação da capacidade desta estratégia de participação nos fóruns. Destaquemos dois. Primeiro, o governo vem modificando os regimentos de funcionamento dos Conselhos onde a Central tem assento buscando restringir as iniciativas e o poder de decisão dos parceiros não-governamentais. Segundo, a estrutura sindical corporativa, além de limitar a liberdade e autonomia sindicais, dificulta o estabelecimento de uma relação orgânica entre sindicatos e o fortalecimento da organização no local de trabalho. Isso evidencia-se pela incapacidade da central de realizar e articular as discussões realizadas nos vários fóruns e conselhos e de mobilizar a base em torno das questões ali debatidas.

A CUT escolheu o caminho de atuar por dentro e por fora do sindicalismo oficial, seja agregando os sindicatos oficiais através da filiação, seja oficializando sindicatos livres (como no caso dos funcionários públicos). Decerto que ocupar espaço no interior da estrutura sindical permitiu o acúmulo de forças, impôs derrotas ao peleguismo, modificou consideravelmente a forma de funcionamento e papel do sindicato oficial tornando frouxo o controle do governo sobre a vida interna do mesmo. Dito de outro modo, o uso de parte dos sindicatos oficiais auxiliaram na organização e direção da luta dos trabalhadores, em particular na fundação da CUT. Porém, ao adaptar-se à estrutura sindical tentando transformá-la por dentro, a CUT terminou por acomodar-se ao modelo corporativo (VI Concut, 1997, p.28-29). Ela continua sendo financiada pelos sindicatos oficiais e, em meio a crise, segue a tendência de garantir a sobrevivência e autopreservação através das práticas sindicais tradicionais, da tutela do Estado,

relegando para um plano secundário a construção autônoma da organização da classe trabalhadora, e, conseqüentemente, de um sindicalismo independente e emancipador. Parece que, ao longo do tempo, o comprometimento com a estrutura sindical se sobrepôs ao esforço da busca por liberdade e autonomia estabelecido formalmente em suas resoluções.

No entanto, para os dirigentes, a opção de atuar por dentro da estrutura sindical oficial não pode ser interpretada como um abandono do compromisso assumido pela central no momento da sua fundação de lutar por liberdade e autonomia sindicais. As Convenções da OIT sobre este tema expressam os fundamentos do projeto da CUT para a atual reforma da Legislação, devendo a central realizar campanhas e pressionar o parlamento para ratificação das mesmas. O avanço na democratização da legislação trabalhista depende também da capacidade da central de desafiar na prática a legislação existente no Brasil construindo uma nova estrutura e práticas sindicais. A estrutura sindical oficial dificulta *“a luta do trabalhador como cidadão, a solidariedade intercategoria e a participação de forma competente dos sindicatos e da CUT na disputa pela hegemonia na sociedade”* (VI Concut, 1997, p. 29). Além disso, os novos métodos de produção, a desconcentração industrial, o crescimento do emprego no setor serviços e a globalização exigem um modelo de organização alternativo capaz de fornecer um instrumento de luta eficiente.

A nova estrutura sindical proposta pelos dirigentes da central pretende superar a divisão dos sindicatos por categoria construindo e consolidando o sindicato por ramo de atividade através da unificação dos sindicatos existentes. A construção desta estrutura precisa estar articulada à implementação efetiva da organização no local de trabalho¹⁵⁷, a conquista da auto-sustentação financeira e ao fortalecimento da estrutura horizontal da CUT. Outro ponto importante para a construção da estrutura da central, é a transformação dos sindicatos e federações “filiais” à CUT em sindicatos “**orgânicos**” à CUT. Ou seja, os sindicatos deixariam de ser filiais à central e passariam a ser uma instância da CUT, seguindo a mesma concepção, princípios e projeto político. Esta

¹⁵⁷ Esta implementação envolve vários níveis de atuação: conquistar legislação que garanta o direito à implantação do sindicato no local de trabalho, a constituição de CIPAS e comissões de saúde e segurança no trabalho, instituição do delegado sindical eleito diretamente pelos sindicalizados do local de trabalho/empresa, constituição de uma estrutura unitária nos locais de trabalho reunindo sindicalizados ou não (Nona Plenária Nacional, 1999:16; VII Concut, 2000:27).

mudança é colocada pelos dirigentes como a maneira de superar a estrutura sindical getulista e a falta de compromisso dos sindicatos filiados com os princípios e campanhas promovidas pela central, com sua prática e concepção sindical. Ao modificar profundamente o funcionamento e a estrutura dos sindicatos, adequando-os aos princípios norteadores do sindicalismo cutista, o sindicato orgânico fortaleceria a solidariedade e unificação das lutas, condições essenciais para o enfrentamento dos graves problemas atuais.

Esta é, em linhas gerais, a central sindical necessária e eficiente para responder aos desafios impostos pela globalização e neoliberalismo, de acordo com a visão dos dirigentes da CUT. Uma central que resiste, mas “resiste propondo alternativas para resolução da crise, que participa dos fóruns e conselhos tripartites apresentando suas propostas, representando os trabalhadores”, enfim, uma central que luta por uma sociedade socialista e por um novo modelo econômico que promova o desenvolvimento com inclusão social, democracia e justiça.

4.2.4.3 – Estratégias frente a reestruturação e neoliberalismo.

Conforme salientado anteriormente, as reformas neoliberais e o processo de reestruturação da produção tiveram avanço significativo no Brasil dos anos noventa. Até então, haviam sido implementadas algumas medidas pontuais e dispersas no âmbito da produção e do Estado que apontavam nesta direção. Isso num contexto de acirramento da luta de classes no país e crescimento do movimento sindical combativo e classista. A postura da CUT era predominantemente de oposição às estratégias capitalistas e de denúncias à superexploração do trabalho, ao ataque aos direitos, ao aprofundamento da miséria e ao crescimento do desemprego por elas provocadas. Denunciava, ainda, o caráter classista (de defesa dos interesses patronais) presente em tais medidas procurando confrontar as exigências dos trabalhadores com os limites políticos da democracia burguesa e do capitalismo.

A introdução das reformas neoliberais e a difusão das novas práticas de produção jogaram o movimento sindical na defensiva, principalmente a base social da Central. A estabilização da moeda, privatização, terceirização, novas tecnologias, etc.

modificaram a agenda sindical tornando-a, de acordo com os dirigentes, mais abrangente e complexa. *Grosso modo*, pode-se distinguir dois grandes eixos que demarcam e compõem a estratégia da central frente à atual ofensiva capitalista. Um trata da problemática da reestruturação da produção e reivindica o direito dos trabalhadores à partilha dos ganhos de produtividade defendendo a proposta da reestruturação produtiva e modernização tecnológica com inclusão social. Outro que defende reformas populares, assentadas na democratização do Estado e política econômica de retomada do crescimento com distribuição de renda, em contraposição às reformas neoliberais.

As reformas populares

Segundo os dirigentes, para fazer frente às políticas neoliberais, a organização sindical, além de defender os interesses imediatos dos trabalhadores, precisa construir uma alternativa global de saída para a crise brasileira. Esta saída passa pela elaboração de um novo modelo de desenvolvimento econômico que inclua os setores marginalizados da população e promova a democratização do Estado. Um modelo econômico que diminua a vulnerabilidade externa do Brasil, defenda a soberania nacional, promova o crescimento econômico com equidade social, gerando empregos, distribuindo renda, fortalecendo a estrutura produtiva e a preservação do meio ambiente. Uma proposta que realize ainda as reformas necessárias para resgatar o direito à cidadania plena das maiorias como o acesso universal à educação, seguridade social, moradia, emprego, a democratização das relações de trabalho e a reforma agrária.

A realização deste modelo só é possível com a democratização e fortalecimento do papel do Estado. Ao invés de minimizar sua atuação como propõem os neoliberais, o Estado precisa dirigir suas ações para dois objetivos: reduzir ao máximo os efeitos econômicos e sociais negativos decorrentes de conjunturas recessivas e planejar e regular os fatores produtivos.

“Sendo assim, as políticas sociais podem ser definidas enquanto um conjunto de ações planejadas e implementadas pelo Estado, combinada com mecanismos de controle social objetivando o desenvolvimento e bem-estar individual e coletivo da população. Enquadram-se aí a educação, a seguridade social (saúde, previdência e assistência), a promoção de igualdades de oportunidades, saneamento, meio ambiente, lazer, cultura, etc. (...) Não podemos construir uma sociedade cidadã sem que haja um desenvolvimento econômico sustentável, subordinado aos interesses sociais” (VI Concut, 1997:43).

Importante salientar que, para os dirigentes da CUT, a realidade existente impõe uma redefinição do papel do Estado. A demarcação ideológica Estado X Mercado não é mais condizente com a realidade. Ou seja, acreditar que só o mercado ou só o Estado vá realizar o bem-estar social não corresponde mais à realidade. Esta última tem mostrado que outros atores sociais podem e devem contribuir na definição, implementação, controle e eficácia nas políticas públicas.

Por isso os dirigentes da central definem como estratégica a aliança com outros setores da sociedade na construção do modelo alternativo capaz de garantir os direitos dos trabalhadores. Além da luta por salário e emprego, a central precisa intensificar e priorizar a luta por políticas sociais públicas (Habitação, Saúde, Previdência, etc.) cada vez mais controladas pelos trabalhadores e sociedade civil organizada.

Aqui percebemos uma modificação fundamental no discurso da central. Nos primeiros congressos, apesar de afirmar sua independência frente aos patrões, estado e partidos, ela colocava estes últimos (aqueles comprometidos com os interesses históricos dos trabalhadores) como a mediação necessária para a construção do projeto democrático-popular. Agora, governos, empresariado, ONG's, partidos em geral convertem-se nos parceiros e interlocutores na realização das reformas sociais.

Os espaços para articulação destas alianças são vários, indo da atuação e participação nas mobilizações de massas como o “Grito dos Excluídos” e a bem sucedida “Marcha dos Cem Mil”, passando pela atuação nos fóruns institucionais tripartites, até a realização de experiências que defendam os desempregados e os setores mais marginalizados da sociedade como a Central de Trabalho e Renda de Santo André, os laboratórios de desenvolvimento sustentados e solidários da CNM/SNM/CUT e da Agência de Desenvolvimento Solidário.

Se, por um lado, parece existir consenso entre as correntes políticas da central quanto à atuação nas mobilizações de massas, por outro lado, a participação em fóruns institucionais dentro da estratégia do sindicalismo propositivo, é marcada pela divergência interna. Para as oposições, como veremos adiante, esta escolha de “atuar por dentro” das regras das instituições capitalistas em busca de saídas para os dilemas econômicos do país, sem um propósito transformador mais definido, reduz a luta sindical ao pragmatismo, a proposição e negociação de “planos viáveis” para o desenvolvimento econômico. Desse modo, o imaginário anticapitalista e o questionamento do neoliberalismo ficam diluídos nas sensações de urgência e imediaticidade produzidos pela própria crise: negocia-se aquilo que é viável, aprova-se o que é possível. Ao invés de espaços de disputa com o projeto neoliberal e defesa dos trabalhadores, a luta institucional tem se mostrado um elemento desmobilizador ou mesmo legitimador do projeto capitalista. Aliás, a busca do consenso em torno de planos “exeqüíveis” acaba levando ao abandono de bandeiras históricas como ocorrido nas negociações com PNBE e FIESP sobre reforma tributária, em que a CUT abriu mão da tributação sobre grandes fortunas.

Para os dirigentes, a participação em negociações e fóruns institucionais não tem provocado a desmobilização dos trabalhadores, ao contrário, estes espaços têm sido fundamentais para a resistência e construção de alternativas ao neoliberalismo. Desde as já citadas negociações com governos até a participação na gestão e fiscalização de conselhos como o Codefat (responsável pela definição dos gastos e acompanhamento de programas financiados pelo FAT) têm oferecido à Central a possibilidade de defender suas propostas de políticas públicas e, conseqüentemente, fazer frente às políticas neoliberais. O que tem desmobilizado os trabalhadores, segundo os dirigentes, é a falta de organicidade da CUT que mais parece uma “federação de sindicatos” do que uma central propriamente dita. Além disso, recusar discutir alternativas às reformas propostas pelo governo e empresários coloca a central à margem dos debates e à reboque das transformações.

A proposta de reestruturação produtiva defendida pela CUT também caminha no sentido da democratização da gestão estatal. Ela precisa ser elaborada e conduzida por fóruns de decisão tripartites a exemplo das experiências na Câmaras Setoriais, do

Conselho de Desenvolvimento de Amparo ao Trabalho (Codefat), do PBQP, dentre outros. A CUT poderá, assim, enfrentar o problema do esgotamento do aparato produtivo brasileiro apresentando sua proposta de reestruturação produtiva fundamentada na dimensão social.

Reestruturação produtiva com desenvolvimento social.

Diante do quadro de reestruturação produtiva imposto pela globalização, a direção da CUT define como estratégico resistir, mas resistir apresentando suas alternativas. Estas falam que a reestruturação produtiva só pode ser pensada quando aliada ao desenvolvimento econômico e social com a plena incorporação dos trabalhadores e marginalizados à vida econômica e social do país. Como diretriz geral, a reestruturação produtiva deve pautar-se pela *“dimensão social da política industrial, educacional, agrícola e agrária, de pesquisa e desenvolvimento, de comércio exterior e de fortalecimento e ampliação do mercado interno, com a ampliação e a democratização das formas de produção e de apropriação dos bens e serviços produzidos”* (V Concut, 1994, p. 16).

O processo de reestruturação pode ser positivo quando possibilita a incorporação dos trabalhadores e excluídos da condição de produtores, consumidores e cidadãos. *“A central não se opõe à inovação tecnológica, organizacional ou, em linhas gerais, à modernização industrial”* (VI Concut, 1997, p. 45). Ao contrário, estas inovações podem ter um importante papel na valorização do trabalho e na promoção do bem-estar social. A elevação dos níveis de produtividade por elas permitida, se distribuídos, podem reduzir as desigualdades sociais, de renda, regionais e culturais. Mas, se inseridas num contexto conservador como o da globalização neoliberal, reforçam a exclusão social, o desemprego, a deterioração das condições de trabalho, dentre outras conseqüências negativas. O problema, segundo dirigentes, não está na reestruturação e modernização em si, mas quando a reestruturação é feita de forma espúria e conservadora, com corte de salários, pessoal e precarização do trabalho.

No Brasil, *“a atitude predatória e conservadora dos empresários, que encaram o trabalho como um custo e não como um valor fundamental no processo produtivo”* (VI Concut, 1997, p. 44) leva à utilização de mecanismos autoritários para a efetuação do

ajuste estrutural. Os meios privilegiados para a redução dos custos são o corte de salários, a alta rotatividade, o aumento da jornada de trabalho, o descaso com educação profissional e com as condições de trabalho e segurança e, por fim, o questionamento do direito à livre organização sindical.

É preciso ressaltar, no entanto, que para os dirigentes, o desemprego e a incapacidade do setor produtivo de gerar novos empregos não é resultado somente da difusão das inovações tecnológicas e do baixo crescimento econômico. Deve-se também à dificuldade encontrada por parcela do setor produtivo em modernizar-se e reestruturar-se. O aumento da concorrência externa e interna levou à redução dos níveis de produção e de emprego em muitas empresas ou até ao fechamento das mesmas.

Disso decorre a necessidade de interferir nos rumos da política econômica, em especial na definição da política industrial, cujo objetivo deve ser o crescimento econômico com modernização produtiva e desenvolvimento social. O cerne desta política deve ser o de compatibilizar a modernização com a redução das desigualdades. A abertura comercial deve respeitar a competitividade dos diferentes setores da economia. A redução de tarifas se daria dentro de um cronograma que permita a modernização dos setores de forma que a exposição à economia externa não traga efeitos negativos no emprego e na renda real. Por sua vez, o desenvolvimento industrial deve ser pautado pelo fortalecimento do mercado interno. Este deve ser incentivado por políticas públicas fiscais e creditícias condicionado à contrapartidas do setor privado em relação ao emprego, salários, preços, investimentos na *"capacidade produtiva e nas inovações tecnológicas geradoras de emprego"* (V Concut, 1994, p. 17). Estes objetivos sociais também devem abranger a ação do capital externo. A gestão desta política precisa estar assentada na democratização do Estado conforme ressaltado anteriormente.

Esta política industrial não pode deixar de estar acompanhada pela democratização das relações de trabalho com a garantia de autonomia e liberdade da organização sindical e a instituição do Contrato Coletivo de Trabalho. Frente à estratégia do capital de individualizar as relações de trabalho e excluir os sindicatos, o Contrato Coletivo de Trabalho apresenta-se como alternativa para ampliação das

garantias políticas e legais do processo de negociação coletiva. É uma forma também de unificar as lutas sindicais, atualmente segmentadas pelo corporativismo estatal, e tornar a legislação trabalhista¹⁵⁸ compatível com os novos tempos.

Compatível com os novos tempos também deve ser a atitude sindical frente à reestruturação produtiva e modernização tecnológica. Como vimos, a CUT não se opõe à modernização tecnológica a não ser que esta exclua trabalhadores. Se não se opõe, não pode recusar a inovação. Mesmo porque, de acordo com dirigentes, a experiência internacional, nacional e histórica demonstra que a simples recusa não resulta em conquista para os trabalhadores nem fortalece e amplia a representatividade dos sindicatos. Ao contrário, esta atitude sindical acaba excluindo os sindicatos e favorecendo o estabelecimento de vínculos individuais ou coletivos entre trabalhadores e empresários.

Para os dirigentes, afirmar simplesmente que as negociações em torno das inovações são sempre uma forma de cooptar trabalhadores para o projeto da empresa pode criar um distanciamento entre os trabalhadores e a orientação dos sindicatos. A atitude sindical deve *“ultrapassar os preceitos da aceitação passiva ou a recusa a qualquer iniciativa das empresas em promover mudanças”* (VI Concut, 1997, p. 45) para dar conta da complexidade deste processo.

Desse modo, tanto diante das reformas neoliberais quanto da reestruturação produtiva a resposta predominante nos documentos da central nos anos noventa é o da resistência propositiva. Resistir influenciando ativamente nos rumos da globalização dado ser este um processo em curso (a forma de inserção das economias nacionais no mercado global ainda não está concluída, diz o VI Concut, 1997:7). Influir também nos rumos da modernização tecnológica levada a cabo pelas empresas exigindo o acesso dos sindicatos à informações sobre mudanças e propondo alternativas que defendam os interesses dos trabalhadores. Não se trata de uma participação meramente defensiva que garanta alguns direitos dos trabalhadores, mas de uma participação ativa apresentando a forma cutista de distribuição dos aumentos de produtividade.

Esta postura, segundo dirigentes, não nega o caráter conflitivo das relações capital – trabalho. Mas este conflito não pode se resvalar na negação ou na simples

¹⁵⁸ Para os dirigentes, a instituição do Contrato Coletivo de Trabalho não implica no abandono completo

recusa de uma das partes. É preciso contrapor às idéias dos empresários e governos as idéias e propostas dos trabalhadores. Embora os marcos desta contraposição não sejam bem explicitados nas resoluções dos congressos nacionais, apontam na direção do reforço da luta institucional e da participação em fóruns de gestão tripartites.

Desse modo, se nos anos oitenta havia uma ênfase nas posturas de combate à política econômica do governo, nos anos noventa a “influência” passou a ser a postura dominante. Não é por acaso que os documentos falam tanto da necessidade da Central legitimar sua representação política nos espaços institucionais, pois é com esta legitimidade que pretende influenciar governos e empresários, não mais combater e enfrentar. Apesar de afirmar a impossibilidade de efetuar um pacto entre desiguais, acredita ser possível estabelecer relações mais democráticas no seio da sociedade capitalista¹⁵⁹. Esta influência propositiva pode até desencadear um processo de avanços no que se refere à participação dos trabalhadores tanto em fóruns de decisão quanto nos direitos de partilha do “produto social”. Porém, esta postura ignora o antagonismo estrutural existente entre capital e trabalho e a impossibilidade deste último de participar realmente das decisões de cunho estratégico, influenciando efetivamente as relações na produção¹⁶⁰.

Não pretendemos com essas considerações negar a importância do campo institucional como espaço de disputa de projetos antagônicos. Somente lembrar que neste espaço, aquilo que é permitido e aquilo que é interdito é definido de acordo com o modo capitalista de viver e produzir no qual o papel e as forças de cada um dos “interlocutores” está muito bem demarcado. Esta demarcação obedece parâmetros políticos, econômicos e sociais e não abstrações técnicas racionais. Limitar, pois, a luta sindical à conquista do direito de participar da legislação e administração nos marcos já

dos direitos e garantias assegurados pela CLT

¹⁵⁹ Este paradoxo pode ser explicado pela correlação de forças no interior da CUT. O peso das tendências mais à esquerda do espectro político-ideológico da central ainda asseguram alguns posicionamentos e bandeiras clássicas da luta política da central.

¹⁶⁰ Um dos exemplos de relações democráticas na produção mais destacados desde fins dos anos setenta foi o dos grupos semi-autônomos. Estes foram considerados um avanço na crítica ao taylorismo e na introdução de uma cultura inovadora nas relações de trabalho por estabelecer uma organização do trabalho em grupos cujas tarefas são definidas e estipuladas pelo próprio grupo, sem controle direto da gerência. Porém, um estudo das plantas da Volvo de Kalmar e Udevalla realizado por Palloix (1982) mostrou que a autonomia exercida pelas equipes de trabalho era limitada pelas cotas de produção estabelecidas pela direção. Em outro estudo Berggren (1989) mostrou que apesar das mudanças, nem o sistema hierárquico foi modificado, nem as prerrogativas dos quadros técnicos trocadas.

existentes pode até significar uma melhoria nas condições de vida e trabalho das classes subalternas, mas certamente não permite superar o horizonte ideológico do capital e muito menos construir uma nova sociabilidade.

A Agenda Cidadã.

Conforme exposto anteriormente, diante da reestruturação produtiva e do neoliberalismo os dirigentes da central propõem a implantação de um novo modelo econômico e social que promova a modernização tecnológica com inclusão social. No entanto, frente às mudanças observadas no mercado de trabalho, a CUT não pode deixar de atuar concretamente ampliando a agenda sindical com a incorporação de novos temas. Além de defender os interesses dos trabalhadores assalariados do setor formal da economia, é preciso agregar às pautas sindicais elementos que representem os interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora e do povo oprimido de modo a implementar uma **agenda sindical cidadã**.

“Uma nova agenda capaz de reconhecer e representar aspirações e necessidades do trabalhador para além do salário e que, em função de suas diferenças, seja de idade, sexo, raça, procedência, escolaridade, etc., sofre de forma diferente o impacto do desemprego, da diminuição de direitos e da exclusão” (VII Concut, 2000:11).

Isso significa agregar à luta sindical a luta por direitos humanos, o combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo, à discriminação racial, etc..

Ao mesmo tempo, a central precisa apresentar propostas específicas capazes de atuar mais diretamente no meio dos desempregados e dos setores marginalizados da sociedade. O envolvimento das entidades sindicais na gestão de políticas de emprego, trabalho e renda por si só já representa uma grande inovação para as relações do sindicato com sua base social e desempregados nesta década. Mas, esta inovação somente será mais efetiva com a ampliação do alcance destas políticas e a recuperação do ambiente econômico (ou seja, recuperar taxas históricas de crescimento da economia brasileira, melhorar a distribuição de renda, diminuir a jornada de trabalho para 40 horas semanais, ampliar os gastos com políticas públicas em geral e, especialmente, para o mercado de trabalho).

Mas, segundo dirigentes, enquanto um novo modelo de desenvolvimento não é criado, a CUT pode ir realizando tarefas para avançar na construção de um sistema público de emprego. A própria institucionalidade de financiamento das políticas de mercado de trabalho existente (SINE, FAT, etc.) deve ser tomada como ponto de partida para realização de tal propósito. Neste contexto destacam-se duas medidas: para o mercado formal de trabalho a CUT propõe sua atuação direta na intermediação da mão-de-obra e no acesso dos trabalhadores desempregados a alternativas de requalificação profissional ou linhas de financiamento ao empreendedorismo; para o mercado informal de trabalho, além das políticas de qualificação e requalificação profissional, é preciso criar alternativas de emprego e renda por meio da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS).

Esta última tem o propósito de construir e fortalecer as iniciativas de economia solidária como um modo de enfrentar o desemprego e exclusão social crescentes e criar um diálogo concreto com desempregados e demais setores marginalizados pelas grandes cadeias produtivas. Além de ser uma alternativa de geração de emprego e renda, a economia solidária, particularmente as cooperativas, representam uma contraposição às políticas neoliberais como demonstrado em muitos países onde o trabalho em cooperativas autênticas e de autogestão trouxe crescimento econômico a setores que mostravam-se inviabilizados. Mas, é preciso clarificar que a proposta solidária da CUT implica necessariamente o respeito às conquistas históricas dos trabalhadores diferenciando-se, portanto, da prática tradicional no cooperativismo brasileiro que promovem a precarização das condições de trabalho. Desse modo, a ação sindical deve dirigir-se para a construção de um novo cooperativismo popular (por meio da disseminação de empreendimentos econômicos solidários como as cooperativas autênticas e de autogestão) como alternativa ao falso cooperativismo e à precarização do trabalho e como modo de ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e novas oportunidades de trabalho.

Por fim, resta-nos colocar o problema do conceito de cidadania de que fala a proposta da agenda cidadã da CUT. Estaria esta afirmando as bases de uma cidadania de novo tipo, superando a dualidade entre trabalhadores do mercado formal e

trabalhadores do mercado informal? Embora possamos observar um avanço da prática sindical ao buscar incorporar os trabalhadores sem carteira ao seu raio de atuação, esta não modifica o modo de reprodução da força de trabalho. Ao contrário, ela aceita a diferenciação.

4.3 – UM QUASE SILÊNCIO: A FALA DAS OPOSIÇÕES.

A CUT é composta por um conjunto de forças políticas organizadas em torno de tendências expressando um variado e diferenciado espectro político-ideológico. Desde a sua fundação, a Articulação Sindical, composta sobretudo por “sindicalistas autênticos” (assim denominados em função de sua ação combativa dentro dos sindicatos oficiais) manteve a maioria nos congressos e na direção da Central. Como tendência majoritária, as resoluções aprovadas expressam, quase em sua totalidade, seu pensamento e posicionamento frente às mais diversas questões.

As correntes políticas minoritárias são formadas pelas “oposições sindicais” (lideranças sindicais originárias da luta fora da estrutura sindical oficial) e remanescentes dos grupamentos da esquerda trotskista ou leninista. Nos terceiro e quarto congressos, a visão e o posicionamento destes grupos podiam ser encontrados nas teses apresentadas para o debate. No entanto, o acirramento das divergências internas no congresso de 1991 levaram a maioria dos militantes a substituírem o confronto e a disputa entre teses pela aprovação de um “texto-base”. Este último expressa as posições da tendência majoritária e os pontos não consensuais são destacados e encaminhados para o debate como emendas. Se para a Articulação Sindical esta metodologia representou um avanço na construção da unidade da central, para as correntes à esquerda significou a diluição do seu discurso, um quase silêncio.

Apresentaremos a seguir a concepção de sindicalismo elaboradas pelas tendências à esquerda da CUT bem como considerações sobre a crise e reestruturação capitalistas procurando destacar os principais pontos de consenso e divergência. Esta análise basear-se-á nas teses apresentadas aos terceiro e quarto Concuts, nas

emendas apresentadas à tese base dos demais congressos e nos textos mais recentemente publicados pelos principais agrupamentos de esquerda, a saber, Alternativa Sindical Socialista (ASS), Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) e Corrente Sindical Classista (CSC).

4.3.1 – O sindicalismo cutista.

De um modo geral, as oposições vêem a CUT em seus primórdios de uma maneira semelhante à visão da tendência majoritária: uma CUT que nasceu no contexto da retomada do movimento operário em fins da década de setenta e em meio à crise da ditadura militar no Brasil. Uma central que foi fundada para dotar a classe trabalhadora de um instrumento necessário para a defesa dos seus interesses imediatos e históricos. Uma CUT que criticava radicalmente a estrutura sindical varguista e buscava romper com o peleguismo e populismo vigentes na prática sindical da época. Enfim, uma central independente e classista, democrática e socialista.

Esta central cresceu, conquistou importantes sindicatos controlados por direções pelegas, criou as CUT(s) regionais e estaduais, implantou-se em todas as regiões do país. Com o crescimento, ampliaram-se também a diversidade das forças políticas em seu interior cuja opinião, liberdade de expressão, organização em tendências e direito de participação nas instâncias decisórias proporcionalmente ao peso político de cada grupo eram garantidos pelo Estatuto da central. Porém, segundo as oposições, começaram a aparecer no interior da central propostas de mudanças visando maior estruturação interna, maior poder das direções e menor peso das bases. Estas foram consubstanciadas pelas modificações estatutárias do terceiro Congresso em 1988.

As mudanças nos Estatutos.

De acordo com as oposições, os novos estatutos aprovados no terceiro Concut feriram profundamente a democracia no interior da central, retirando das instâncias de base (sindicatos, oposições, plenárias) o papel preponderante na construção da central, transferindo-o para as direções sindicais. Tal medida corrobora o já iniciado processo de burocratização e esvaziamento das instâncias de decisão da central.

Além disso, o novo estatuto descaracterizou o projeto originário da central ao fortalecer seu papel de representante dos trabalhadores dos sindicatos filiados, ou seja, daqueles que participam formalmente do mercado de trabalho. Os setores menos organizados e mais dispersos da classe trabalhadora e as oposições sindicais passaram a ter menos expressão na vida e formulação da central com as reformas nos estatutos. A CUT que mobiliza e organiza as amplas massas com e sem carteira assinada foi perdendo espaço para a implantação de uma CUT de representação e negociação, aproximando-se do modelo das centrais sindicais européias. Conforme afirmam Giannotti e Lopes Neto (1991:46):

“Neste Concut (terceiro) começou a ser gestada uma visão de central muito próxima do sindicalismo europeu, caracterizado por centrais de sindicatos, fortemente verticalizados, que representam os sindicalizados, e por uma política que limita o papel das centrais a instrumentos de mediação das condições e da venda da força de trabalho, sem contestar o sistema capitalista. Isto está em contradição não só com a nossa realidade sócio-econômica, na qual quase metade dos trabalhadores está excluída do mercado formal de trabalho e onde nem sequer existem sindicatos organizados em muitos setores econômicos, como também está em contradição com os princípios e objetivos da CUT de combinar as lutas imediatas com uma perspectiva socialista”.

Assim sendo, o que estava em jogo com as modificações nos estatutos era a definição dos rumos da central. Segundo as oposições, a Articulação Sindical estava disposta a tudo para implementar sua visão de central. As mudanças no terceiro Concut garantiram a ela a maioria necessária para implementar seu projeto de central. Utilizou-se mesmo da fraude para manter seu controle sobre o quarto Congresso. Precisava

vencer as esquerdas de qualquer modo. Um dos integrantes da Articulação chegou a declarar no Jornal da Tarde de 12/09/91 que no primeiro congresso a direita foi vencida e no quarto livraram-se da esquerda (apud Giannotti e Lopes Neto, 1993:54).

Desse modo, para as oposições, o tensionamento e acirramento da disputa durante o quarto congresso (1991) comprometeu seriamente a democracia interna da CUT e a sua própria unidade. Diante disso a esquerda afirma ser indispensável o resgate do caráter plural e democrático da CUT, pois somente assim poderá ser mantida a unidade de ação e a central ser reconhecida enquanto direção única dos trabalhadores.

Entre o socialismo e a social-democracia.

Quase caladas as resistências e face às debilidades dos setores de esquerda, também atingidos pela burocratização e envolvidos em disputas sectárias, ganhou terreno a disposição de acomodar a CUT ao perfil social-democrata de ação e organização sindical. Embora esta disposição não aparecesse explicitamente na tese da Articulação Sindical, ela estava presente nas declarações de vários dos seus dirigentes e nas decisões tomadas pela direção nacional de participar de entendimentos com governos e patronato.

Conforme as oposições, nos seminários e reuniões realizadas pela central tornou-se comum a defesa de propostas como “abandonar a grevilha”, ter um projeto global com alternativas de desenvolvimento econômico, político e social a longo prazo, concentrar-se na busca da redistribuição de renda com metas de participação dos salários na renda nacional, participação da CUT na elaboração e execução das políticas estatais de bem-estar. Afirmam estar superado o “sindicalismo reativo” e contestatório sendo necessário substituí-lo por um “sindicalismo participativo. “O movimento sindical deve aprender a dizer sim”, sintetiza, a alta direção da CUT, a nova postura.

A vitória de Collor em 1989 e o impacto já nos primeiros meses da política neoliberal por ele implementada reforçou esta nova postura. Na verdade, como colocam

Giannotti e Lopes Neto (1993), não houve uma compreensão clara sobre as consequências da política realizada pelo novo governo. A direção da central não tomou iniciativa nem posicionou-se nitidamente contra Collor:

“... Enquanto a Força Sindical atua na defesa política e ideológica das principais medidas do projeto Collor, a CUT permanece tímida e insegura, com medo de isolar-se, de ser repudiada pela onda da moda neoliberal mundial. Na realidade, dentro da Central, havia visões confusas e até contrárias. O programa de privatização, na visão de alguns, não seria tão ruim assim. De modo mais global, começava a tomar forma, na CUT, a idéia de que o Brasil era um barco se afundando... todos deveriam procurar salvá-lo. Era preciso pensar grande, ter políticas globais, ativas, propositivas, participativas, não só de negação...” (Giannotti e Lopes Neto, 1993:51-2).

Nesta perspectiva inscrevem-se as decisões tomadas pela maioria da direção nacional de participar de “reuniões de entendimento” com setores empresariais e com o governo Collor em 1990, contrariando sua tradição política e as próprias deliberações do terceiro Concut. Por apenas dois votos de diferença, a executiva nacional da CUT resolveu comparecer ao Entendimento Nacional convocado pelo governo Collor ao mesmo tempo que suspendeu a greve geral de 12/06/1990. Se o ano de 1989 ficou marcado como o ano da greve geral e do movimento que quase elegeu um representante dos trabalhadores, o ano de 1990 ficaria conhecido como o ano em que a CUT foi ao pacto social.

Para as oposições, o resultado deste entendimento foi nulo. Aliás, trouxe grande prejuízo para os trabalhadores ao desmobilizar e isolar greves em andamento e ao confundir os trabalhadores. O governo Collor, por outro lado, ganhou uma imagem “moderna”, madura, acima do conflito das classes, capaz de defender o bem-estar social e salvar o Brasil. Ao sentar-se com Collor, a CUT acabou por atuar no processo de legitimação e viabilização do plano “Brasil Novo”.

Vários outros exemplos reforçam esta nova perspectiva política adotada pela central. A participação nas Câmaras Setoriais foi colocada pela ala majoritária da CUT como a resposta concreta e possível diante do neoliberalismo e os prejuízos por ele trazidos à classe trabalhadora: o desemprego e a queda dos salários, o fechamento de fábricas. Para as oposições, ao contrário, as câmaras setoriais são uma espécie de

“pacto social” disfarçado. O que é pior, um pacto “localizado”, pois pretendem obter vantagens para uma parcela da classe trabalhadora através da diminuição de impostos pagos pelas empresas, impostos estes que poderiam ser investidos em saúde, educação, habitação, etc.¹⁶¹. Se, de um lado, esta busca por resultados concretos, tangíveis promovem a defesa dos interesses imediatos da categoria, de outro lado, leva à despolitização do movimento e à perda da perspectiva da luta pelos interesses históricos dos trabalhadores, pelo socialismo.

Além disso, a política das Câmaras Setoriais é uma política de concertação entre capital e trabalho, que reconhece ao primeiro o direito de existir, explorar e ao segundo o dever de atender aos interesses de seus exploradores desde que respeitem algumas condições. Os acordos tripartites podem até melhorar as condições de vida dos trabalhadores (ou parcela destes), mas restringe a luta à institucionalidade capitalista. Não coloca como perspectiva a construção de uma nova ordem, de uma nova “civiltà”. Desse modo, acaba comprometendo-se com o avanço das instituições democráticas nos termos postos pela sociedade capitalista, ou seja, uma democracia baseada num “jogo de regras acatadas entre partes juridicamente reconhecidas como iguais”¹⁶². Estamos todos no mesmo barco chamado Brasil e o trabalho precisa abandonar a luta de classes em prol do “atendimento dos interesses das partes em conflito”, da “interlocução” entre os agentes sociais.

De acordo com o Movimento por uma tendência socialista (MTS), o acordo do setor automotivo realizado entre o governo Itamar, sindicato patronal e sindicato dos metalúrgicos do ABC ofereceu resultados positivos somente para as montadoras. O acordo previa a produção de “carros populares”, voltada para o mercado interno em

¹⁶¹ Além de implementar o compromisso de parceria, as câmaras promovem o insulamento dos diferentes setores das classes trabalhadoras, alimentando o *“exclusivismo ou egoísmo de fração”*. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista lutaram por vantagens fiscais e creditícias para seu setor, em detrimento da grande maioria dos trabalhadores e propuseram soluções para os problemas do seu setor que colidiam com propostas e interesses dos trabalhadores de outros setores. Exemplo disso foi a defesa e obtenção de facilidades para as montadoras importarem máquinas e equipamentos para modernização de seu parque, contrariando a reivindicação dos sindicatos de trabalhadores de máquinas e equipamentos, que pleiteavam a proteção do setor de bens de capital (Boito, 1999:166).

¹⁶² Oliveira (1999) vê a câmara como *“espaço e construção de defesa de interesses”* em que os resultados mais gerais eram produzidos através do atendimento dos interesses das partes em conflito. Esta teria surgido a partir do reconhecimento de que os interesses dos atores sociais envolvidos seriam melhor recompensados através do *“abandono da estratégia da soma zero”*. Era uma experiência que poderia ter alterado completamente o cenário das relações de trabalho no Brasil, principalmente a partir da discussão do contrato coletivo de trabalho, não fosse seu abandono por empresários e governo.

troca da redução de impostos, manutenção do emprego e salários sem reajuste. Com isso, o “carro popular” passou a representar 60% da produção das montadoras indo de 1 milhão e 74 mil em 1992 para 1 milhão e 635 mil veículos produzidos em 1995 (aumento de 19%). O emprego, no entanto, reduziu de 117 mil em 1990 para 103 mil em 1995. Enquanto o emprego diminuiu 9%, a produtividade por empregado aumentou 96%.

“A aliança com a patronal para desenvolver o “mercado interno” resultou em desemprego e arrocho nos salários para os trabalhadores e aumento dos lucros para os patrões. O tal “Projeto alternativo ao neoliberalismo” dentro do capitalismo, proposto pela Articulação esbarra no lucro da patronal que a articulação não está disposta a questionar” (teses do MTS, s.d., p. 15).

Vale ressaltar aqui a questão da negociação. Quando, como e em que medida negociar com patrões e governos? Quando tratam destas questões, as teses das oposições, de uma maneira geral, não excluem a possibilidade de realizar negociações, mas procuram delimitar seus marcos. Estes estão relacionados à correlação de forças na sociedade e ao momento da luta dos trabalhadores. A negociação com patrões e governo aconteceria sempre que a luta assim a exigisse e, o mais importante, tendo em vista a impossibilidade de compatibilizar os interesses dos trabalhadores com o projeto neoliberal. No que se refere à negociação em torno de questões específicas, envolvendo setores fora do campo democrático-popular, a corrente sindical “CUT pela base”¹⁶³ entende que estas não poderão ser vistas pela central como espaços para formulação de políticas alternativas e projetos setoriais ou globais, mas como espaço de negociação da sociedade civil em questões pontuais no confronto com o governo - por exemplo, a defesa da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo, a defesa da CSN, a limitação das medidas provisórias do Executivo, e outras. (teses para o IV Concut, 1991, p. 111). Esta avaliação reforça ainda mais a oposição à política das câmaras setoriais.

Um outro exemplo bastante salientado e motivo de acirradas disputas no interior da central foi a decisão, tomada pela Quinta Plenária Nacional da CUT (1992), de

¹⁶³ Atualmente os grupos integrantes desta corrente articulam-se em torno da Alternativa Sindical Socialista.

filiação à Confederação Internacional de Organizações Livres (CIOSL). Para as oposições, esta decisão reforçava as mudanças políticas e ideológicas nos rumos da central. A CIOSL tem como orientação política a negociação nos marcos da ordem capitalista e o arranjo de interesses entre o capital e o trabalho, contradizendo as premissas socialistas e de independência da CUT. Como coloca a CUT pela base, “a concepção e prática sindical da CUT não encontram correspondência em nenhuma das centrais sindicais mundiais. A filiação à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), defendida por dirigentes da Executiva Nacional da CUT, e o compromisso com as concepções e práticas sindicais nela existentes são danosas à constituição de um pólo classista, combativo, solidário e democrático no plano internacional” (teses para o IV Concut, 1991, p.113).

Em suma, a política implementada pela direção da central – desde a participação no Entendimento Nacional do governo Collor, a utilização das Câmaras Setoriais como meio privilegiado de ação sindical, as manifestações realizadas em conjunto com empresários, a assinatura da proposta de reforma tributária juntamente com FIESP e outras entidades empresariais, as negociações pontuais em torno das reformas constitucionais propostas pelo governo – parte do pressuposto de que é possível solucionar os problemas dos trabalhadores através da realização de pactos com governos e empresários. Abandona-se a luta classista e pelo socialismo em troca das negociações, dos pactos, da atuação nos limites estabelecidos pelo próprio capitalismo. Os resultados além, de estarem longe dos esperados (não tem alcançado os objetivos determinados, como, por exemplo, os empregos gerados e/ou mantidos pelas Câmaras Setoriais), vêm transformando a Central em um instrumento de conciliação de classes, incapaz de construir um projeto coerente e unificador de resistência e alternativa ao neoliberalismo.

Por fim, todas estas mudanças de rumo na política da central deixaram-na desarmada para o enfrentamento do neoliberalismo e das políticas de reformas na produção. A defesa da “influência propositiva” e a participação em pactos sociais e setoriais confundiu os trabalhadores, introduziu práticas que, ao invés de defender seus interesses imediatos e históricos, legitimaram o incipiente processo de mudanças do capitalismo no Brasil.

4.3.2 – A paralisia frente ao projeto neoliberal.

A implantação do projeto neoliberal após a vitória de Collor nas eleições de 1989 jogou o movimento sindical na defensiva. Logo nos primeiros anos, a recessão, o arrocho salarial e o desemprego enfraqueceram as lutas sindicais. Ao mesmo tempo, as novas técnicas de organização e gestão do trabalho introduzidas, principalmente à partir da abertura econômica, criaram novas formas de controle e integração dos trabalhadores aos objetivos do capital. Além disso, a crise do socialismo real instaurou um clima de descrédito e desilusão mundial afetando enormemente os movimentos identificados com a luta pelo socialismo.

Neste quadro de refluxo das lutas sociais e ofensiva do capitalismo, a CUT, segundo as oposições, mostrou-se incapaz de organizar um movimento político global de combate ao projeto neoliberal. Aliás, a central teve uma postura marcada por impasses, recuos e vascilações diante das propostas das classes dominantes. Participou do “entendimento” proposto por Collor, das Câmaras Setoriais. Posicionou-se contra a campanha “Fora Collor” num primeiro momento e quando engajou-se não deu a ela um caráter mais político. Ao invés de combater o projeto neoliberal, diluiu-se na luta contra a corrupção e pela “Ética na Política”. Durante o governo Itamar, manteve uma postura também vascilante quando preocupou-se mais com a garantia da sua governabilidade do que com o ataque às políticas neoliberais. Todas estas decisões deixaram o movimento sindical paralisado na sua capacidade de fazer frente ao projeto neoliberal.

Se, de um lado, esta paralisia pode ser explicada pelo avanço da reestruturação na sociedade capitalista, de outro lado, é fundamental destacar a mudança de perspectiva do sindicalismo cutista e o processo de burocratização interna.

“A estratégia votada no IV Concut abandonou – de fato – essa estratégia transformadora (ruptura com capitalismo e construção do socialismo) em favor da constituição e do fortalecimento de um chamado “campo democrático e popular” que viabilize o chamado “crescimento com distribuição de renda”. É essa definição estratégica que tem norteado a ação da central nos últimos anos. E é em nome dela que cada vez mais se afirma uma prática conciliadora da CUT, buscando “consenso” com os patrões e

governos nas Câmaras Setoriais, participando de tudo quanto é conselho criado pelo governo para uma “gestão mais democrática” do Estado (capitalista é bom que se diga). No entanto, o modelo aplicado e defendido pelo conjunto da patronal é concentrador de renda e se baseia numa deterioração cada vez maior do nível de vida da maioria da população. E, ao buscar conciliação com interesses da patronal, os companheiros que defendem essa concepção acabam se adaptando à aplicação das políticas deles” (emendas para tese base do V Concut, 1994, p.07).

Conforme ressaltado anteriormente, a tendência majoritária vem aproximando-se das formulações do sindicalismo social-democrata cujo pilar básico é a crença na democratização do capital. Isso quer dizer que os trabalhadores podem participar como cogestores (junto com capitalistas e burocratas) no desenho de uma forma de capitalismo em que seus representados obtenham algum ganho. Esta crença é reforçada pela convicção de que seu papel como “representante” dos trabalhadores será respeitado e os acordos firmados serão honrados. Já que há esta busca por reconhecimento também reconhece-se a legitimidade dos seus parceiros. Este tipo de ação sindical ganha dimensões mais complexas quando importantes sindicatos filiados à CUT passam a negociar toda sorte de acordos em torno da reestruturação produtiva, terceirização, Participação nos Lucros e Resultados, etc. visando o que eles chamam de assegurar minimamente alguns direitos e o emprego.

Desse modo, a luta sindical abandona a perspectiva socialista e acomoda-se ao que é permitido e interdito pelo ordenamento capitalista. A CUT perde não somente a eficácia no combate às políticas da reestruturação capitalista como também a capacidade de ser instrumento de unificação de toda a classe trabalhadora e de luta pelo socialismo.

4.3.3 – Por uma outra estratégia sindical.

Para as oposições, a adoção da estratégia social-democrata fere os ideais socialistas e classistas da “CUT das origens”. Neste sentido é fundamental resgatar estes ideais. Ou seja, para a esquerda, a estratégia sindical da CUT deve partir de uma crítica radical ao capitalismo, da afirmação da impossibilidade de realização de pactos

entre capital e trabalho, e da articulação das lutas de resistência com as de construção da sociedade socialista.

É claro que o mundo, e especialmente o mundo do trabalho, já não é mais o mesmo dos tempos da fundação da CUT e que estas mudanças exigem uma adequação. No entanto, para as oposições, as modificações ocorridas e os desafios por elas trazidos colocam a necessidade de reafirmação dos princípios que nortearam a construção da CUT e não da mudança de estratégia tal qual propõe a tendência majoritária. Frente ao neoliberalismo, a CUT precisa Ter uma posição firme e clara de enfrentamento, sem cair no canto da modernidade e da adaptação ao projeto do adversário.

A CUT pela base, nas teses preparatórias ao IV Congresso, afirma que para construir uma direção classista, a central precisa: primeiro, colocar-se explicitamente como oposição ao governo neoliberal, rejeitando qualquer participação em pactos sociais e aprofundando a ingovernabilidade para deter efetivamente a ofensiva neoliberal; segundo, a institucionalidade capitalista não pode ser o campo central de elaboração e decisão sobre os rumos do projeto dos trabalhadores. Embora a luta institucional tenha importância na conquista de algumas reivindicações, precisa estar articulada à luta de massas, às grandes mobilizações e greves, à ação direta dos trabalhadores; terceiro, o projeto neoliberal precisa ser enfrentado não só através da resistência as suas iniciativas, mas principalmente da construção do projeto alternativo dos trabalhadores; por último, a realização deste objetivos está relacionada à capacidade da CUT e demais organizações populares articularem-se em torno de um projeto classista, anticapitalista, socialista e disputarem com o projeto neoliberal. Ou seja, da capacidade de criar uma nova hegemonia.

Não se trata aqui da hegemonia definida pela tendência majoritária que fala de disputar na sociedade civil as melhores propostas para resistir ao neoliberalismo e realizar as "reformas populares". Não pode-se esquecer que a sociedade civil é composta por classes sociais com interesses antagônicos. Quando a CUT realiza manifestações conjuntas com setores empresariais (FIESP) admite ser possível conciliar os interesses daqueles que demitem, precarizam, flexibilizam com os daqueles que estão submetidos à exploração, redução de salários e empregos, à flexibilização de

direitos. A hegemonia dos trabalhadores, ao contrário, deve ser obra deles próprios, com base em um programa comum e em suas próprias instituições.

Neste termos, a estratégia sindical adequada ao enfrentamento do neoliberalismo e construção da sociedade socialista deve privilegiar a mobilização, a luta direta de massas; a preservação da independência dos trabalhadores, rechaçando a conciliação de classes, o tripartismo e a parceria; a conscientização e organização dos trabalhadores; a estruturação da CUT a partir da base, com o fortalecimento dos mecanismos de controle e participação destas nas várias instâncias da central, enfim, uma CUT efetivamente democrática, classista, socialista.

Por uma resposta classista à reestruturação produtiva e ao neoliberalismo.

Segundo as oposições, setores do sindicalismo internacional e a tendência majoritária da CUT encaram o processo de reestruturação da economia como inevitável, porém passível de modificações. Para a direção da central, é possível influir nos rumos da globalização dado ser este um processo em curso. É possível torná-la mais democrática e menos excludente. Neste sentido, acreditam que ocupar os espaços de discussão abertos pelos organismos internacionais que monitoram a economia mundial (FMI, Banco Mundial) e por governos neoliberais pode viabilizar a introdução de políticas sociais ("cláusulas sociais" nos acordos internacionais, políticas de distribuição de renda, políticas compensatórias, etc.) e, assim, combater os efeitos negativos da globalização.

Para as oposições, ao contrário, esta crença subordina o movimento sindical aos ideais e objetivos impostos pelo capital internacional. Ela abre mão do combate político ao capitalismo e renuncia a solidariedade internacional entre os trabalhadores. É uma política ilusória à medida que afirma a possibilidade de dar um conteúdo "social" às políticas de ajuste que perpetuam a dependência e ampliam a exploração, o desemprego, a exclusão e a miséria. Além disso, este conteúdo social deixa de lado questões como salário e nível de emprego.

Se o capitalismo nos seus primórdios tinha a capacidade de incorporar setores crescentes da população e que o movimento social conseguiu conquistar direitos

importantes, atualmente, o capitalismo só sobrevive ampliando a exclusão e a regressão social. Isto pode evidenciar-se na ameaça à natureza, na destruição de comunidades inteiras através da fome, das guerras e do desemprego. Neste sentido não há como combater os “efeitos negativos da globalização se não colocar no centro do combate a causa destes efeitos, a saber, o sistema capitalista. *“A alternativa ao neoliberalismo é a luta dos trabalhadores, é a resistência que prepare a ação mais geral do conjunto da nossa classe contra a exploração desenfreada”* (teses do MTS, s.d., p. 10).

Não cabe, pois, à CUT apresentar uma proposta de desenvolvimento econômico-social que legitime a exploração. Mesmo a proposta de ampliação do mercado interno centrada no estímulo ao setor de consumo de massa é criticável por não considerar a importância estratégica da produção de bens de capital. Esta última continua nas mãos do grande capital internacional, aberta ao investimento externo, gerando tecnologia que economiza trabalho. O desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil deveria estar baseado no controle do setor de produção de bens de capital. A tendência majoritária da CUT, ao abrir mão deste controle em prol de uma inserção à globalização e do desenvolvimento do mercado interno, abandona o projeto de desenvolvimento efetivamente soberano. Nos marcos do capitalismo, não há estratégia que possa gerar emprego e mercado interno. Só a rejeição ao papel imposto ao Brasil pela globalização imperialista poderia gerar o desenvolvimento do ponto de vista dos trabalhadores. Para promover este programa radical, somente uma aliança entre trabalhadores da cidade e do campo e setores marginalizados unidos contra os patrões poderia construir a hegemonia dos trabalhadores.

Na estratégia de desenvolvimento do Brasil sobressaem propostas de ruptura com o sistema capitalista. O MTS, por exemplo, propõe a reestatização das empresas privatizadas, a estatização do sistema financeiro, aumento do grau de controle sobre o sistema econômico via taxação e fiscalização, promoção da reforma agrária, da redução da jornada de trabalho e de um plano de obras públicas. Estas iniciativas se complementam com a suspensão do pagamento das dívidas interna e externa, nacionalização dos grandes grupos nacionais e multinacionais e a saída do Brasil de

todos os organismos internacionais que subordinam o país às políticas imperialistas (OMC, FMI, OEA).

No que se refere à reestruturação produtiva, esta não deve ser encarada como tendo duas naturezas, uma boa e outra ruim, tal qual faz a tendência majoritária da CUT. Segundo esta última, a reestruturação produtiva é ruim no Brasil porque o país não possui políticas indutoras da competitividade social. Ora, em qualquer lugar do mundo a reestruturação produtiva está voltada para aumentar a exploração dos trabalhadores através do crescimento do desemprego, da precarização, da terceirização, da flexibilidade da jornada de trabalho (banco de horas) e dos salários (PLR), do crescimento dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais. O sentido da reestruturação produtiva é o do aumento da produtividade e dos lucros.

Por isso, a estratégia da CUT deve centrar fogo na resistência dos trabalhadores e na defesa dos seus direitos e das suas organizações. Exigências estas incompatíveis com a lógica da parceria. Neste sentido, uma estratégia classista para enfrentar a reestruturação produtiva deve buscar desenvolver a solidariedade entre os trabalhadores a nível de empresa, ramos, país e todo o mundo, rejeitar a precarização das relações de trabalho e flexibilização dos direitos, rejeitar o estabelecimento de metas de produção, qualidade, assiduidade nos acordos de PLR, recusar acordos de reestruturação que não garantam, pelo menos, a manutenção dos postos de trabalho existentes; saída da CUT de todos os órgãos e instituições que visam a realização da reestruturação produtiva, como o PBQP; organização dos trabalhadores e sindicatos no local de trabalho; redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários; fim da flexibilização da jornada de trabalho e das horas-extras; estabilidade no emprego para todos os trabalhadores; ampliação do seguro desemprego.

4.3.4 – A estrutura sindical da CUT: críticas ao sindicato orgânico.

A proposta do sindicato orgânico vem sendo colocada pela tendência majoritária da central como um meio fundamental para a necessária e desejada transformação da estrutura sindical, livrando-a do que ainda resta da herança getulista e adequando o

modo de funcionamento e estruturação dos sindicatos ao modelo sindical cutista (estrutura construída a partir da base, democrática, independente dos patrões e do Estado, que supere a fragmentação da estrutura atual e voltada para a luta). As oposições também defendem a modificação da forma de estruturação sindical, porém não concordam que a proposta do sindicato orgânico seja capaz de efetivamente adequar a organização dos sindicatos hoje aos princípios que nortearam a construção da CUT. Ao contrário, a proposta fere princípios fundamentais da organização da CUT, a saber, a democracia, o respeito à autodeterminação e à soberania das decisões da base.

Ao transformar o sindicato em instância da CUT, sua autonomia estaria limitada pela subordinação às diretrizes das instâncias da central. A direção passaria a ter poder de negociação e contratação, independente da autorização dos sindicatos. O sindicato perderia ou poderia ter restrita a sua capacidade de ser um canal de expressão dos seus associados. Dessa forma, a possibilidade de ter opiniões divergentes, ou mesmo contraditórias, das opiniões e decisões da direção da central estaria limitada pela organicidade, colocando a perder um elemento fundamental de equilíbrio, legitimidade e democracia da CUT (a diversidade de opiniões). Isso pode comprometer seriamente a pluralidade política no interior do movimento sindical à medida que a proposta do sindicato orgânico busca enquadrar burocraticamente as diferenças, procurando abafá-las através da imposição vertical de diretrizes. Termina, desse modo, por assimilar a cultura burocrática presente no sindicalismo oficial (textos em debate, VI Concut, p. 107).

Para as oposições, a concentração de poderes nas mãos da direção da Central tende a agravar os problemas de cupulismo e burocratismo uma vez que a base estaria ainda mais longe do poder de deliberação. Embora os defensores do sindicato orgânico afirmem que as decisões das instâncias de base continuarão soberanas, as oposições não vêem sentido em concentrar tamanho poder na cúpula da estrutura, a não ser que o objetivo seja limitar o poder da base. Um indício disso foi o próprio processo de votação desta proposta na VII Plenária sem que fossem realizados debates nos 2500 sindicatos filiados à CUT. Além disso, uma forte centralização administrativa poderia definir equivocadamente toda a ação sindical segundo o ponto de vista das grandes

corporações, não levando em conta a enorme diversidade cultural, regional, de inserção econômica, de opiniões políticas existentes no Brasil.

A unidade dos trabalhadores no sindicato de base é um outro grave problema levantado pelas oposições. O modelo do sindicato orgânico aprofunda a divisão dos trabalhadores ao estimular a criação de um sindicato para cada central ou partido político. Como instância da Central o sindicato representaria somente os trabalhadores cutistas. Isso contraria questões fundamentais para a CUT porque, primeiro, a central não concorda com o monopólio de representação sindical e sempre lutou por liberdade de organização para aprofundar a unidade entre trabalhadores e entidades e, segundo, porque o fortalecimento da unidade é primordial para o enfrentamento dos desafios colocados pelo neoliberalismo.

Por fim, para as oposições, a proposta do sindicato orgânico termina por facilitar a implementação do projeto político defendido pela tendência majoritária. É uma espécie de coroamento do processo de inflexão da ação sindical cutista e das medidas restritivas a participação implementadas pela tendência majoritária a partir do III Concut (restrição ao espaço das oposições, alteração nos critérios de participação nos Congressos Nacionais que reduziu o número de delegados, principalmente os de base, reforço da estrutura vertical, permissão para que os delegados às plenárias estaduais possam ser indicados pela direção das entidades, etc.). A transformação da CUT numa central propositiva e conciliadora somente pode efetivar-se com o enquadramento político dos sindicatos filiados e exclusão das bases no processo de decisão política.

4.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos neste capítulo um pouco da “fala do trabalho” frente ao complexo processo de mudanças no seio da produção e Estado capitalistas. Se, de um lado, nossa análise limita-se a apresentar apenas uma face da rica experiência das classes trabalhadoras e encontra-se restrita ao estudo dos documentos sindicais, de outro lado, ela apresenta questões fundamentais sobre as escolhas políticas dos grupos

subalternos. Estariam estas voltadas para a emancipação ideológica destes grupos ou revelariam ainda sua dificuldade e/ou incapacidade de colocar-se numa perspectiva hegemônica, de construção de um novo Estado?

Poderíamos aqui afirmar o despropósito desta questão uma vez que o movimento sindical, objeto de estudo deste capítulo, tem um caráter predominantemente econômico-corporativo, ou seja, de defesa dos “interesses imediatos”, das condições de vida e trabalho das classes subalternas. Ora, numa leitura economicista, este pode ser bem o caráter e ideal do sindicalismo. Porém, numa perspectiva de construção da hegemonia das classes trabalhadoras, o desafio é ultrapassar o caráter econômico da organização sindical e pensar o sindicato como um instrumento de organização classista e revolucionária.

Conforme vimos, a história da CUT inscreve-se neste segundo panorama, ou seja, ela foi criada para ser um instrumento de defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Pudemos perceber também o significado diverso dado a esta questão pela direção (tendência majoritária) e pelas oposições.

Para os dirigentes, defender os interesses dos trabalhadores significa lutar pelo “socialismo” sem esquecer-se das tarefas do cotidiano e levando em consideração as profundas mudanças efetuadas pelo capital. Estas últimas exigem do movimento sindical uma nova postura, um novo método de combate capaz de enfrentar os novos desafios. O mundo mudou, o capitalismo também, o socialismo está em crise e o sindicalismo dito moderno precisa acompanhar estas mudanças implementando uma prática “eficaz”.

Para a direção, esta eficácia só pode ser alcançada pela estratégia da resistência/influência propositiva. Esta parte do pressuposto que a reestruturação produtiva implementada pelo capital pode ter um caráter positivo quando aliada às estratégias de desenvolvimento econômico-social. Se os empresários estiverem dispostos a abrir mão da “exploração espúria” e introduzirem medidas “democráticas” na relação capital-trabalho, os trabalhadores podem ganhar e assegurar melhores condições de vida para a população. Fica evidente a incorporação em seu discurso de concepções tão combatidas pela CUT desde sua fundação.

Interessante notar na formulação dos dirigentes sua visão sobre as inovações tecnológicas. Ao mesmo tempo em que são percebidas como mecanismo de controle e dominação capitalista sobre o trabalho, elas são fonte de progresso humano. A questão que se coloca para a central, então, é a do “uso” feito das novas tecnologias: estas tanto podem aprisionar quanto libertar.

Se, por um lado, esta afirmação pode expressar um entendimento “político” da tecnologia mostrando que ela é objeto de escolha (liberdade ou dominação), por outro lado, ela não explicita os limites desta escolha. Parece que a questão se restringe a fazer “bom ou mau” uso de algo dado - tecnologia. Ora, a tecnologia expressa as relações antagônicas do capitalismo, ela incorpora, na sua maneira de operar, a destreza e a habilidade do trabalhador, buscando aprisionar gesto e criatividade humana às exigências da acumulação. Mais do que isso: o processo de subsunção combinado real e formal das classes trabalhadoras ao capital cria e recria as classes sociais. Não se trata, pois, de uma relação externalizada em que cabe aos trabalhadores/sociedade condicionar ou influir no seu desenvolvimento e muito menos uma relação neutra cuja expressão pode libertar o homem.

A compreensão dessa questão traz desdobramentos para a definição das políticas da central frente a modernização tecnológica. Ao aceitar a tecnologia como dada e vê-la como tendo papel importante na “valorização” do trabalho, a direção da central não pode se opor a inovação e modernização industrial. Mais do que isso: deseja-a como se dela decorresse a própria possibilidade de emancipação. Se nos primeiros congressos ela indicava a necessidade de adotar o estudo e troca de experiências com outras centrais como modo de ampliar a capacidade do movimento sindical de responder às inovações, nos últimos, sai em defesa do empresariado nacional a quem se deve dar os instrumentos para se modernizar e enfrentar a concorrência internacional. Ao criticar a postura de recusa sindical às iniciativas das empresas em promover mudanças, indica a participação e negociação como alternativa para enfrentar os problemas oriundos da modernização tecnológica.

O problema é que os marcos dessa participação e negociação não são bem definidos pela central (pelo menos nos termos dos congressos). Na medida em que se abre para negociar, não somente influencia, mas também é influenciado. Daí a

necessidade de ter “consciência dos próprios fins”, ou seja, do projeto que quer implementar e o suporte para construí-lo.

Decerto, a direção da CUT aponta o socialismo e o projeto democrático-popular como perspectiva de transformação política mais geral. No entanto, o modo de encaminhamento deste projeto vem mudando. A ênfase vem sendo dada à organização vertical e capacidade de negociação, sendo os recursos dirigidos para este plano. Neste sentido, torna-se fundamental para CUT afirmar seu papel de interlocutora, credenciando-a como representante dos trabalhadores e relativizando a imagem da central combativa que preconizava o confronto com o patronato.

Se no segundo Concut o caminho para o socialismo era o da conscientização dos trabalhadores (em relação a si mesmos e ao seu projeto) e do confronto entre projetos, no sexto, ocupar espaços “chaves” para poder “influenciar” os rumos da reestruturação e globalização ganha grande importância. Por isso, a reestruturação produtiva em si não é passível de crítica, mas a forma como ela é implementada - por exemplo, o modo como os empresários “retrógrados” efetuam as modificações, não valorizando o trabalho e promovendo demissões em massa. Do mesmo modo, a submissão das elites brasileiras ao projeto neoliberal impede a adoção de uma estratégia “ativa” de reestruturação produtiva com geração de emprego.

Nestes termos, a elaboração da resposta da direção cutista à reestruturação produtiva e ao neoliberalismo, embora não coloque o progresso técnico como motor último da história, pensa a tecnologia como fonte de libertação humana e não como expressão de relações sociais antagônicas. Aqui a ciência e a tecnologia são vistas como uma possibilidade de resolver as contradições sociais desde que delas se faça um “bom uso”. Ao enfatizar a postura da negociação buscando influir nos rumos da globalização e assegurar os “interesses dos trabalhadores”, a central se aproxima do postulado do “compromisso” entre parceiros sociais, da “concertação social”. Aposta suas fichas na criação e ocupação das instituições necessárias/desejáveis para a realização das modificações econômicas e sociais e na defesa do capital industrial nacional.

As oposições à corrente majoritária, por outro lado, denunciam esta mudança de rumo na ação sindical lembrando que ela contraria os postulados básicos do

sindicalismo cutista, os ideais pelos quais construíram sua luta e, sobretudo, enfraquece o movimento sindical no enfrentamento do processo de reestruturação capitalista. Aceitar a flexibilização da jornada de trabalho ou a participação nos lucros e resultados baseada em metas de produção, como o fazem alguns sindicatos filiados à Central, significa incorporar valores fundamentais para o ideário neoliberal: competitividade, qualidade, produtividade. Os dirigentes sindicais acabam por não somente incentivar o consenso, a adesão dos trabalhadores aos objetivos das empresas como também transformam-se em “fiscais” do cumprimento dos acordos firmados. Ou seja, ao mesmo tempo que ajudam a “converter” o trabalhador em “chefe” de si mesmo, exigindo dele e dos grupos de trabalho esforço, sacrifício e dedicação aos compromissos da empresa, tornam-se agentes disciplinadores da força de trabalho para o capital.

Para as oposições, a direção da CUT não pode esquecer-se que o sentido das estratégias empresariais é a diminuição de custos através do aumento da produtividade, terceirização, demissão e a eliminação de direitos. Negociar a reestruturação dos esquemas produtivos com empresários e Estado sem ter uma estratégia de contraposição bem definida e amplamente discutida com a base da central é o mesmo que auxiliar o capital na sua reorganização. Por isso que, para as oposições, é fundamental resgatar os princípios do sindicalismo cutista (classismo, socialismo, democracia) para que a central volte a ser um instrumento de combate à ordem capitalista.

Embora os setores à esquerda venham conseguindo manter algumas bandeiras de luta e barrar algumas proposições da direção (a exemplo da rejeição ao banco de horas durante o VII Concut), as dificuldades de organização destes setores, as próprias debilidades da organização sindical (sobretudo a burocratização) e as medidas que restringem a democracia interna impedem a realização do projeto de tornar a CUT uma central efetivamente classista e socialista.

Por fim, tais considerações colocam novamente as questões acerca dos ideais e princípios do sindicalismo: se ele tem um papel importante na mediação da contratação da força de trabalho e garantia das condições de trabalho, manter a luta nesta órbita oculta o horizonte histórico de negação do capital pelas classes subalternas,

conduzindo o movimento a uma desorientação política e ideológica, preso às amarras do imediatismo e corporativismo.

Atualmente, no quadro histórico de profundas transformações no mundo do capital, a CUT é chamada para participar da institucionalização destas modificações. Justamente num momento em que esta institucionalidade encontra-se em crise ou como bem expressou Sader (2000), *“uma institucionalidade que faz água por todos os poros”*. À medida que a direção da central afirma a perspectiva da negociação, da “defesa” dos interesses dos trabalhadores nestes espaços, acaba legitimando o processo de reestruturação capitalista e abandonando a perspectiva de construção de uma nova racionalidade. Do mesmo modo, à medida que os intelectuais comprometidos com um sindicalismo classista não conseguem estruturar-se, esta perspectiva torna-se ainda mais fugidia.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...
*Vai mais, vai mais além do lodo repelente,
 Vai te purificar onde o ar se faz mais fino,
 E bebe, qual licor translúcido e divino,
 O puro fogo que enche o espaço transparente.*

*Depois do tédio e dos desgostos e das penas
 Que gravam com seu peso a vida dolorosa,
 Feliz daquele a quem uma asa vigorosa
 Pode lançar às várzeas claras e serenas;*

*Aquele que, ao pensar, qual pássaro veloz,
 De manhã rumo aos céus liberto se distende,
 Que paira sobre a vida e sem esforço entende
 A linguagem da flor e das coisas sem voz!”¹⁶⁴*

Charles Baudelaire, “Élévation”¹⁶⁵.

Ao término desta longa discussão, forçoso é retomarmos as questões que deram origem a esta investigação. Qual é o sentido das transformações atuais no âmbito da produção e do Estado? Vimos na primeira parte deste trabalho que este sentido é historicamente determinado, resultado da complexa disputa entre as diversas ideologias. Não se trata simplesmente de um rearranjo nas formas de produzir ou de uma revolução tecnológica. As modificações no capitalismo expressam sua

¹⁶⁴ “...

*Envole-toi bien loin de ces miasmes morbides;
 Va te purifier dans l’air supérieur,
 Et bois, comme une pure et divine liqueur,
 Le feu clair qui rempli les espaces limpides.*

*Derrière les ennuis et les vastes chagrins
 Qui chargent de leur poids l’existence brumeuse,
 Heureux celui qui peut d’une aile vigoureuse
 S’élancer vers les champs lumineux et sereins!*

*Celui dont les penses, comme des alouettes
 Vers les cieux le matin prennent un libre essor,
 - Qui plaine sur la vie, et comprend sans effort
 Le langage des fleurs et des chose muettes!”*

Baudelaire, Charles. “Élévation”. *Fleurs du Mal*

¹⁶⁵ Traduzido por Ivan Junqueira. In *Poesia de todos os tempos*. Nova Fronteira, 1985.

necessidade de atualizar permanentemente as condições histórico-concretas para manter sua posição dominante na sociedade. Porém, a própria história, “locus” onde as classes elaboram suas vontades, se organizam em torno dos seus projetos e lutam, mostra ser um campo de possibilidades onde a hegemonia de uma classe é mantida ou negada.

Qual é, então, neste momento particular, o sentido da fala do capital e da fala do trabalho? Que conjunto de práticas cada uma destas falas pretende viabilizar? Em que medida estes dois discursos são compatíveis ou até que ponto a fala do trabalho revela a perspectiva de conformação de uma nova ideologia?

Começemos pelo capital. A reestruturação produtiva por este implementada se inscreve na sua permanente necessidade de reconfiguração frente às crises. Reconfiguração esta que envolve não somente o plano da economia ou da indústria, mas os mais diversos âmbitos da vida, a cultura, o direito, as várias formas de organização estatal. Afinal, mais que um modo de produção, o capitalismo é um modo de vida. As modificações introduzidas vão além da economia, alterando a própria institucionalidade. Contudo, neste processo de crise-reestruturação, um elemento central não pode ser questionado: a valorização do capital e seu comando sobre as forças produtivas.

Nossa tentativa de periodização do século vinte procurou mostrar as diferentes respostas dadas pelo capital no enfrentamento das suas crises (taylorismo, fordismo, estado do bem-estar social) e como as classes trabalhadoras colocaram limites a estas respostas e questionaram a própria permanência do capitalismo (revolução de outubro).

Vimos que, atualmente, a recomposição do capital possui várias dimensões, sendo sua face mais visível o aprofundamento da mundialização e concentração capitalistas e a dita “flexibilização” das formas de organizar o trabalho e dos direitos dos trabalhadores. Se o acirramento dos antagonismos ao longo do século vinte acabou obrigando as classes dominantes à incorporar uma série de direitos em benefício dos subalternos, o capitalismo chega ao fim daquele século necessitando modificar a institucionalidade vigente, restringindo estes direitos e as formas de cidadania para possibilitar a realização das novas condições de acumulação. O capital busca recriar as regras de sua sociabilidade para responder à tendência da queda da taxa de lucro.

Estas novas condições de acumulação têm a cara do “moderno”, aparecem como resultado do progresso “natural” da “ciência” e da humanidade. A aparência de naturalidade e neutralidade é fundamental para escamotear o verdadeiro propósito das inovações tecnológicas, a saber, a extração de crescentes cotas de mais-valia e a recuperação dos níveis de acumulação e valorização do capital. Essa aparência serve também para criar uma outra que é a da “inexorabilidade” das transformações atuais, independente do confronto entre classes, projetos e ideologias. O conteúdo político e contraditório das inovações tecnológicas e gerenciais é substituído pela solução “tecnicamente viável”. A recomposição do capital no século vinte pressupõe a despolitização ao impor o predomínio da técnica. A subsunção do trabalho ao capital se faz através da subordinação da política à técnica. Dessa forma, o problema que se coloca atualmente, para os que partilham desta concepção, não é mais o da crise do capitalismo (sua superação), mas o da criação de condições para aprimorar sua eficiência e sua regulação.

O discurso do capital acabou tornando-se referência inclusive para seus opositores. Partidos, sindicatos, intelectuais de esquerda, muitas vezes, reproduzem a linguagem dos “novos tempos”, trocando expressões consideradas “obsoletas” ou “impertinentes” como capitalismo, classes, exploração, dominação, etc. pelos termos “modernos” como globalização, governabilidade, flexibilidade, empregabilidade, exclusão, etc.. Defrontamo-nos aqui com o mesmo problema com o qual se confrontou Gramsci há quase um século atrás, o problema do economicismo, ou seja, da dificuldade das classes subalternas elaborarem uma identidade nova, autônoma, que rompa com o discurso e prática dos dominantes, inventando, inclusive, novos termos.

A fala do trabalho aqui analisada teria a pretensão de viabilizar uma nova visão de mundo? Vimos que a Central Única dos Trabalhadores – CUT – afirma sempre em seus documentos o compromisso com os interesses históricos dos trabalhadores, com a construção de uma sociedade socialista. O discurso dos dirigentes, porém, vem assumindo concepções e práticas que inviabilizam esta perspectiva de superação do capitalismo. A defesa dos fóruns tripartites, a crença na democratização do capitalismo, a “influência propositiva” nos rumos da globalização apontam na direção do que vários autores e as oposições vêm chamando de inflexão na postura teórico-prática do

sindicalismo cutista. A direção da central vem abandonando uma postura sindical mais conflitiva e de confronto em favor de uma ação mais moderada e conciliadora.

Para ser compatível com esta estratégia moderada um novo discurso foi elaborado. Conforme vimos, este incorpora em seu interior vários elementos do projeto e programa das classes dominantes. A reestruturação produtiva é encarada como positiva quando combinada com estratégias de desenvolvimento econômico-social. As inovações tecnológicas podem ser fonte de progresso e libertação humana. O capital industrial nacional precisa receber os instrumentos necessários para sua modernização e, assim, capacitá-lo para a competição externa. Tudo se passa como se fosse objeto de decisões “economicamente viáveis”. O problema que se coloca, portanto, é o de como criar e ocupar os espaços institucionais necessários para a realização das modificações econômicas e sociais e capacitar o país para se inserir “ativamente” no inevitável processo de globalização econômica. Eis a fala do capital!

O economicismo, ao naturalizar o capitalismo, permite sedimentar o pacto capital-trabalho. À medida que as instituições e organizações da classe trabalhadora operam dentro da ideologia capitalista promovem sua integração à ordem vigente. A expectativa de chegar ao governo (qualificando-se para ser o gerente de acordo com as regras do jogo) e o abandono da perspectiva classista reforçam ainda mais esta integração. Pode-se dizer que a direção da CUT encontra-se no “segundo momento” da correlação de forças tal qual entendia Gramsci, ou seja, ela reconhece a solidariedade existente em torno do grupo social mais amplo (“setores populares”), mas não ultrapassa o terreno econômico corporativo nem pretende constituir-se em Estado. Seu projeto encontra-se ainda numa perspectiva subalterna.

O desafio que se coloca para a classe trabalhadora é pensar suas organizações como classistas e revolucionárias. Para isso precisa libertar estas organizações das amarras do economicismo e corporativismo, promovendo a integração da prática econômica com a política. Pois, como bem coloca Gramsci (apud Dias, 2000:74), *“vontade, em termos marxistas, significa consciência dos fins (...) noção exata do próprio poder (...) distinção, individualização da classe, vida política independente da de outra classe”*. As ações para intensificar a cultura e aprofundar a consciência não podem ser adiadas, realizadas apenas quando for conquistado “o poder”. A reforma

intelectual e moral das massas cria as bases para o domínio efetivo sobre a produção e a vida. Os trabalhadores ao tomarem consciência do seu poder se capacitam para sua emancipação política e se reapropriam da condução do seu próprio destino.

Tal qual o trecho do poema citado na epígrafe destas considerações finais, ao superar uma “existência brumosa” e os “miasmas mórbidos” do economicismo, os trabalhadores poderão conquistar efetivamente sua liberdade através da clareza e da asa vigorosa do pensamento autônomo, realizando a alquimia de sua transformação de classe subalterna em dirigente.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABRAMO, Laís. Novas tecnologias, Difusão setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: um balanço. BIB. Rio de Janeiro, n. 30, pp. 19-65, 2º semestre de 1990.

ALBUQUERQUE, Eduardo. A foice e o robô. São Paulo, Página 7 artes gráficas Ltda, 1990.

ALTVATER, E. O preço da riqueza. São Paulo, Editora da UNESP, 1995.

ALVES, Giovani. A vigência do capital. Crise capitalista e problemas teórico-metodológicos do pensamento social centrado no trabalho. Temáticas. Campinas: Unicamp, jul/dez 1993.

ANDERSON, Perry. "Balanço do Neoliberalismo". In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ANDES –SN. Memória da Luta, Cadernos ANDES nº 13, Brasília: ANDES-SN, 1994.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ARBIX, Glauco. "Os descaminhos do governo e a precarização das relações de trabalho. In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (orgs). Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil. São Paulo, Hucitec-Abet, 1997 (p. 55-70).

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BALIBAR, Étienne. A Filosofia de Marx. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.

BAUDELAIRE, Charles. Les Fleurs du Mal. Paris, Flammarion, 1991.

BEAUD, M. História do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1987.

BERGGREN, Christian. 'New production concepts' in final assembly - the swedish experience. In: WOOD, Stephen. The transformation of work? London, Unwin Hyman, 1989.

BIHR, Alain. La fragmentation du prolétariat. In: _____. Du grand soir a l'alternative. Paris, Les éditions ouvrières, cap. V, p.87-108.

BOITO Jr, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: Boito Jr., A. (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 43-91.

_____. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã, 1999.

BOTTOMORE, T. et al. (eds.). Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAGA NETO, Ruy Gomes. Crise Contemporânea e Restauração do Capital - da Crítica ao Economicismo Dominante à Análise das Lutas de Classes. Campinas: IFCH/UNICAMP (dissertação mestrado), 1996.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1987.

BRESCIANI, Luís Paulo. "O trabalho nos olhos do furacão: trajetórias e turbulências no Brasil". In: CARVALHO NETO, A . M. e CARVALHO, R. A . (orgs.). Sindicalismo e negociação coletiva nos anos noventa. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da PUC-MINAS, 1998.

CABRERA, Edgar J. Neoliberalismo e identidad nacional en America Latina. (mimeo), 1994.

CAMPOS, Roberto. O liberalismo e a pobreza. Folha de São Paulo, 1 dez. 1996 - p.04.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Tecnologia e trabalho industrial. Porto Alegre, L&PM, 1987.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções dos Congressos Nacionais (I ao VI), 1983-1997.

CHESNEAUX, Jean. Modernidade-Mundo. Petrópolis, Vozes, 1995.

CHILD, J. Managerial Strategies, new Technology and labour process. In: On work: historical, comparative and theoritical approachess. Edited by R. E. Pahl, Oxford: Basil Blackwell, 1988.

COGGIOLA, Osvaldo. Marxismo e classes sociais na atualidade. In: Katz, C., Braga, R. e Coggiola, O. Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995a. pp.137-157.

_____. "Informática, Automação, Capitalismo e Socialismo". In: COGGIOLA, O . e KATZ, C. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo, Xamã, 1995, p.51-70.

_____. "Crise, Novas Tecnologias e Classe Operária". In: COGGIOLA, O . e KATZ, C. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo, Xamã, 1995, p.119-142.

COOLEY, Mike. The taylorization of intellectual work. In: Science, technology and the labour process. Marxist Studies, vol. 1. Edited by Les Levidow and Bob Young. London, CSE Books, 1981.

CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso - o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro, Revan, 1994.

CORRÊA DE MORAES, Reginaldo C. A democracia malcomportada: a teoria política do neoliberalismo econômico. Universidade e Sociedade. São Paulo, n. 11, jun. 1995.

COSTA, Sílvio. Tendências e centrais sindicais – o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994. Editora Goiânia e Anita Garibaldi, Goiânia e São Paulo, 1995.

DIAS, Edmundo. Hegemonia: nova civilta ou domínio ideológico? História & Perspectivas. Uberlândia: Univ. Federal de Uberlândia, n.05: 5-44, jul/dez 1991.

_____. Educação e cidadania: classes e racionalidades. In: ANDES. Cadernos. Brasília, n. 10, out. 1993.

_____. As transformações no mundo do trabalho e o movimento sindical. In: ADUFF-Ssind. Caderno. Niterói, n.1, p.4-25, fev. 1995.

_____. Cidadania e racionalidade de classe. Universidade e Sociedade. Andes, São Paulo, n. 11, jun. 1995.

_____. Capital e Trabalho: a nova dominação. In: DIAS, E. e outros. A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília, Sindicato do Eletricitários de Brasília, 1996.

_____. A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização. Campinas, IFCH/UNICAMP: Textos Didáticos, 1997.

DIEESE. Trabalho e Reestruturação Produtiva. São Paulo, 1994.

DIEESE. Diagnóstico do complexo metal-mecânico brasileiro. São Paulo: DIEESE e CNM/CUT, 1998 a.

DIEESE. "Sindicatos enfrentam a precarização das relações de trabalho". Boletim DIEESE. São Paulo, outubro de 1998b.

DUARTE, C. L. e RODRIGUES, G. L. Fundamentos e tendências da automação industrial. Belo Horizonte, Cetel-SENAI/MG, s.d. (mimeo).

FERREIRA, Cândido Guerra. Processo de trabalho, tecnologia e qualificação - notas para discussão. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1984 (mimeo).

FLEURY, Afonso C. & VARGAS, Nilton. A obra de Taylor e a administração científica. In: FLEURY, Afonso C. & VARGAS, Nilton. Organização do trabalho. São Paulo, Atlas, 1983.

FOLHA DE SÃO PAULO & SEBRAE (orgs.). "Qualidade Total". Folha de São Paulo, fascículos 01 ao 08, mar/abr/mai 1994.

FORD, H. My life and work. London, Heinemann, 1922.

GALVÃO, Andréia. Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do novo sindicalismo metalúrgico nos anos 90. In: Rodrigues, Iram Jácome (org.). O novo sindicalismo. Petrópolis: Vozes, 1999 (pp.113-132).

GAMA, Ruy. A tecnologia e o trabalho na história. São Paulo, Nobel/USP, 1986.

GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião I. CUT ontem e hoje. São Paulo: Vozes, 1991.

_____. Para onde vai a CUT? São Paulo: Scritta, 1993.

GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

_____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARAES, Juarez. Marxismo e Democracia - uma crítica ao determinismo, estatismo e "cultura do coletivismo" na tradição socialista. Campinas: UNICAMP/IFCH (exame de qualificação), 1996.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Ed. Loyola, 1993.

HOBSBAWM, Eric. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, R (org.). Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 93-106.

_____. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Humphrey, John. O impacto das técnicas "japonesas" de administração sobre o trabalho industrial no Brasil. In: Castro, Nadya Araújo (org.) A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KATZ, Claudio. "O Enfoque Marxista da Mudança Tecnológica". In: COGGIOLA, O . e KATZ, C. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo, Xamã, 1995, p. 9-18.

_____. "Tecnologia e Capitalismo na década de noventa". In: COGGIOLA, O . e KATZ, C. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo, Xamã, 1995, p. 227-260.

LEITE, Márcia de Paula. "Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra". In: OLIVEIRA et al. (orgs.), O mundo do trabalho: crise e mudança no fim do século. São Paulo, CESIT/Scritta, 1994.

LEITE, Márcia de Paula (org.). O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas: Papirus, 1997.

LOJKINE, Jean. Revolução Informacional: Utopia, Realidade ou Potencialidade? In: SOARES, R. M. (org.) Cadernos Codeplan - Gestão da Qualidade: Tecnologia e Participação. Brasília, 1992.

MAGALINE, A . D. Luta de classes e desvalorização do capital. Lisboa, Moraes Editores, 1977.

MANDEL, E. Marx, la crise actuelle et l'avenir du travail humain. Quatrième Internationale. N. 20, mai 1992.

MARGLIN, Stephen. A idade de ouro do capitalismo: um réquiem inspirado por Keynes. In: SWAELEN, Edward J. Amadeo. John M. Keynes: cinquenta anos da teoria geral. Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1989, cap. II, p.15-32.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo, Escriba, 1968.

_____. O Capital. Livro I. Capítulo VI inédito. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. A Ideologia Alemã (I - Feuerbach). São Paulo, Hucitec, 1984.

MARX, Karl. O capital. São Paulo, Nova Cultural, vol. II, 1988.

MATTOSO, J. A desordem do trabalho. São Paulo, Scritta, 1995.

MELO, Marlene C. L. Participação como meio não institucionalizado de regulação de conflitos. In: FLEURY, M. e FISCHER, R. M (coords). Processo e relações do trabalho no Brasil. São Paulo, Atlas, 1985.

MOUFFE, Chantal. Hegemonia e ideologia em Gramsci. Revista Arte Sociedade Ideologia, México, n. 05, 1978.

MURRAY, Fergus. The decentralization of production - the decline of the mass-collective worker? In: On Work - Historical, comparative and theoretical approaches. Edited by R. E. Pahl. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo, Cortez, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. "Apocalypse Now": O "Coração das Trevas" do Neoliberalismo. In: Oliveira, Francisco e Comin, Álvaro (orgs.). Os cavaleiros do antiapocalipse: trabalho e política na indústria automobilística. São Paulo, CEBRAP/Entrelinhas, 1999

PAGÉS, Max & alli. O poder das organizações. São Paulo, Atlas, 1987.

PAIVA, Vanilda. Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional. Texto para discussão. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1989, n. 214.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e Social-Democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PUEL, Huges. Controverses autour du progrès technique comme cause du chômage. Travail et emploi. Paris, 54:100-111, abril 1992.

RAMONET, Ignacio. "Une logique d'oppression". Manière de voir 32. *Le monde diplomatique*, novembro 1996.

RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997a.

_____. Comissões de fábrica e reestruturação produtiva. In: Arbix, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro. De JK a FHC, a reinvenção dos carros. São Paulo: Scritta, 1997b (p. 237-256).

_____. A trajetória do novo sindicalismo. In: Rodrigues, Iram Jácome (org.). O novo sindicalismo. Petrópolis: Vozes, 1999 (p. 73-94).

_____. A nova agenda sindical. In: CARVALHO NETO, A. M. e CARVALHO, R. A. (orgs.). Sindicalismo e negociação coletiva nos anos noventa. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da PUC-MINAS, 1998 (p.181-194).

RUSH, H. e FERRAZ, J. C. Consecuencias de las nuevas tecnologías y técnicas de organización para el empleo y las calificaciones en el Brasil. Revista Internacional del Trabajo. Vol. 112, n. 2, 1993.

SAGAN, Carl. Bilhões e bilhões. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STORCH, Sérgio. Discussão da participação dos trabalhadores na empresa. In: FLEURY, M. T. & FISCHER, R. M. (coord). Processo e relações do trabalho no Brasil. São Paulo, Atlas, 1985, cap VII, p.132-159.

TEXEIRA, Francisco J. S. Notas para uma crítica do fim da sociedade do trabalho. Universidade e Sociedade. São Paulo, n.6, fev. 1994.

_____. Marx e as metamorfoses do mundo do trabalho. Universidade e Sociedade. São Paulo, n.8, fev. 1995.

TUDE DE SOUZA, Ângela. Sobre “Americanismo e Fordismo” de Antonio Gramsci. História e Perspectiva. Uberlândia: Univ. Federal de Uberlândia, 1991, n. 5, p. 45-69.

_____. A crise contemporânea e a nova ordem mundial. Universidade e Sociedade. N. 06, fev. 1994.

XAVIER, Uribam. Neoliberalismo como uma visão de mundo. Universidade e Sociedade. São Paulo, n. 11, jun. 1995.

Documentos consultados:

I Congresso Nacional da classe trabalhadora - I Conclat (1983), São Paulo, CEDI/CUT, 1984.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do I Congresso Nacional da CUT (1984). Boletim Nacional da CUT. São Paulo, maio 1985.

_____. II Congresso Nacional da CUT – Resoluções. São Paulo: CUT, 1986.

_____. Teses ao III Congresso Nacional da CUT. Boletim Nacional da CUT. São Paulo, junho – julho de 1988.

_____. III Congresso Nacional da CUT – Resoluções. São Paulo: CUT, 1988.

_____. IV Plenária Nacional da CUT – Resoluções. Informa CUT. São Paulo, setembro de 1990.

_____. IV Congresso Nacional da CUT – Teses. São Paulo, CUT: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1991.

_____. IV Congresso Nacional da CUT – Resoluções. São Paulo: CUT, 1991

_____. V Plenária Nacional da CUT – Resoluções. São Paulo: CUT, 1992.

- _____. Tese Base para o V Congresso Nacional da CUT. São Paulo: CUT, 1994.
- _____. V Congresso Nacional da CUT – Resoluções. São Paulo: CUT, 1994.
- _____. VIII Plenária Nacional da CUT – Resoluções. São Paulo: CUT, 1996. Disponível em <http://www.cut.org.br/f204.htm> Acesso em julho de 2000.
- _____. VI Congresso Nacional da CUT – Resoluções e Registros, São Paulo: CUT, 1997.
- _____. IX Plenária Nacional da CUT – Resoluções. São Paulo: CUT, 1999. Disponível em <http://www.cut.org.br/f211.htm> Acesso em julho de 2000.
- _____. VII Congresso Nacional da CUT – Texto base aprovado na direção nacional. São Paulo, 2000. Disponível em <http://www.cut.org.br> Acesso em julho de 2000.
- _____. VII Congresso Nacional da CUT – Resoluções. São Paulo: CUT, 2000. Disponível em http://www.cut.org.br/7concut_g.htm Acesso em janeiro de 2001.
- _____. X Plenária Nacional da CUT – Resoluções. São Paulo: CUT, 2002. Disponível em <http://www.cut.org.br/10plencut/txb.htm> Acesso em julho de 2002.
- MOVIMENTO POR UMA TENDÊNCIA SOCIALISTA. A Globalização da economia e o movimento sindical. Disponível em <http://www.pstu.org.br> Acesso em julho de 2002.